

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ADRIANA DE SOUZA LIMA QUEIROZ

TRABALHO VOLUNTÁRIO: da caridade cristã ao exercício cidadão

**FRANCA
2019**

ADRIANA DE SOUZA LIMA QUEIROZ

TRABALHO VOLUNTÁRIO: da caridade cristã ao exercício cidadão

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: trabalho e sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel

**FRANCA
2019**

Q3t	<p>Queiroz, Adriana de Souza Lima</p> <p>TRABALHO VOLUNTÁRIO: : da caridade cristã ao exercício cidadão / Adriana de Souza Lima Queiroz. -- Franca, 2019</p> <p>180 p.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Rosalinda Chedian Pimentel</p> <p>1. Serviço Social. 2. Trabalho Voluntário. 3. Caridade Cristã. 4. Ação Cidadã. I. Título.</p>
-----	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ADRIANA DE SOUZA LIMA QUEIROZ

TRABALHO VOLUNTÁRIO: da caridade cristã ao exercício cidadão

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel

1º Examinador: _____
Profª. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta - FCHS/Unesp

2º Examinador: _____
Profª. Dra. Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa - FCHS/Unesp

4º Examinador: _____
Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano - FCHS/Unesp

5º Examinador: _____
Profª. Dra. Sandra Rita Molina - UNAERP

Franca, 05 de abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meu sincero agradecimento a minha orientadora Prof^a. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel pela gentil acolhida e pelo seu companheirismo tanto no mestrado quanto no doutorado, obrigada por me permitir a autonomia no pensamento e por lapidar as minhas reflexões. Como foi bom conhecê-la, pessoa humilde, culta, generosa e sempre muito graciosa para com todos. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos nesta caminhada e contribuir na minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço a todos os professores da UNESP, que fizeram parte da minha formação nesses seis anos de pós-graduação. Também faço um agradecimento ao setor administrativo e, em especial ao Mauro, pessoa sempre presente e atenciosa.

Agradeço aos colegas do mestrado e do doutorado, pelo companheirismo, acolhida e apoio nas horas de dúvidas.

Não poderia também deixar de manifestar um agradecimento às minhas colegas de viagens para a UNESP: Evana, Cinthya, Cláudia, Sandra e Liliane. Momentos de conversas proveitosas, leves e de muito desabafo. Vocês foram e são pessoas especiais na minha vida.

Nesse percurso conquistei um novo trabalho, resultado dessa luta continua pelo aperfeiçoamento profissional e fiz novos amigos na UEMG - Unidade de Passos, que também contribuíram e contribuem com minha formação.

Faço também um agradecimento especial às pessoas que atuam nas instituições filantrópicas pesquisadas, obrigada por disponibilizarem parte do seu tempo para participarem das entrevistas e responderem ao questionário.

Agradeço, também, aos meus familiares que vivenciaram comigo todas as angústias e alegrias: obrigada pai e mãe por me acompanharem e me apoiarem em todas as fases da minha vida; obrigada Fernando meu grande amor, seu companheirismo e apoio nos momentos difíceis sempre me acalentavam; obrigada Gabriel, meu enteado querido, que mesmo não entendendo muito o porquê disso tudo, sempre compreendeu minhas ausências; obrigada Isadora, minha querida sobrinha, sempre prestativa, seu apoio na organização dos dados foi fundamental.

Grande parte desse período de dedicação à formação acadêmica só pode ser concretizado com o apoio financeiro da CAPES, órgão imprescindível para a formação e aperfeiçoamento acadêmico de alunos e de professores.

Palavras

Felizmente há palavras para tudo. Felizmente que existem algumas que não se esquecerão de recomendar que quem dá deve dar com as duas mãos para que em nenhuma delas fique o que a outras deveria pertencer. Assim como a bondade não tem por que se envergonhar de ser bondade, também a justiça não deverá esquecer-se de que é, acima de tudo, restituição, restituição de direitos. Todos eles, começando pelo direito elementar de viver dignamente. Se a mim me mandassem dispor por ordem de precedência a caridade, a justiça e a bondade, daria o primeiro lugar à bondade, o segundo à justiça e o terceiro à caridade. Porque a bondade, por si só, já dispensa a justiça e a caridade, porque a justiça justa já contém em si caridade suficiente. A caridade é o que resta quando não há bondade nem justiça.

José Saramago¹

¹ Fonte: FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO. **Outros Cadernos de Saramago**. Disponível em: <<https://caderno.josesaramago.org/10382.html>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **Trabalho voluntário: da caridade cristã ao exercício cidadão**. 2019. 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2019.

RESUMO

A presente tese versa sobre o trabalho voluntário, tema pouco explorado nas pesquisas acadêmicas, principalmente, no âmbito do Serviço Social, considerando que esse tipo de trabalho está interligado com a profissão desde sua gênese e, na atualidade, vem ocupando, cada vez mais, espaços na prestação de serviços assistências à população economicamente necessitada. O trabalho voluntário no Brasil remonta, pelo menos, ao início do século XX, tendo assumido distintas formas e funções ao longo de mais de um século, ora associado a práticas cristãs, à caridade e à fé, ora à chamada “ação cidadã”, incentivada pelos programas governamentais e pelo aumento de instituições de cunho filantrópico. Tendo por base a incorporação da caridade cristã para o exercício da ação cidadã, este estudo objetivou conhecer o trabalho voluntário nas perspectivas enunciadas, para entender como tal tipo de trabalho é organizado e compreendido pelos trabalhadores voluntários no município de Passos/MG. O cenário da pesquisa se deu em torno das 13 instituições/entidades socioassistenciais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Passos/MG, que executam seus serviços com o apoio do trabalho voluntário. Esta tese parte do pressuposto que as alterações ocorridas nas últimas décadas, com relação ao trabalho voluntário, estão relacionadas às múltiplas formas que se criaram para atender às expressões da questão social e ao processo de flexibilização do trabalho no modo de produção capitalista. Também, busca conhecer, a partir da perspectiva histórico-crítica, o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil, que tem sua gênese na caridade cristã incentivado pelas Encíclicas Papais e sua atual incorporação por setores organizados da sociedade civil, em conjunto com processo de mudanças sociais, econômicas e políticas. Como processo metodológico utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental e exploratória com abordagem qualitativa e análise de conteúdo. Trabalhou-se, ainda, com a pesquisa de campo, para obtenção dos dados empíricos junto às instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Como instrumental adotou-se a aplicação de questionário e realização de entrevistas. Espera-se com este estudo contribuir na construção de um debate, que faça a interlocução da academia, mais especificamente do Serviço Social, com as questões que envolvem o trabalho voluntário na contemporaneidade.

Palavras-chave: serviço social. trabalho voluntário. caridade cristã. ação cidadã.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **O trabalho voluntário: da caridade cristã ao exercício cidadão**. 2019 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca 2019.

ABSTRACT

This thesis deals with voluntary work, an issue that has not been explored in academic research, especially in the field of Social Work, considering that this type of work has been linked to the profession since its genesis and, nowadays, is occupying more and more spaces in the provision services to the economically disadvantaged population. Volunteer work in Brazil dates back at least to the beginning of the XX century, having assumed different forms and functions for more than a century, now associated with Christian practices, charity and faith, and so-called "citizen action". encouraged by government programs and by the increase of philanthropic institutions. Based on the incorporation of Christian charity to the exercise of citizen action, this study aimed to know the voluntary work in the perspectives enunciated, to understand how this type of work is organized and understood by volunteer workers in the city of Passos/MG. The research scenario was centered around the 13 socio-welfare institutions registered in the Municipal Council of Social Assistance of Passos/MG, which carry out their services with the support of volunteer work. This thesis is based on the assumption that the changes that occurred in the last decades in relation to voluntary work are related to the multiple forms that were created to attend to the expressions of the social question and to the process of flexibilization of labor in the capitalist mode of production. It also seeks to know, from the historical-critical perspective, the historical movement of voluntary work in Brazil, which has its genesis in Christian charity encouraged by the Papal Encyclicals and its current incorporation by organized sectors of civil society, together with the process of change social, economic and political. As a methodological process we used bibliographic, documentary and exploratory research with a qualitative approach and content analysis. We also worked with the field research to obtain the empirical data from the institutions registered in the Municipal Council of Social Assistance. As an instrument, the application of a questionnaire and interviews was adopted. It is hoped that this study will contribute to the construction of a debate, which will make the interlocution of the academy, more specifically of Social Service, with the questions that involve the voluntary work in the contemporaneity.

Keywords: social work. volunteer work. christian charity. citizen action.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **O trabalho voluntário: da caridade cristã ao exercício cidadão**. 2019 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca 2019.

RESUMEN

La presente tesis versa sobre el trabajo voluntario, tema poco explorado en las investigaciones académicas, principalmente en el ámbito del Servicio Social, considerando que ese tipo de trabajo está interconectado con la profesión desde su génesis y, en la actualidad, viene ocupando cada vez más espacios en la prestación de servicios asistenciales a la población económicamente necesitada. El trabajo voluntario en Brasil se remonta al menos al inicio del siglo XX, habiendo asumido distintas formas y funciones a lo largo de más de un siglo, ya asociada a prácticas cristianas, a la caridad ya la fe, a la llamada "acción ciudadana", incentivada por los programas gubernamentales y por el aumento de instituciones de cuño filantrópico. En el marco de la incorporación de la caridad cristiana para el ejercicio de la acción ciudadana, este estudio objetivó conocer el trabajo voluntario en las perspectivas enunciadas, para entender como tal tipo de trabajo es organizado y comprendido por los trabajadores voluntarios en el municipio de Passos / MG. El escenario de la investigación se dio en torno a las 13 instituciones / entidades socioasistenciales registradas en el Consejo Municipal de Asistencia Social de Passos / MG, que ejecutan sus servicios con el apoyo del trabajo voluntario. Esta tesis parte del supuesto de que los cambios ocurridos en las últimas décadas, con relación al trabajo voluntario, están relacionados a las múltiples formas que se crearon para atender a las expresiones de la cuestión social y al proceso de flexibilización del trabajo en el modo de producción capitalista. También, busca conocer, desde la perspectiva histórico-crítica, el movimiento histórico del trabajo voluntario en Brasil, que tiene su génesis en la caridad cristiana incentivado por las encíclicas Papales y su actual incorporación por sectores organizados de la sociedad civil, en conjunto con el proceso de cambios sociales, económicas y políticas. Como proceso metodológico se utilizó investigación bibliográfica, documental y exploratoria con abordaje cualitativo y análisis de contenido. Se trabajó, además, con la investigación de campo, para obtener los datos empíricos junto a las instituciones registradas en el Consejo Municipal de Asistencia Social. Como instrumental se adoptó la aplicación de cuestionario y realización de entrevistas. Se espera con este estudio contribuir en la construcción de un debate, que haga la interlocución de la academia, más específicamente del Servicio Social, con las cuestiones que involucran el trabajo voluntario en la contemporaneidad.

Palabras clave: servicio social. trabajo voluntario. caridad cristiana. acción ciudadana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da fachada do prédio “Associação das Damas da Caridade” localizado no centro de Passos/MG.....	90
Figura 2 - Vista da fachada da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Passos/MG	92
Figura 3 - Vista da fachada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos/MG.....	94
Figura 4 - Vista da fachada da Associação “Deus Proverá” de Passos/MG.....	96
Figura 5 - Vista da fachada do Centro de Aprendizagem Pró-Menor de Passos/MG.....	98
Figura 6 - Vista da fachada da Associação Pequena Escola Gratuita São José de Passos/MG.....	100
Figura 7 - Vista da fachada da Associação Cantina Dona Bernadete de Passos/MG.....	102
Figura 8 - Vista da fachada da Associação dos Deficientes Visuais de Passos/MG.....	104
Figura 9 - Vista da fachada da Casa Padre Léo de Passos/MG	106
Figura 10 - Vista da fachada do Lar São Vicente de Paulo de Passos/MG	108
Figura 11 - Vista da fachada da Sociedade de Assistência ao Menor de Passos/MG.....	112
Figura 12 - Vista da fachada da Associação Espírita Santo Agostinho de Passos/MG.....	114
Figura 13 - Vista da fachada da SERVIRÁS - Associação de Assistência Social de Passos/MG.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das áreas do conhecimento que tratam da temática trabalho voluntário	28
Gráfico 2 - Distribuição das instituições de acordo com o número de trabalhadores contratados, cedidos e voluntários	119
Gráfico 3 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a idade	124
Gráfico 4 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com o sexo	125
Gráfico 5 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a crença religiosa	133
Gráfico 6 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a percepção em relação ao trabalho voluntário	134
Gráfico 7 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com ao recebimento de treinamento para a função	135
Gráfico 8 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a importância em se ter treinamento para a função	136
Gráfico 9 - Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário retirar a vaga de um trabalhador assalariado	137
Gráfico 10 - Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário trazer ganhos à vida profissional	138
Gráfico 11 - Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário trazer ganhos à vida pessoal	139
Gráfico 12 - Distribuição dos 103 voluntários em relação a ser reconhecido ou não para o trabalho voluntário	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das teses e dissertações na área da Psicologia de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.....	31
Quadro 2 - Distribuição das teses e dissertações na área da Administração de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.....	35
Quadro 3 - Distribuição das teses e dissertações na área do Serviço Social de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.....	39
Quadro 4 - Distribuição das teses e dissertações na área do Serviço Social, publicadas pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP - Campus de Franca, de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa	39
Quadro 5 - Encíclicas Papais que mencionam a “caridade” como uma ação social da Igreja	52
Quadro 6 - Opinião sobre o trabalho voluntário na visão de quem o executa	141
Quadro 7 - Percepção sobre ser um trabalhador(a) voluntário(a) na visão de quem o executa	142
Quadro 8 - Motivação para o trabalho voluntário na visão de quem o executa	143
Quadro 9 - Descrição do trabalho voluntário que executa	144
Quadro 10 - Impacto do trabalho voluntário para a população atendida e para o município	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição anual das teses e dissertações anual das teses e dissertações localizadas na BDTD.....	26
Tabela 2 - Distribuição das instituições onde foram defendidas as teses e dissertações nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD	27
Tabela 3 - Distribuição por áreas de conhecimento, dos cursos de pós-graduação, onde foram defendidas as teses e dissertações nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD	29
Tabela 4 - Distribuição do nível dos trabalhos - teses e dissertações, defendidos nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD	30
Tabela 5 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a condição civil, escolaridade e renda.....	127
Tabela 6 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com o número de pessoas que residem na casa e situação profissional	129
Tabela 7 - Distribuição dos 103 voluntários de acordo com idade que ingressou no mercado de trabalho e no trabalho voluntário.....	131

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos
APAC	Associação de Proteção de Assistência aos Condenados
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BES	Bem-Estar Subjetivo
BET	Bem-Estar no Trabalho
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPP	Centro de Aprendizagem Pró-Menor de Passos
CAPEs	Centro de Apoio ao Paciente com Câncer
CEAS	Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
ESSSP	Escola de Serviço de Serviço Social de São Paulo
ESPM	Núcleo de Estudos e Negócios em Desenvolvimento de Pessoas da Escola Superior em Propaganda e Marketing
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GAPOP	Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico de Passos e Região
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises e Estatísticas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
JOC	Juventude Operária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LEC	Liga Eleitoral Católica
MG	Minas Gerais
OCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAV/LBA	Programa Nacional do Voluntariado
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAMP	Serviço de Assistência ao Menor de Passos
SERVIRÁS	Associação de Assistência Social de Passos

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TV	Trabalho Voluntário
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo
UFPB	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 PERCURSO METODOLÓGICO	20
1.1 Aproximações sobre as produções acadêmicas em torno do trabalho voluntário no Brasil.....	23
1.2 A projeção do trabalho voluntário nas áreas da Administração, da Psicologia e do Serviço Social.....	30
CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO	46
2.1 Elementos para a caracterização do movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil.....	46
2.1.1 <i>Contextualização do trabalho voluntário caritativo</i>	48
2.1.2 <i>A incorporação do trabalho voluntário no âmbito político e econômico</i>	59
2.2 Histórico do Serviço Social como profissão: uma estratégia de hegemonia	70
2.2.1 <i>O voluntariado, a solidariedade e o Serviço Social</i>	75
2.3 A reinvenção do trabalho voluntário no exercício da cidadania	80
CAPÍTULO 3. A PRÁXIS	87
3.1 Contextualização da pesquisa.....	87
3.2 Conhecendo as entidades/instituições sem fins lucrativos que prestam serviços assistenciais no Município de Passos/MG, por meio do trabalho voluntário	90
3.2.1 <i>Breve análise das instituições pesquisadas</i>	117
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS	122
4.1 Perfil socioeconômico dos voluntários pertencentes às entidades/instituições pesquisadas	122
4.2 Compreensões em torno do trabalho voluntário na visão dos participantes da pesquisa	134
4.2.1 <i>Significados em torno do trabalho voluntário</i>	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Trabalho Voluntário - novos elementos, velhas práticas	147
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	166
APÊNDICE A - Formulário de entrevista com representantes das entidades/instituições	167

APÊNDICE B - Formulário de entrevista com os voluntários com perguntas fechadas	168
APÊNDICE C - Formulário de entrevista com os voluntários com perguntas abertas	168
ANEXOS	171
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	172
ANEXO B - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	174
ANEXO C - Autorização para a pesquisa junto às entidades	176
ANEXO D - Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.....	178
ANEXO E - Lei 10.029, de 20 de outubro de 2000.....	180

INTRODUÇÃO

Desde as comunidades primitivas que o trabalho se torna basal no direcionamento da vida do homem e, é por meio dele que se consegue ou, não, a subsistência e ascensão social, que se tece ou deixa de se tecer nas relações com outras pessoas. Ter um trabalho, remunerado ou não, é uma forma de se construir identidade social, de se reconhecer e ser reconhecido numa sociedade que é guiada pelo modo de produção capitalista.

Assim, a categoria trabalho é um processo que permeia a vida dos homens desde a antiguidade, trazendo alegrias, sofrimentos, conquistas. É um fenômeno social discutido por várias áreas do Conhecimento sob diferentes óticas.

Nesta análise abordou-se o trabalho voluntário, tema que vem ganhando expressividade na sociedade brasileira. A escolha dessa temática de pesquisa em um programa de Pós-graduação em Serviço Social é pertinente por tratar de questões intrínsecas à relação capital *versus* trabalho e, por ser o trabalho voluntário uma das modalidades encontradas pelo Estado para dar conta de parcela da população que vivencia as expressões da questão social. O olhar de um profissional do Serviço Social sobre esta temática se faz necessário, tendo em vista que o trabalho voluntário vem ganhando projeção na prestação de serviços assistenciais à população.

Um fato relevante para a escolha dessa temática ocorreu durante a pesquisa de campo, realizada no mestrado, que teve como tema a Política de Responsabilidade Social Empresarial. Naquela oportunidade, os participantes da pesquisa eram, em sua maioria, trabalhadores que atuavam nas ações de Responsabilidade Social por meio do trabalho voluntário.

Mas, o que de fato despertou a curiosidade foram as conversas que surgiam após as entrevistas, que não faziam parte do roteiro de entrevistas, e que num momento de desabafo, acabavam demonstrando insatisfação desses voluntários uma vez que nesse processo, alguns recebiam para a coordenação de tal função, enquanto outros, apenas ficavam na execução das ações, respondendo a ordens que vinham de uma hierarquia interna da empresa.

Dessa forma, a “ação voluntária” dos empregados despertou o interesse em se aprofundar sobre a questão que, dentro do ambiente empresarial, no caso específico, envolve uma extensão do trabalho para o desenvolvimento das ações de

Responsabilidade Social Empresarial, bem como pelo estudo bibliométrico realizado para verificação temática.

Assim, a importância que o trabalho voluntário assume na sociedade brasileira torna-se um problema de pesquisa, que necessita ser pensado e analisado frente a um contexto de crescente expansão do trabalho voluntário ocorrido nas últimas décadas, sendo incorporado por setores governamentais, não governamentais, econômicos e políticos, compondo nova morfologia do trabalho, mediante o recorrente processo de reestruturação vivenciada naquele universo.

No entanto, pensar sobre essa temática exige, também, conhecer seu movimento histórico, ou seja, a passagem da motivação, exclusivamente, caritativa cristã para uma ação cidadã. Foram trabalhados no decorrer dos capítulos alguns autores do Serviço Social e de outras áreas das ciências sociais, que deram suporte para as discussões em torno das categorias “caridade” e “cidadania”. Sendo o conceito de caridade entendido como ato de ajuda ao outro, geralmente incorporado pelo sentimento de uma obrigação cristã, conforme preconizado nas Encíclicas Papais, e o conceito de cidadania apoiado nas questões de direitos e deveres como apontado por Covre, Demo e Ghon.

Assim, o **objetivo geral** é conhecer o trabalho voluntário nas perspectivas da caridade cristã e da ação cidadã, para entender como é organizado e, qual a consciência que se cria em torno do trabalho voluntário, na visão de quem o executa.

Os **objetivos específicos** são:

- contextualizar o trabalho voluntário por meio das produções acadêmicas produzidas nos cursos de pós-graduação em Serviço Social;
- compreender o incentivo ao trabalho voluntário no contexto das encíclicas papais e dos programas governamentais;
- caracterizar a formação desse voluntariado, numa perspectiva crítica, em relação ao processo de atendimento às demandas sociais;
- verificar como se insere o trabalho voluntário no município de Passos/MG e identificar os significados e as compreensões para o desenvolvimento do trabalho voluntário no município de Passos/MG.

Adotou-se como premissa ser possível compreender o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil, a partir da análise das condições estruturais presentes na sociedade e no atendimento às demandas sociais. Para tanto, recorreu-se às

Encíclicas Papais, aos programas governamentais de incentivo à formação do voluntariado, tendo como base a década de 1930, quando foi instituída a profissão de Serviço Social no Brasil. Procurou-se identificar novos espaços ocupados pelo trabalho voluntário atualmente e, analisar os significados e compreensões a seu respeito.

Na práxis, elaborou-se recorte sobre o município de Passos, no qual 13 instituições se encontram cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município, e executam suas ações por meio do trabalho voluntário.

Discutir o trabalho voluntário, no curso de Serviço Social, é de suma importância, tendo em vista o compromisso que a categoria profissional possui com a classe trabalhadora, por meio do Código de Ética da Profissão e do Projeto Ético Político Profissional.

Sabe-se que o trabalho voluntário ganha visibilidade no Brasil a partir das iniciativas de caráter religioso e, também, está imbricado na gênese do Serviço Social brasileiro, uma vez que a profissão inicia-se no país a partir das ações caritativas desenvolvidas pelas “Damas da Caridade” ligadas à Igreja Católica, até se profissionalizar na década de 1930, passando pelo Movimento de Reconceituação na década de 1960, superando assim, a perspectiva humanista por meio da adoção de novos referenciais teóricos e metodológicos, na tentativa de romper com o conservadorismo.

Pode-se dizer ainda que, atualmente, o assistente social é um dos profissionais chamados a trabalhar na organização desse voluntariado em instituições privadas e filantrópicas, revisitando antigas práticas com novas roupagens ordenadas pela área da Administração Científica.

Do mesmo modo, o trabalho voluntário também se legitima no Brasil por meio da criação da Lei do Voluntariado, no ano 1998 e, em tempos de crise estrutural do trabalho, proliferam-se as práticas do trabalho não pago para o atendimento às expressões da questão social, explicitando o movimento da prática cristã para a ação cidadã.

Portanto, descrever a passagem de um trabalho, até então considerado como uma prática cristã, para a proposta de uma análise crítica acerca de sua ação cidadã, torna-se um desafio frente à expansão dessa modalidade de trabalho e de toda sua complexidade.

Não obstante, é importante reforçar o quão essencial é para o Serviço Social, debater criticamente sobre a categoria trabalho, tendo em vista a aproximação dessa profissão com a teoria social de Marx e a relação que a profissão de assistente social possui com a prática do trabalho voluntário desde sua gênese.

Pode-se ainda afirmar que as novas configurações do trabalho voluntário se mostram como uma estratégia para o enfrentamento as expressões da questão social, por meio de um trabalho não profissional. E, apreender essas questões imbricadas na dinâmica da sociedade capitalista e toda sua funcionalidade é, ao mesmo tempo, visualizar possibilidades de resistência.

CAPÍTULO 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a construção desse trabalho procurou-se desvelar respostas mediante procedimentos científicos, sendo necessário minimamente um “questionamento reconstrutivo” (DEMO, 2008). O esforço de compreender o movimento do trabalho voluntário e suas determinações particulares implicou em apreender as mediações históricas que dão dinamicidade nas suas relações com as questões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Para Léfèbvre:

Não se poderia dizer melhor que só existe dialética (análise dialética, exposição ou “síntese”) se existir movimento; e que só há movimento se existir processo histórico: história. Tanto faz ser a história de um ser da natureza, do ser humano (social), do conhecimento! É isso o que dizia (não sem negá-lo e renegá-lo) Hegel; e o que Marx e Lênin repetem (comprovando-o, fazendo-o). A história é o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades, conflitos, problemas teóricos, e resolvendo-os (ou não). (1983, p. 21).

Construir conhecimento sobre determinado fenômeno social pressupõe investigar e analisar as determinações que lhe dão dinamicidade, apreendendo particularidades passadas, que se expressam no presente e criam possibilidades futuras.

Bourquignon (2006, p. 49), enfatiza que “Assim, o método tem caráter histórico - pois contextualiza as relações sociais numa dada estrutura social e econômica de produção (...)”.

A dialética tem por objetivo proporcionar alicerces para uma interpretação mais dinâmica e totalizante da realidade. Gil (2010) destaca que por meio dela os fatos sociais não podem ser entendidos, quando considerados de forma isolada, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Segundo Gil, Karl Marx e Engels, desenvolvedores do materialismo dialético como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios:

a) A unidade dos opostos - todos objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte de desenvolvimento da realidade.

b) Quantidade e qualidade - quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas, graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

c) Negação da negação - a mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno do que era antes. (GIL, 2010, p. 13).

Deste modo, para o presente trabalho adotou-se a lógica do materialismo dialético aplicada à categoria Trabalho, mais precisamente sobre o trabalho não remunerado, caracterizado como prática caritativa e de cidadania, o que configura uma unidade entre os opostos, quando se considera que a execução de um “trabalho” pressupõe o recebimento de um salário.

O processo de desenvolvimento dessa realidade gera transformações no valor do trabalho, ou seja, na remuneração do esforço pelo trabalho. E, no caso, o trabalho voluntário é a própria negativa da quantidade de esforço humano embutida no tempo e nas práticas realizadas.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa. Também se utilizou da pesquisa de campo e da análise de conteúdo.

A abordagem quantitativa e qualitativa, considerada como pesquisa mista de acordo com Hernández, Collado e Lucio (2013, p. 548), almeja maior entendimento sobre o fenômeno pesquisado, “[...] a meta da pesquisa mista não é substituir a pesquisa quantitativa nem a pesquisa qualitativa, mas utilizar os pontos fortes de ambos os tipos combinando-os e tentando minimizar seus potenciais pontos fracos”.

Os autores ainda apresentam alguns benefícios da pesquisa mista:

- Perspectiva mais ampla e profunda;
- Maior teorização;
- Dados mais “ricos” e variados;
- Criatividade;
- Indagações mais dinâmicas;
- Maior solidez e rigor;
- Melhor “exploração e aproveitamento” dos dados.

Num primeiro momento foi realizado levantamento bibliográfico e documental sobre o desenvolvimento do trabalho voluntário no Brasil. Percebeu-se que não há muitas produções que discutem, de forma crítica, a questão do trabalho voluntário, e

as que existem são relativamente novas, levando-se em consideração que essa prática existe desde o processo de colonização.

A partir dessa constatação, passou-se a investigar sobre como o trabalho voluntário estava sendo discutido nos programas de pós-graduação existentes no Brasil, com o intuito de verificar quais as áreas do conhecimento mais se interessavam em tratar dessa temática e quais as suas abordagens.

Considerando que o trabalho voluntário esteve, em sua gênese, interligado com a Igreja Católica e a inexistência de estudos que aprofundassem o tema sob esse viés, procedeu-se consulta às Encíclicas Papais para entender como a Igreja Católica se posicionava frente ao desenvolvimento e fortalecimento do trabalho voluntário.

Em seguida, elaborou-se breve análise sobre a incorporação dessa forma de trabalho no âmbito político e econômico, onde foram realizadas consultas a autores que discutem o tema, a partir dos programas governamentais criados na década de 1930.

Nesse percurso, sentiu-se a necessidade de construir o elo com o Serviço Social, pois é nessa mesma década que esse é inserido no Brasil por meio da Igreja Católica e do Estado, como forma de atendimento às demandas da classe operária por meio da classe burguesa. Simultaneamente, foram analisadas as condições econômicas e políticas para o processo de desenvolvimento do trabalho voluntário à luz do processo de reestruturação produtiva do capital no Estado neoliberal com estímulo à participação cidadã.

Destarte, o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil foi estudado, teoricamente, considerando-se as condições que o particularizam em cada época, abordando aspectos culturais, sociais políticos e econômicos.

Para a pesquisa de campo, a princípio, pretendia-se realizar um estudo comparativo entre instituições públicas e privadas que executavam suas ações assistências por meio do trabalho voluntário, na tentativa de compreender como era organizado, desenvolvido e qual a funcionalidade dada ao trabalho voluntário em ambos os espaços na atualidade.

Porém, não foi possível, devido à dificuldade em ter uma instituição privada disposta a participar da pesquisa. Diante desse impasse, escolheu-se para esse estudo as instituições filantrópicas, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, no município de Passos/MG. Com o cenário escolhido e após a

autorização para realização da pesquisa, passou-se a fazer contato com os representantes das respectivas instituições para a coleta de dados, o que se deu por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

Para análise dos dados, foi adotada a análise de conteúdo, que como indicado por Bardim (2011), prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

Deste modo, numa primeira fase foi realizada a organização do material a ser analisado, retomando a hipótese e os objetivos iniciais frente os dados coletados, com elaboração de indicadores que possam orientar a sistematização do material empírico. Na segunda fase, considerada a fase de exploração do material (registro, recorte, seleção), foram escolhidas as unidades de codificação e a transformação dos dados brutos em unidades de compreensão com formação de blocos que expressem determinadas categorias e subcategorias, retiradas das entrevistas e presentes na hipótese e no referencial teórico inicialmente proposto.

A terceira fase do processo de análise de conteúdo, denominada tratamento dos resultados - a inferência e interpretação, momento em que as informações foram condensadas de forma a possibilitar reflexões e interpretações sobre cada categoria e subcategoria apresentada, utilizando fragmentos das falas dos sujeitos.

Não se pretende com esse estudo ir contra as ações voluntárias, mas refletir como essa ação se expande na atualidade para o atendimento as demandas sociais e a quais funcionalidades está atendendo.

1.1 aproximações sobre as produções acadêmicas em torno do trabalho voluntário no Brasil

Conhecer os estudos realizados nos programas de pós-graduação sobre o trabalho voluntário foi de fundamental importância para iniciar essa pesquisa, pois são poucos os livros publicados em torno da temática e, conhecer o estado da arte sobre as produções acadêmicas torna-se um desafio frente à tentativa de identificar as diferentes áreas do conhecimento, que privilegiam esse tema e suas formas de abordá-lo. Contudo, para realização desse conhecimento sistematizado tornou-se necessário eleger critérios de acesso a esse material.

Nota-se que o acesso as informações *online* tornam-se importante instrumento de pesquisa científica por meio de consulta a dados que são

registrados, ou indexados em *sites* de cunho acadêmico. A utilização de recursos eletrônicos para a disseminação das produções científicas é uma forma de dar visibilidade ao que se está produzindo na comunidade acadêmica e assim, poder promover continuidade em pesquisas já realizadas ou mesmo conhecer o estado da arte em determinados assuntos.

Nessa fase da pesquisa procedeu-se para a identificação das produções científicas sobre o trabalho voluntário apresentadas nos programas de mestrado e doutorado, por meio de consulta a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Essa biblioteca digital foi concebida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - IBICT, tendo o seu lançamento no ano de 2002.

Por meio de consulta a esse portal de teses e dissertações pôde-se mapear o que está sendo produzido e discutido sobre a temática, utilizando-se do estudo bibliométrico para obter indicadores sobre a produção científica voltada ao trabalho voluntário no Brasil.

O termo Bibliometria foi criado por Paul Otlet, em 1934, no tratado da documentação, sendo antes esta ciência conhecida como bibliografia estatística, termo cunhado por Hulme, em 1923. Todavia, consolidou-se em 1969, após a publicação do artigo de Pritchard, sob o título “Bibliografia estatística ou Bibliometria?” (VANTI, 2002).

A bibliometria como uma técnica estatística dissemina a produção do conhecimento científico, possibilitando identificar o comportamento da literatura em determinada área do conhecimento.

Segundo Araújo (2006) há três leis, consideradas clássicas, neste tipo de abordagem:

- Lei de Bradford, formulada em 1934 - Dispersão do conhecimento científico, onde se busca identificar os periódicos mais produtivos de uma determinada área;
- Lei de Lotka, formulada em 1926 - Medição de produtividade elaborada a partir da contagem de autores;
- Lei de Zipf, formulada em 1949 - Distribuição de frequência das palavras, onde as palavras mais usadas indicam o assunto do documento.

No Brasil o uso da bibliometria é recente, desde 1970, período de reorganização das atividades de Ciência e Tecnologia no país. Assim, se insere a partir dos estudos elaborados pelo IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e

Documentação, hoje Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT que mantém a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, criada no ano de 2002.

Contudo, o uso dessa metodologia oscila no meio acadêmico na década de 1980. Mas, com o avanço da informática, na década de 1990, o interesse aumenta surgindo o subcampo, a *webmetria*. Ao longo da década de 1980 houve queda no interesse pela bibliometria, tanto no Brasil como no exterior. E, no início dos anos 1990, com as possibilidades do uso do computador, voltou a haver um grande interesse na exploração das metodologias quantitativas. Na verdade, desde a primeira *International Conference on Bibliometrics and Theoretical Aspects of Information Retrieval*, na Bélgica, em 1987, essa disposição já havia se manifestado (ARAÚJO, 2006, p. 22).

A validade da bibliometria foi questionada pelo fato de dar importância apenas a dados quantitativos. Deste modo, alguns autores propuseram que deveria servir de suporte à outras técnicas na realização de estudos concretos, sendo relacionada a um conjunto de métodos qualitativos fornecidos pelas ciências sociais (ARAÚJO, 2006).

Na atualidade, muitos têm se servido dessa técnica de pesquisa, ampliando o uso da bibliometria a outros referenciais e métodos, como é demonstrado por Araújo (2006, p. 26). Também o uso de dados bibliométricos como indicadores da produção científica passou a ser, cada vez mais frequente, diante do conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas no sentido de dispor desses indicadores para o planejamento nacional das atividades de pesquisa científica (MUGNANI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004, p. 123; GUEDES; BORSCHIVER, 2005; KRZYZANOWSKI; FERREIRA, 1998).

É evidente que a bibliometria contribui para quantificar, avaliar e analisar informações, facilitando o mapeamento de informações oriundas de teses e dissertações dos programas de pós-graduação. Neste cenário, a bibliometria é um dos métodos utilizados para conhecer a produção acadêmica em torno do trabalho voluntário.

Os resultados da análise bibliométrica realizada estão apresentados em forma de tabelas e gráficos. Foi localizado no banco de dados da BDTD um total de 53 teses e dissertações, identificadas com o tema “trabalho voluntário”, localizados por meio do campo de busca “assunto”. Essa foi uma forma escolhida para filtrar os dados, pois há nessa biblioteca um montante muito maior de trabalhos indexados,

quando se coloca todos os campos no sistema de busca. Entretanto, foram utilizadas 46 para análise, pois sete desses trabalhos foram indexados de forma repetida. Estas pesquisas foram defendidas em programas de pós-graduação existentes no Brasil, no período de 2001 a 2016.

Vale ressaltar que esses dados são referentes apenas aos trabalhos indexados na BDTD, e que existe a possibilidade de muitos trabalhos defendidos nos cursos de Pós-graduação no Brasil, ainda não terem sido indexados na biblioteca digital. Esse fato foi verificado mediante busca realizada nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, onde foram identificados 143 trabalhos usando o termo “Trabalho Voluntário”, contudo não há a possibilidade de acesso a alguns desses títulos, e muitos deles possuem apenas uma relação com o trabalho voluntário, não sendo esse o tema central de estudo. Deste modo, optou-se pela BDTD pela facilidade de acesso ao conteúdo dos trabalhos e por ser uma base de dados que direciona ao tema específico.

Como resultado dessa pesquisa verificamos que o ano de 2006 foi o que apresentou a maior quantidade de defesas entre os anos pesquisados. Os anos de 2007, 2008, 2010 e 2015 mantiveram a média de cinco trabalhos defendidos nos cursos de Pós-graduação. Já nos anos de 2003 e 2004 não houve produção científica na área, cadastrada na BDTD. Esses dados estão distribuídos na tabela a baixo:

Tabela 1. Distribuição anual das teses e dissertações localizadas na BDTD.

ANO	FREQUÊNCIA
2001	2
2002	1
2003	0
2004	0
2005	2
2006	6
2007	5
2008	5
2009	3
2010	5
2011	3
2012	4
2013	2
2014	3
2015	5
2016	1
TOTAL	46

FONTE: Tabela elaborada por Adriana de Souza Lima Queiroz, dados consultados na BDTD.

Essa pesquisa possibilitou localizar as universidades que produziram esses estudos em seus programas de pós-graduação e a frequência com que o tema era pesquisado, como demonstrado na tabela 2. Portanto, foi identificada concentração de pesquisas nas seguintes universidades: PUC-SP, com oito trabalhos, em seguida está a USP e a UFSC com quatro. Já UFRGS, FGV e a UFPB apresentam três trabalhos, enquanto sete instituições aparecem com dois trabalhos e as demais, que também totalizam sete, com apenas um cada.

Nas indexações referentes à Universidade Metodista consta no portal da BDTD um total de seis pesquisa. Todavia, salienta-se que são apenas dois, pois os títulos foram indexados de modo repetitivo.

Tabela 2. Distribuição das instituições onde foram defendidas as teses e dissertações nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD.

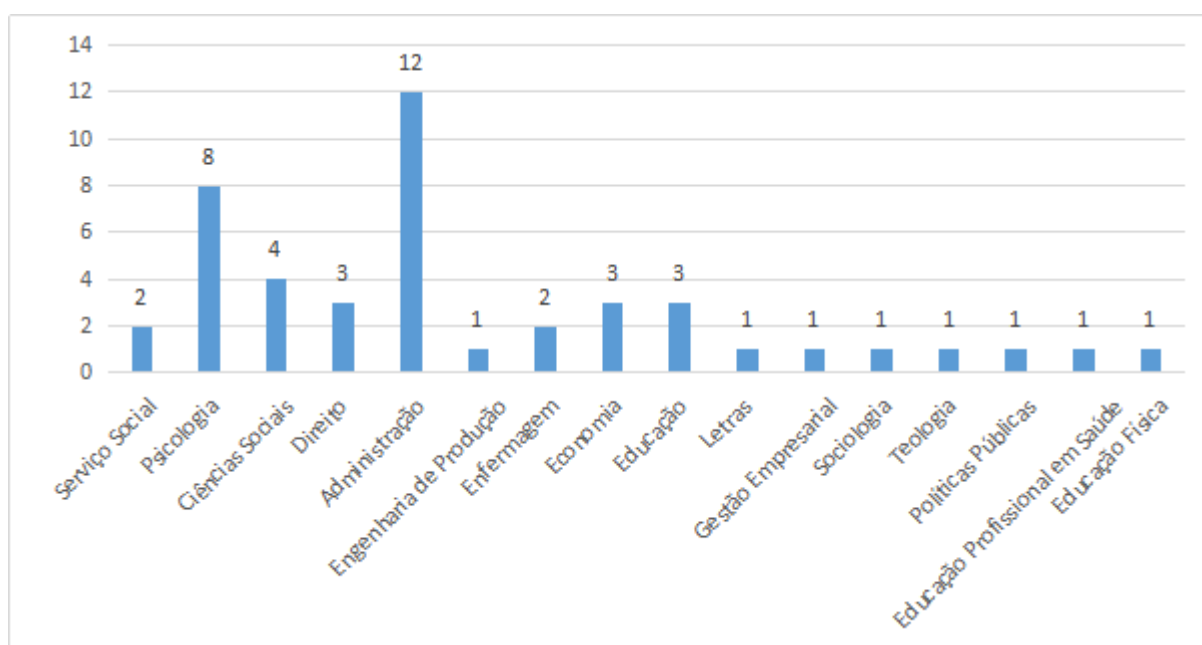
INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
USP	4
UFRGS	3
UFSC	4
FGV	3
METODISTA	2
UFC	2
UFRN	2
UFU	2
INISINOS	2
EST	1
FIOCRUZ	1
UDESC	1
UERJ	2
UFMA	1
UNICAMP	1
UFPB	3
PUC-SP	8
UFV	2
UNESP	1
FECAP	1
TOTAL	46

FONTE: Tabela elaborada por Adriana de Souza Lima Queiroz, dados consultados na BDTD.

Através do gráfico 1 demonstra-se a distribuição das áreas de conhecimento que tratam do tema, identifica as 46 teses e dissertações referentes ao trabalho voluntário, distribuídas em 16 diferentes áreas do conhecimento, a Administração se destaca como a área que mais elaborou teses e dissertações sobre o trabalho voluntário, sendo 12, de acordo com a pesquisa realizada na BDTD.

Na sequência aparece a **Psicologia** que também se sobressai nesse assunto, com oito pesquisas. Na área de Ciências Sociais evidencia quatro pesquisas. Já as áreas de Serviço Social, Ciências Sociais, Direito, Economia e Educação, contribuíram com o tema de modo tímido, com apenas três trabalhos. Enfermagem e Gestão empresarial, com dois trabalhos. E, as demais áreas voltadas para Engenharia de Produção, Letras, Sociologia, Teologia, Políticas Públicas, Educação Profissional em Saúde e Educação Física apresentam uma pesquisa.

Gráfico 1. Distribuição das áreas do conhecimento que tratam da temática trabalho voluntário.



FONTE: Tabela elaborada por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

Na tabela 3 optou-se por distribuir essas áreas de conhecimento por instituições, o que evidencia a diversidade apontada nos programas de pós-graduação, que tratam do referido tema.

Com relação à PUC-SP, instituição que possui a maior concentração de pesquisas referente ao trabalho voluntário, no total de nove, identifica-se que a área da Psicologia possui maior número de pesquisas voltadas ao trabalho voluntário, com três pesquisas. Em seguida, observa-se o Serviço Social e o Direito com duas pesquisas, e Ciências Sociais e Administração com uma pesquisa.

Já nas instituições que apresentam um total de quatro pesquisas na área, realizadas na UFSC e USP, nota-se que não houve prevalência de uma única área do Conhecimento, sendo o tema abordado pelas áreas: Serviço Social, Engenharia

de Produção, Psicologia, Enfermagem, Economia, Educação, Direito, Letras. Nas demais instituições também não há dominância de uma única área de Conhecimento.

Tabela 3. Distribuição por áreas de conhecimento, dos cursos de pós-graduação, onde foram defendidas as teses e dissertações nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD.

INSTITUIÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO	FREQUÊNCIA
PUC-SP	Serviço Social	1
	Psicologia	3
	Ciências Sociais	1
	Direito	2
	Administração	1
METODISTA	Psicologia	2
UFSC	Serviço Social	1
	Engenharia de Produção	1
	Psicologia	1
	Enfermagem	1
USP	Economia	1
	Educação	1
	Direito	1
	Letras	1
FGV	Gestão Empresarial	2
	Administração	1
UFPB	Administração	2
	Economia	1
UFRGS	Psicologia	1
	Administração	1
	Enfermagem	1
UERJ	Educação Física	1
	Ciências Sociais	1
UFC	Sociologia	1
	Administração	1
UFRN	Administração	2
UFU	Educação	1
	Psicologia	1
UFV	Economia	1
	Psicologia	1
UNISINOS	Administração	1
	Ciências Sociais	1
EST	Teologia	1
FECAP	Administração	1
FIOCRUZ	Educação Profissional em Saúde	1
UDESC	Administração	1
UFMA	Políticas Públicas	1
UNESP	Ciências Sociais	1
UNICAMP	Educação	1
TOTAL		46

FONTE: Tabela elaborada por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

Com base nesses dados, fica evidente a afirmativa de que o trabalho voluntário é tratado por várias áreas do Conhecimento. Esse fato, mediante a complexidade do tema, pode colaborar para interpretações parciais e, até mesmo, enviesadas.

Os dados da tabela 4 apontam desequilíbrio na distribuição dos trabalhos por nível (mestrado/doutorado). O que faz supor que há preferência nos programas de pós-graduação em desenvolver as pesquisas sobre essa temática em nível de mestrado, em detrimento às pesquisas que são realizadas em nível de doutorado.

Tabela 4. Distribuição do nível dos trabalhos - teses e dissertações, defendidos nos anos de 2001 a 2016, de acordo com os dados da BDTD.

NÍVEL - MESTRADO/DOCTORADO	FREQUÊNCIA
Mestrado	41
Doutorado	5
TOTAL	46

FONTE: Tabela elaborada por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

Mediante a essas informações e após haver verificado que o trabalho voluntário ganha projeção nas áreas da Administração e da Psicologia, realizou-se breve análise sobre esses trabalhos com o intuito de identificar as concepções criadas em torno do trabalho voluntário no meio acadêmico nessas áreas, também acrescentamos os trabalhos identificados na área do Serviço Social.

É necessário ressaltar que a metodologia de pesquisa utilizada não confere o rigor necessário para um levantamento consistente de dados sobre o trabalho voluntário, apesar das evidências demonstrarem as poucas produções acadêmicas em torno do tema. Contudo, considera-se válida a tentativa de se chegar a uma aproximação sobre o estado da arte em torno trabalho voluntário nas produções acadêmicas e pela necessidade de continuidade de pesquisas a respeito.

1.2 A projeção do trabalho voluntário nas áreas da Administração da Psicologia e do Serviço Social

Submeter as produções acadêmicas em torno do trabalho voluntário a uma análise crítica, supõe compreender como vem sendo elaboradas as suas

concepções e construções teóricas na atualidade. Não obstante, não podemos fazer essa análise excluindo-a do processo de reestruturação produtiva do capital sobretudo, no âmbito das áreas do conhecimento que mais se destaca na pesquisa do voluntariado, quais sejam, a Psicologia e a Administração.

Ao situar-se em um programa de pós-graduação em Serviço Social, e pelo fato da pesquisadora ser assistente social, também se fez necessário realizar uma análise sobre os estudos em torno do trabalho voluntário nessa área.

Para a sistematização dos dados nos trabalhos acadêmicos analisados, procurou-se de início identificar o título, ano de publicação, instituição, nível e área de concentração.

Quadro 1. Distribuição das teses e dissertações na área da **Psicologia** de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.

Título na área de Psicologia	Ano	Instituição	Nível	Área de concentração
CONCEPÇÕES DE POBREZA E VOLUNTARIADO ENTRE VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS	2014	UFSC	Mestrado	Práticas Sociais e Constituição do Sujeito
INTERFACES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA APOSENTADORIA	2005	UFRGS	Mestrado	Psicologia social e institucional
SENTIDOS DA EXPERIENCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM UMA INSTIUIÇÃO RELIGIOSA	2011	PUC/SP	Doutorado	Psicologia clínica
SOBRE NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO QUE SE ARTICULAM A REPERTÓRIOS HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE	2010	PUC/SP	Mestrado	Psicologia social
AS RELAÇÕES ENTRE SUPORTE SOCIAL E BALANÇO EMOCIONAL	2009	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	Mestrado	Psicologia da saúde
OTIMISMO, SUPORTE SOCIAL E VALORES DO TRABALHO COMO ANTECEDENTES DE BEM ESTAR SUBJETIVO DE TRABALHADORES	2009	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	Mestrado	Psicologia da saúde
VOLUNTARIADO UMA DIMENSÃO ÉTICA	2008	PUC/SP	Mestrado	Psicologia clínica
BEM-ESTAR SUBJETIVO E BEM-ESTAR NO TRABALHO: UM ESTUDO COM IDOSOS QUE TRABALHAM	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Mestrado	Psicologia aplicada

FONTE: Quadro elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

A partir desse quadro compreende-se que as principais categorias utilizadas pela Psicologia para discutir o tema se voltam para a questão do idoso, sendo o trabalho voluntário caracterizado como uma opção para aqueles que se encontram aposentados e estão em busca de bem-estar. O tema também é tratado nas pesquisas numa perspectiva religiosa, ética, de suporte social e emocional, relacionado à questão do atendimento a pobreza e às novas tecnologias de gestão. As discussões projetam ideia sobre o trabalho voluntário deslocado de uma reflexão crítica em relação à questão social, ou seja, se limitam a questões aparentes e puramente altruísticas, sem procurar o que de fato está por trás da existência e das demandas para o amplo desenvolvimento desse voluntariado, tanto no âmbito público, como no privado.

Todos os trabalhos identificados na Psicologia utilizaram-se de pesquisa teórica, documental e de campo, tendo como argumentos centrais os seguintes apontamentos:

- Apenas uma das pesquisas centra-se no fato de se pensar criticamente a prática do voluntariado na atualidade, relacionando-a à questão da pobreza, quando foram identificadas três concepções para análise, a caridade, o controle e a solidariedade. Essa pesquisa realizada por Gonçalves (2014) utilizou como referencial teórico a Psicologia social crítica brasileira e a teoria antropológica do dom e da dádiva, tendo como autores de referência Karl Marx e Marcel Mauss. Contudo, não se aprofunda na teoria social crítica de Marx, até porque, vale dizer, Marx² e Mauss³ estão separados ante ao abismo teórico-metodológico. O principal argumento evidenciado nessa pesquisa é que as instituições pesquisadas e operacionalizadas por meio do trabalho voluntário não problematizam a questão da pobreza, sua diminuição ou superação por meio dessa ação;

- No que se refere à questão do idoso e ou aposentado identificou-se tal categoria nos trabalhos de Figueiredo (2005), Melo (2007), Ion Freitas (2009) e Lúcia Freitas (2009). O primeiro autor tem como objetivo identificar a relação entre trabalho voluntário, envelhecimento e aposentadoria. Aponta o trabalho voluntário como uma forma de retorno a vida produtiva, tendo em vista a valorização que a nossa sociedade dá ao trabalho. Além de essa ser uma forma, encontrada pelos

² Karl Marx - Seus trabalhos versam sobre filosofia, história, economia e sociologia. Sua principal obra é "O Capital" que trata de uma extensa análise da sociedade capitalista.

³ Marcel Mauss's - antropólogo que desenvolveu a teoria da dádiva, utilizada para pensar os fundamentos da solidariedade.

idosos, de se sentirem úteis com o preenchimento do tempo livre e de ser esta uma alternativa ao isolamento social. Entre os participantes da pesquisa verificou-se que o trabalho voluntário foi uma forma de ascensão profissional e, que após a aposentadoria, é uma forma de substituição do trabalho formal. Para este trabalho utilizou-se da teoria da continuidade, pelo fato de os idosos desempenharem a ação voluntária durante a trajetória de suas vidas, e na velhice desenvolverem atitudes e valores que ainda continuariam a existir. Melo (2007), numa linha que de certo modo converge com a de Figueiredo, apresenta o trabalho voluntário como interessante atividade para os idosos, pois contribui para a promoção de uma boa velhice. Em seu trabalho, o objetivo foi medir as diferenças, no que se refere ao nível de bem-estar subjetivo (BES) entre idosos voluntários e os trabalhadores formais, por meio da escala de Indicadores de BET (bem-estar no trabalho). O resultado encontrado foi que há um nível de bem-estar maior entre os voluntários;

- Já Ion Freitas (2009) e Lúcia Freitas (2009), apesar de mencionarem o idoso no trabalho voluntário e estes terem participado de suas pesquisas, não foram o foco principal. Ambos autores se basearam no referencial da Psicologia que trata sobre suporte social. O primeiro dedicou-se a descrever os níveis de dimensões de suporte social (emocional e prático) e de balanço emocional, correlacionando-os com as variáveis em um programa de apoio emocional e informacional realizados por voluntários em uma instituição beneficente. Esse trabalho procurou compreender o quadro psicológico de um grupo de pessoas que realiza o trabalho voluntário, para aprimorar os serviços assistenciais realizados pela instituição e, ainda, destaca a importância de dar continuidade a pesquisas que retratem a subjetividade de quem realiza o trabalho voluntário. O segundo buscou verificar a capacidade de otimismo, de suporte social e de valores do trabalho como preditores de bem-estar subjetivo e sua relação com variáveis demográficas. Dentre os resultados encontrados ficou evidenciado, para o autor, que quem realiza o trabalho voluntário é mais otimista e possui menos afetos negativos do que aqueles que não realizam;

- O estudo que se refere ao trabalho voluntário ligado à religião, desenvolvido por Limberger (2011), procurou compreender os sentidos do trabalho voluntário para quem o executa dentro de uma instituição religiosa. Utilizou-se da perspectiva fenomenológica com apoio de algumas passagens bíblicas que enfatizam o ato de servir. Foi apresentada a organização da Igreja Católica e suas diretrizes que orientam o voluntariado. Um ponto crítico apresentado pelo autor é que a Lei Federal

n. 9.608, de 1998, que regulamenta o trabalho voluntário, favorece a organização do Terceiro Setor, visa proteger as instituições públicas e privadas de encargos tributários e da retribuição salarial. O autor afirma nesse estudo que o trabalho voluntário na Igreja Católica se encontra fundamentado em Jesus Cristo, na posição de servir sem se submeter a um exame crítico. Como resultado apresenta que o trabalho voluntário realizado em uma instituição religiosa possibilita a revisão do modo de estar no mundo com os outros, onde o servir e o amar colocam-se como propostas fundamentais, além de possibilitar uma revisão de valores religiosos e ao mesmo tempo, como diz o autor, “[...] configurando um modo de estar no mundo que não é conscientizado nem questionado, o que aconteceria em um trabalho psicológico. [...]” (LIMBERGER, 2011, p. 94);

- Na área da saúde, o trabalho de Pereira (2007) é discutido na perspectiva da tecnologia da gestão, e no fato de que a proliferação deste trabalho está vinculada às políticas públicas. O objetivo central foi verificar como esse trabalho é performado no hospital a partir da postura construcionista para um diálogo com a proposta da Teoria Ator Rede. A pesquisadora buscou instituições hospitalares no Estado de São Paulo, por meio de consulta ao *site* do Centro do Voluntariado de São Paulo e optou por realizar a pesquisa empírica em apenas um. No decorrer da pesquisa bibliográfica a autora menciona que a atividade voluntária se desenvolve com a prática assistencialista e, atualmente, incorpora instrumentos de gestão como forma de dar visibilidade as ações, de cooptar pessoas e de conseguir recursos financeiros. Como resultado, a autora menciona que, nesse setor o trabalho voluntário encontra-se “profissionalizado” em relação a outros setores, no que diz respeito a questões organizacionais, pois, adota estratégias de recrutamento, seleção e organização desses trabalhadores por meio de fichas, planilhas, documentos facilitando o controle sobre essa força de trabalho, além e oferecer treinamentos. Em busca de uma reflexão mais crítica sobre o assunto, mas sem se aprofundar, a autora considera que “[...] o Estado responde à postura neoliberal ao remeter as questões sociais para a população, utilizando a estratégia do estímulo aos sentimentos altruísticos.”. Nesse sentido afirma que “[...] o trabalho voluntário alia-se aos interesses econômicos do governo”. (PEREIRA, 2007, p. 26);

- Na dimensão ética, o trabalho de Ferrari (2008) procura abordar as motivações inconscientes que levam ao trabalho voluntário, examinando relação entre o sujeito voluntário e o receber da ação voluntária, questiona esse lugar

inabalável de benfeitor que normalmente ele ocupa no imaginário social. A pesquisa se referêcia na área da psicanálise abordando texto Freudiano e ocorre a partir da experiência da autora como supervisora de mais de oitenta voluntários em um programa de voluntariado. A autora enaltece que esse tema se encontra “[...] num terreno praticamente virgem, que permite muitos desdobramentos, tanto psicanalíticos, quanto sociológicos, econômicos e políticos.” (FERRARI, 2008, p. 99), e que no campo das motivações essa ação pode ser tanto altruística quanto egoística “[...] é um cuidar de si mesmo que se coloca como propósito primeiro, numa ação dita solidária.”. Como resultado coloca o quanto pode ser devastador uma ação movida por motivações egoísticas, considerando ser essa uma violência velada, que na maioria das vezes ocorre no abandono da ação e na frustração causada nas pessoas que contam com aquela ajuda.

Quadro 2. Distribuição das teses e dissertações na área da **Administração** de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.

Título na área de Administração	Ano	Instituição	Nível	Área de concentração
ESTUDO DA SATISFAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS ENGAJADOS EM ENTIDADES COM ÁREA DE ATUAÇÃO DIVERSA, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	2002	UFRGS	Mestrado	
RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA CORPORATIVA: O CASO DA JOHNSON & JOHNSON	1998	FGV	Mestrado	Economia social e Terceiro Setor
MOTIVAÇÃO PARA EXPECTATIVA, ENTRADA, PERMANÊNCIA E SAÍDA: UM ESTUDO LONGITUDINAL NO VOLUNTARIADO DA FUNDAÇÃO CIDADE VIVA	2016	UFPB	Mestrado	Administração e Sociedade
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO VOLUNTÁRIO: EXPECTATIVAS E MOTIVOS NA PASTORAL DA CRIANÇA	2012	UFRGN	Doutorado	
CAPITAL SOCIAL E TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO SOBRE A PASTORAL DA CRIANÇA EM SANTOS/SP	2008	PUC/SP	Mestrado	
COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE PORTO ALEGRE	2007	UNISINOS	Mestrado	

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs COMO ESPAÇO DE INVESTIMENTO PROFISSIONAL	2006	UFC	Mestrado	Gestão estratégica e instrumental de recursos humanos
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O QUE HÁ DE FILANTRÓPICO NO TRABALHO VOLUNTÁRIO?	2012	FGV	Mestrado	Gestão empresarial
PONTOS CRÍTICOS PARA O DESEMPENHO DOS VOLUNTÁRIOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	2015	FGV	Mestrado	Gestão empresarial
O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETENCIAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO	2015	UNISINOS	Mestrado	
TRABALHO VOLUNTÁRIO: FATORES DE SUCESSO EM UMA INSTUIÇÃO FILANTRÓPICA	2006	UDESC	Mestrado	Gestão estratégica das organizações
PERCEPÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO REMUNERADO E TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO COM VOLUNTÁRIOS DA PASTORAL DA CRIANÇA	2010	UFRGN	Mestrado	

FONTE: Quadro elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

Subjaz a quase totalidade destas pesquisas uma concepção liberal de Estado, onde a sociedade civil e o mercado aparecem apartados da sociedade política, como se esta última pairasse acima das demais. Daí decorre a noção de “crise do Estado” que, deixando de atender às demandas da sociedade civil, abriria espaço para o “Terceiro Setor”. Neste, despontaria o trabalho voluntário que, à exemplo das pesquisas realizadas no campo da Psicologia, está associado à ideia da ajuda ao próximo, ao altruísmo, à compaixão, não raro, aos valores cristãos.

- Dominantemente, os trabalhos acima mencionados estruturam-se a partir de pesquisa empírica, sobretudo, junto a instituições do Terceiro Setor, buscando configurar o perfil do voluntariado, a saber, do sexo feminino, casada, na faixa etária entre 35 e 45 anos;

- Destacam-se, em quantidade, as pesquisas acerca da motivação do trabalhador voluntário, tais como Lemos (2016), Cavalcante (2012), Nascimento (2008). No primeiro caso, trata-se de estudo da Fundação “Cidade Viva”, de João Pessoa, que opera, ainda, a estratificação dos voluntários segundo tempo de

permanência na atividade. No segundo caso, o autor objetiva compreender os motivos que levam os indivíduos a dedicarem-se ao trabalho voluntário, tomando como referência a Pastoral da Criança. O trabalho mostra que motivações altruístas, de justiça social, afiliação, busca de autodesenvolvimento são estímulos para a dedicação ao voluntariado. A ausência de recursos financeiros, motivos de cunho pessoal e religiosos são estímulos para deixarem o trabalho voluntário. O terceiro também se dedica à Pastoral da Criança, em Santos - SP, mas a partir de outra chave teórica, mais sólida. A autora mobiliza o conceito de capital social, identificando inúmeras motivações para o trabalho voluntário: caridade cristã, ajuda ao próximo, ajuda mútua, solidariedade, participação comunitária, indignação, cidadania, entre outras. São cerca de 200 pessoas que atuam nesta pastoral em Santos. Mais uma vez, o perfil é de mulheres, neste caso, acima de 40 anos, com baixa escolaridade. A “ajuda” é o que move a maioria dos voluntários. O “tempo livre” foi fator fundamental para participar, seja pela aposentadoria, seja pela independência dos filhos;

- A pesquisa de Matsuda (2002) dedica-se à satisfação do trabalhador voluntário. Para tanto, estudou 5 organizações, de diferentes áreas de atuação (defesa do meio ambiente, amparo aos idosos, atendimento de portadores de deficiência física, prevenção de DST's, desenvolvimento de crianças e adolescentes) do município de Porto Alegre. A autora aponta que o nível de satisfação dos voluntários foi alto no que toca à realização pessoal: a ação voluntária nasceria da necessidade de uma plena satisfação pessoal, onde o indivíduo atenderia a motivações religiosas, culturais, filosóficas ou morais. Paradoxalmente, as expectativas seriam maiores que sua realização, produzindo uma idealização das reais condições de exercício do voluntariado. De modo geral, a pesquisa destaca que os voluntários se encontram “satisfeitos” com a ação que desempenham;

- Outros trabalhos ligam-se ao problema das competências, tendo como base as dimensões individuais e coletivas na prática do trabalho voluntário e aos fatores de sucesso da instituição filantrópica, em face dos requisitos encontrados no trabalhador voluntário que, no caso estudado, o Centro de Apoio ao Paciente com Câncer (CAPC), é a principal força de trabalho, que apresentariam características específicas como o comprometimento, valores intrínsecos apoiados na solidariedade e na caridade. Respectivamente, são os trabalhos de Brahm (2015) e Portinho (2006);

- Outra pesquisa, Abreu (2015), buscou estudar o trabalho voluntário durante os Jogos Olímpicos de 2014, no Rio, trazendo um dado preocupante, embora sem a preocupação do autor em analisá-lo, senão a partir da operacionalização do conceito de trabalho voluntário e sua lógica interna no caso estudado. À saber, o voluntariado representa 40% da força de trabalho de um megaevento esportivo;

- Já as pesquisas de Pithon (2012), que analisa o discurso e práticas adotadas no campo da Responsabilidade Social Corporativa de uma empresa de consultoria multinacional, com escritório no Rio de Janeiro, como “ações que se revelam uma farsa desde suas motivações até suas realizações”; de Oliveira Júnior (2006), que investiga as organizações não governamentais como “espaço de investimento profissional”; e de Rosenchan (1998), cujo enfoque é a reorganização do espaço público através da atuação de empresas privadas no Terceiro Setor como “opção estratégica”. Todas essas se voltam para racionalização do trabalho voluntário.

- Somente dois trabalhos abordam o voluntariado desde uma aproximação com o mundo do trabalho, ainda que não o façam desde a crítica da economia política ou de uma ontologia do ser social. Neste, mais uma vez a Pastoral da Criança (em Natal, no Rio Grande do Norte) comparece como objeto de reflexão. O trabalho de Trigueiro (2010) busca compreender a percepção entre o trabalho assalariado e o trabalho voluntário. Não faz crítica aos fundamentos do trabalho voluntário, senão compara com o trabalho remunerado; já Débora Azevedo (2007) se aproxima do mundo do trabalho, a partir do estudo do voluntariado, por meio de Manuel Castells, tomando a reestruturação do capitalismo como instaladora da “sociedade em rede”. Com isso, despontariam novas formas de controle no mundo do trabalho. A flexibilização do trabalho estimularia o desenvolvimento tecnológico e tais transformações atingiriam a “área social”, no interior do qual vem à cena o Terceiro Setor, como uma das “soluções” para os problemas sociais decorrentes do desenvolvimento econômico. A autora estuda a figura do “coordenador de voluntários”, que nasce neste processo, a partir da chamada “abordagem de competências”. Assim, dedicou-se a pesquisa acerca das competências do coordenador de voluntários de uma organização de Terceiro Setor, que atua com crianças e adolescentes. Sua abordagem se inscreve ao campo das relações de trabalho e gestão de pessoas, tomando o voluntariado como um desafio a ser enfrentado, no sentido de sua incorporação.

Quadro 3. Distribuição das teses e dissertações na área do **Serviço Social** de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.

Título na área de Serviço Social	Ano	Instituição	Nível	Área de concentração
ÉTICA E VOLUNTARIADO NO SERVIÇO SOCIAL	2010	PUC/SP	Mestrado	Ciências Sociais aplicadas: Serviço Social
A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O TRABALHO DOCENTE VOLUNTÁRIO NA UFSC	2007	UFSC	Mestrado	Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais

FONTE: Quadro elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

Embora se tenha encontrado apenas duas pesquisas na área do Serviço Social, de acordo com o critério de escolha definido para busca. Em posterior consulta realizada, modificou-se o termo de busca de “assunto” para “título”, com a intenção de verificar se havia outras instituições com programa de pós-graduação em Serviço Social, que tinham pesquisas realizadas sobre o trabalho voluntário. Essa consulta possibilitou verificar que, além do trabalho já mencionado no quadro acima, que possui em seu título o termo “trabalho voluntário”, também foram encontradas mais duas pesquisas, que para nossa surpresa, eram estudos realizados pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP - Campus de Franca. Para uma análise mais completa das pesquisas realizadas sobre o trabalho voluntário na área do Serviço Social, optou-se por acrescentar mais essas duas pesquisas indexadas pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP, como detalhado no quadro a baixo.

Quadro 4. Distribuição das teses e dissertações na área do **Serviço Social**, publicadas pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP - Campus de Franca, de acordo com: título, ano, instituição, área de concentração e linha de pesquisa.

Serviço Social	Ano	Instituição	Nível	Área de concentração
PERCEPÇÃO DE IDENTIDADES NO TRABALHO VOLUNTÁRIO: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	2001	UNESP	Doutorado	
O TRABALHO VOLUNTÁRIO DESENVOLVIDO NO GRUPO DE APOIO A PACIENTES ONCOLÓGICOS DE PASSOS E REGIÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DESTA AÇÃO	2011	UNESP	Mestrado	Serviço Social Trabalho e Sociedade

FONTE: Quadro elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados na BDTD.

No que tange as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação ligados ao Serviço Social, prevalece um viés mais crítico em torno do tema com pesquisas empíricas de abordagem qualitativa. O referencial teórico marxista foi citado em três dos quatro trabalhos identificados, procurando tecer uma análise crítica em relação ao trabalho voluntário e suas funcionalidades e/ou o identificando como mais uma forma de precarização do trabalho. A exemplo das pesquisas da Administração e da Psicologia, o trabalho que não adota o referencial marxista, procura associar o trabalho voluntário ligado ao Terceiro Setor, como um preenchedor das lacunas do Estado.

- A pesquisa de Leite (2011), abordou o trabalho voluntário ligado ao Terceiro Setor, aprofundando a sua relação com o Estado e com o desenvolvimento das OCIP's no Brasil, onde segundo a autora, começa-se a ter um trabalho voluntário especializado e organizado. Dentre os quatro trabalhos analisados é o único que não utilizou da abordagem marxista e não problematiza as reais intenções ou mesmo a funcionalidade do trabalho voluntário. Procura discutir de forma crítica a ligação do trabalho voluntário com o surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil, faz também uma retrospectiva dos programas governamentais, até chegar nos movimentos sociais e na criação do Terceiro Setor com a parceria do Estado para o estímulo a ação "cidadã", onde há uma expansão das instituições filantrópicas e conseqüentemente do voluntariado. A pesquisa de campo se deu em torno do Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico de Passos e Região (GAPOP), que é uma casa de apoio para acolhimento dos pacientes acometidos pela doença do câncer. Como resultado da pesquisa empírica foi apresentado por Leite a necessidade de se qualificar e especializar o voluntariado, além de ter no quadro de funcionários um profissional assistente social, para atuar como coordenador nessas instituições sociais, por ser um profissional propositivo e interventivo que está diretamente ligado à área social.

- Dois dos trabalhos analisados apresentam certa semelhança em suas pesquisas, ao abordar o trabalho voluntário como uma forma de se chegar ao trabalho formal. Entre esses, o de Carneiro (2001), ao afirmar que o trabalho voluntário possui em suas formas de comparecimento a inserção primária para uma futura inserção formal no mercado de trabalho, ou como uma forma de reapropriação tática de recuperação do valor humano do trabalho. Desse modo, a autora procura investigar o trabalho voluntário e o lugar estratégico que procura

ocupar na sociedade. Debate a relação entre trabalho remunerado e voluntário, sendo esse cooptado como arma de ação política. Para tanto faz uma análise das atuais formas de precarização do trabalho e da ausência do trabalho. Já o trabalho de Alves (2010), seguindo a linha de Carneiro, porém com propósitos diferentes, busca investigar o uso do trabalho voluntário para o trabalho formal dentre os profissionais do Serviço Social. Debate a relação ética e moral que envolve a atuação voluntária do assistente social delineando as matizes do trabalho exercido sem assalariamento e suas interfaces com a precarização do trabalho e a despolitização da questão social junto a complexidade da práxis ético política do assistente social. Nesse trabalho o autor indica que o trabalho voluntário é vulgarmente reconhecido como possibilidade de cidadania, porém não aprofunda nessa questão. Faz uma análise do voluntariado e sua relação com valores cristãos a partir da caridade, agrega também ao seu trabalho análise crítica sobre o “trabalho” e suas determinações históricas para reprodução social, entrando no debate marxista do trabalho como uma mercadoria. O autor introduz a questão do Serviço Social como um interlocutor para o desenvolvimento da caridade através da Igreja Católica na sociedade brasileira, o que trouxe as primeiras manifestações do trabalho voluntário organizado no Brasil.

Ressalta-se que dentre todos os trabalhos analisados, esse é o único que faz uma menção da caridade com a Doutrina Social da Igreja Católica, chegando a mencionar as Encíclicas Papais *Rerun Novarun*, *Quadragésimo Ano* e *Caritas In Veritate*. Na pesquisa empírica entrevistou assistentes sociais que atuam como voluntárias constatando o quanto é “[...] difícil e penoso para o profissional contemporâneo perceber-se como sujeito coletivo sócio historicamente, inserido em uma conjuntura de precarização e alienação” (ALVES, 2010, p. 113). Aponta para a necessidade de estudos sobre as relações do cotidiano profissional com as demandas éticas da profissão.

- No trabalho de Silva (2007), o objetivo é discutir o trabalho docente voluntário na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como uma das expressões da centralidade do trabalho. Nesse trabalho a autora aborda diversos autores que discutem a questão “trabalho”, entre esses Karl Marx, István Mészáros, Gyorgy Lukács e Ricardo Antunes, sendo o último o mais citado, até pelo fato de se apoiar em Marx e Mészáros. As abordagens escolhidas pela autora para discutir o trabalho voluntário partem do viés da “compaixão”, “solidariedade” e “indignação”.

Aprofunda também sobre o Terceiro Setor utilizando-se de Carlos Montañó para esse debate, faz uma crítica contundente em relação às políticas neoliberais e chega a um debate sobre as universidades brasileiras. Como resultado ficou evidente na pesquisa o sentimento de exploração por parte dos professores que atuam como voluntários, contudo prevalece uma relevância do trabalho na vida desses professores voluntários como forma de expressar a sua identidade na sociedade contemporânea.

Após a análise dos trabalhos acadêmicos elaborados em torno do tema trabalho voluntário, percebe-se que essa forma de trabalho está imbricada na sociedade brasileira, mostrando que há forte apelo tanto em relação à solidariedade, à caridade e até mesmo à responsabilidade, o que vai na contramão dos direitos sociais, como afirmado pelo autor Jairo Melo Araújo (2008).

Esse imbróglio constitui-se no âmbito de interesses políticos, econômicos e sociais, que conformam essa ação tanto do ponto de vista individual, guardando aspectos altruísticos, como do ponto de vista político e econômico revelando-se como parte das estratégias do capital para a ampliação de sua margem de extração de mais-valia⁴ extraordinária, indicadas por sua crescente expansão nas últimas décadas no Terceiro Setor e na área de responsabilidade social empresarial.

Para explicar a questão da mais-valia extraordinária, reporta-se ao trabalho de Souza (2009), que analisa a atuação do trabalho voluntário nas ações de responsabilidade social, seja no desenvolvimento de atividades de interesse público, seja no repasse de recursos financeiros para entidades já existentes ou para a criação de entidades sem fins lucrativos, ou mesmo no estímulo a seus funcionários e demais pessoas da comunidade para atuarem voluntariamente a favor de uma causa social, trazendo para a empresa não necessariamente o lucro por meio dos

⁴ **Mais-valia** é um termo cunhado por Karl Marx, e de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, escrito por Tom Bottomore (2001), é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, onde o excedente toma a forma de lucro. “[...] é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. [...]” (p.360), segundo o autor, para Marx até aqui não há uma troca injusta, mas a apropriação dos resultados do trabalho excedente não pago, porém, a história da produção capitalista é a luta pela ampliação da taxa de mais-valia e a luta da classe trabalhadora é a tentativa de resistir a esse aumento. Sendo esse aumento ocorrido pela via da “mais-valia absoluta” que “[...] envolve o crescimento da taxa de mais-valia por meio de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alterações no montante do trabalho necessário. [...]” (362). Isso ocorre quando há a ampliação da jornada de trabalho tanto em horas excessivas como em alta intensificação do trabalho. E quando essa forma de extração de mais-valia atinge seu limite é utilizada a extração da mais-valia relativa que pode ocorrer de dois modos: nos limites de deterioração das condições físicas da classe trabalhadora, e o segundo seria pela constante transformação dos métodos de produção com introdução de inovação tecnológicas.

processos de produção, mas uma valoração de sua marca objetivando mais lucros em seus produtos. Assim, essa nova forma de exploração da força de trabalho “[...] busca também outro tipo de extração da mais-valia: a extraordinária” (2009, p. 5).

Segundo Souza (2009, p. 6),

Ela ocorre quando, no processo de procura do aumento da produtividade, se descobre uma nova forma de produzir uma dada mercadoria com menor custo ou com maior produtividade. Decorre que, até que essa nova forma de produção se generalize à escala social, aqueles que a utilizam individualmente conseguem um lucro extra. Esse tipo de mais-valia não acompanha, portanto, o padrão e a normalidade da produção. Pelo contrário, ela só é possível de ser extraída enquanto se mantiver na condição de diferencial de um processo de produção para outro, até que não seja apropriado pela concorrência.

Nesse sentido autora enfatiza que é por meio da mais-valia extraordinária que as empresas vão aperfeiçoando as condições de produção e circulação até que isso se converta em vantagens para o capitalista. A partir do momento que esse processo passa a ser adotado de forma generalizada, ele deixa de extrair mais valor.

Então, quando a maioria das empresas em cada segmento tiver adotado a prática do desenvolvimento de ações de RSE, isso deixará de ser um diferencial de uma ou algumas empresas e a vantagem obtida em função dessas ações irá se reduzindo até sua extinção, iniciando-se o processo de busca de um novo diferencial. (SOUZA, 2009, p. 6).

Esse estudo não se propôs a aprofundar a temática do trabalho no processo de produção capitalista e sua relação com o trabalho voluntário, mas fez necessário abordar esse assunto, mesmo que de forma sucinta, para que se possa compreender de forma crítica a apropriação do trabalho voluntário pelos setores econômico e político.

Retomando a análise das pesquisas, a tentativa de superar alguns dos limites que são colocados para conhecer criticamente o tema, como as poucas produções teóricas sobre o assunto, a compreensão sobre as produções acadêmicas em torno do trabalho voluntário, nos programas de pós-graduação, é um passo importante para identificar como esse assunto vem sendo discutido e também para dar visibilidade a essa forma de trabalho, não pago e informal, que se expande num momento de profundo declínio do trabalho formal e de ascensão da precarização das relações laborais.

Após a leitura dessas pesquisas fica evidente a necessidade de aprofundar e ampliar as discussões sobre o trabalho voluntário, principalmente no âmbito do Serviço Social, por estar diretamente relacionado a categoria “trabalho”⁵ e as expressões da “questão social”⁶ pela via das políticas públicas sociais.

O esforço aqui empreendido se limitou a identificar apenas as áreas do conhecimento que mais se destacaram (**Psicologia** e **Administração**) e a área do **Serviço Social**, como complemento, sendo todas pesquisas empíricas, realizadas, em sua maioria, em instituições do Terceiro Setor. Poucas se arriscaram a breves reflexões críticas atrelando o trabalho voluntário a lógica de funcionamento do capital.

A Psicologia segue a tradição no estudo comportamental, preocupando-se em relacionar o trabalho voluntário a questão de bem-estar do idoso e a questões motivacionais. A Administração também explora o campo motivacional, a questão da satisfação, da solidariedade, da caridade, da operacionalização e a questão da incorporação do trabalho voluntário na área da Responsabilidade Social Corporativa. Já o Serviço Social buscou ser mais crítico apresentando algumas das funcionalidades do trabalho voluntário no sistema capitalista, contribuindo para a despolitização das expressões da questão social.

A partir desses dados, com ressalvas ao Serviço Social, observa-se que o valor extraído no processo de desenvolvimento do trabalho voluntário não é analisado pelos trabalhos acadêmicos e nem mesmo o fato de, no mais das vezes, estes trabalhadores estarem sob o comando da lógica da subsunção, ainda quando atuam nas funcionalmente chamadas “áreas sociais”. Esses trabalhadores não possuem controle algum sobre o processo de trabalho ou o resultado de sua atividade. São, na maioria das vezes, incentivados e comovidos para o desenvolvimento de uma ação num estado de consciência altruística aparente.

⁵ Esclarece-se que a categoria trabalho é entendida pelo Serviço Social como fundante do Ser Social e das relações sociais de produção, tendo o Serviço Social em seu Projeto Ético Político Profissional firmado o compromisso com a classe que vive do trabalho em resposta ao processo de reestruturação produtiva que atende as imposições do sistema capitalista.

⁶ Aqui evidenciamos que o Serviço Social intervém nas demandas oriundas do sistema capitalista manifestadas nas expressões da questão social, sendo estas objeto de trabalho do Serviço Social tanto em instituições públicas como privadas. Porém, nota-se que é no setor público, junto as políticas sociais que o profissional encontra mais espaço de atuação profissional. Contudo evidencia-se que há um progressivo deslocamento do atendimento a questão social para o terceiro setor que prioriza o trabalho voluntário em suas intervenções sociais. Deslegitimando essas demandas frente a ofensiva neoliberal num processo de continuo retrocesso as conquistas sociais que, com muita luta tem sido pauta de trabalho dos assistentes sociais para efetivação e garantia de direitos da grande massa que vivencia a consequências das desigualdades sociais.

É interessante destacar que a extração da mais-valia não se dá no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, mas no campo da extração do sobre trabalho, a partir da reestruturação produtiva de trabalhadores “livres”, que se dispõe a uma “servidão voluntária” e impositiva em prol de uma coletividade social.

A partir dessas reflexões arrisca-se a apresentação de algumas premissas, como:

- a existência de uma liberdade fictícia que se cria no processo de desenvolvimento do trabalho voluntário na atualidade;
- a subordinação experimentada por esses trabalhadores, tanto em relação ao capital, como junto às relações sociais e pessoais que se constroem nesse processo, relações essas mascaradas pelo altruísmo, caridade e solidariedade;
- o trabalho voluntário é mais uma modalidade de subsunção formal e real que se amplia frente a expansão das carências sociais e econômicas, anestesiando a grande massa dos despossuídos dos meios de produção, numa relação onde quem nada tem recebe de quem pouco possui.

As consulta e análise sobre o que vem sendo produzido em torno do trabalho voluntário no Brasil, em alguns dos programas de pós-graduação, possibilitou aproximações sobre como esse tema vem sendo apropriado e abordado no meio acadêmico.

Parte-se agora para a elaboração do referencial teórico onde será apresentado o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil.

Apesar desse assunto já ter sido debatido em vários trabalhos e livros que tratam da temática, pertinente se faz trazê-lo à tona a partir do momento que se passa a agregar novos elementos a discussão. Entre esses elementos a pesquisa documental realizada nas Encíclicas Papais, a interlocução do trabalho voluntário no âmbito político e econômico e com o Serviço Social, além de discussões sobre a reinvenção do tema para a solidificação do exercício da cidadania.

CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO

“Distribuir dinheiro é algo fácil e quase todos os homens têm este poder. Porém, decidir a quem dar, quanto, quando, para que objetivo e como, não está dentro do poder de muitos e nem tampouco é tarefa fácil”.
Aristóteles (384 - 322 a.C.).

Esse capítulo versa sobre o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil, compreendendo de antemão as suas relações com a Igreja Católica, através das ações caritativas promulgadas pelos documentos Papais. A consulta a esses documentos possibilitou o desenvolvimento de um aporte teórico pouco explorado para se conhecer a gênese das ações voluntárias, sob o viés caritativo.

Adiante passou-se para a contextualização sobre a incorporação do trabalho voluntário no âmbito político e econômico. Priorizou-se uma breve abordagem sobre os programas governamentais que incorporam o trabalho voluntário no Brasil, a partir de 1940, com o governo Vargas, até o ano de 2017 com o governo de Temer. Também se fez necessário discutir sobre as leis de regulamentação do trabalho voluntário, para em seguida comentar sobre as formas de incorporação do trabalho voluntário pelo setor econômico.

Tendo o Serviço Social forte ligação em seu histórico com a Igreja Católica e com as expressões da questão social, optou-se por elaborar um referencial teórico que abordasse o Serviço Social nesse contexto, com o propósito de tão somente apresentar como e em que condições a profissão surge no Brasil, sem, no entanto, adentrar nas questões relativas ao processo evolutivo da profissão e suas conquistas.

Por fim, as discussões aconteceram em torno da reinvenção do trabalho voluntário na chamada ação cidadã. Esse referencial objetivou descrever o movimento do trabalho voluntário, aqui entendido como uma passagem da caritativa cristã para a atual ação cidadã.

2.1 Elementos para a caracterização do movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil

Neste capítulo abordar-se-á o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil, bem como a influência da Igreja Católica nesse processo, pois entende-se

que essa ação surge ligada à ideia de caridade desenvolvida por grupos cristãos. Assim, desde já, objetiva-se esclarecer que o foco deste estudo se volta apenas à Igreja Católica, apesar do trabalho voluntário ser desenvolvido por outras religiões, que são praticadas no país.

Tal recorte fundamenta-se pela existência das Encíclicas Papais onde as ideias da Igreja Romana são explicitadas, enquanto nas demais religiões não se tem documentos que abordem, de forma evolutiva, o pensamento sobre o trabalho voluntário em suas doutrinas. Também, se levou em consideração o fato de que um trabalho, realizado de forma voluntária, é fruto da construção histórica que promove inúmeros impactos na sociedade.

Para essa discussão, no que concerne à caridade, foram consultadas algumas das Encíclicas Papais que tratam do tema, os programas de governo que incentivaram e incentivam a formação desse voluntariado, bem como as extensões desse trabalho voluntário no Serviço Social brasileiro, considerando que esse movimento perpassa questões inter-relacionadas com as crenças religiosas, com o sistema político, com as transformações sociais e econômicas.

Compreender este movimento histórico abre a possibilidade de superação das aparências, na tentativa de perseguir a essência do fenômeno que se manifesta nas representações individualizadas e coletivas. Esse processo de análise em direção a essência do fenômeno consiste, segundo Munhoz (2006, p. 27):

- Na compreensão interna do fenômeno quando se procura entender os elementos que o constituem internamente;
- Na identificação das dimensões maiores em que aquele fenômeno se insere e na compreensão interna de cada uma dessas dimensões maiores, das diferentes totalidades relativas em que o fenômeno está compreendido;
- Na explicação do fenômeno em função dos determinantes externos a ele e que influem na sua existência, identificados quando da análise das referidas totalidades relativas em que se encontra inserido.

Segundo Kosik (1976): “[...] cada fenômeno deve ser entendido como um todo parcial e histórico, pertencente a uma totalidade complexa. [...]” (apud BOURGUIGNON, 2006, p. 48). Assim, a sua essência só terá sentido a partir da totalidade em que se insere. Neste processo, a teoria torna-se fundamental para reproduzir o movimento do real numa totalidade determinada historicamente e mediada pela dinâmica da complexidade.

A totalidade, enquanto categoria da Teoria Social de Marx, conduz ao conhecimento da unidade do real que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade desse real. A totalidade não quer dizer todos os fatos ou a soma das partes. Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos. O ser social se caracteriza por ser totalidade, visto que se relaciona e interage com os demais elementos constitutivos do real e é determinado pela sua dinâmica histórica (BOURGUIGNON, 2006, p. 47).

Assim, estudar o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil, pressupõe apreender as determinações passadas que se expressam no presente e determinam as possibilidades futuras.

2.1.1 Contextualização do trabalho voluntário caritativo

As origens da ação voluntária se misturam com a ação social, que existe desde o início das civilizações, e se confunde com a própria história dos indivíduos em relação aos seus semelhantes.

Na antiga sociedade grega, viajantes recebiam tanto comida como abrigo nas casas dos ricos, ou então partilhavam a hospitalidade camponesa. Os profetas judeus foram os pioneiros das modernas organizações promotoras de campanhas. Trabalhavam incansavelmente pela justiça social, política e econômica e pressionaram seus governos a modificar as práticas políticas e administrativas. A idéia de dar esmolas também era muito difundida. Na época romana, o direito a milho grátis ou barato dependia da cidadania e era hereditária, passando de pai para filho (HUDSON, 1999, p. 1).

As ações sociais fizeram parte do processo evolutivo das sociedades, e no âmbito religioso, tomam a conotação de caridade, que segundo Kisnerman (1983) o interesse do homem pelo seu semelhante surge a partir do cristianismo e, é a partir da ideia de salvação pelas obras realizadas por meio de ajuda material que a caridade vai ganhar significação.

A esmola a exortação e a persuasão como recursos elementares caracterizam este largo período de origem do voluntariado, no qual a fé, o sentimento e a intuição substituem o conhecimento científico frente às situações que geram tal estado de carência (KISNERMAN, 1983, p. 3).

Destaca-se que a ideologia da caridade cristã, congregava interesses⁷ que

⁷ Destaca-se aqui o interesse da Igreja Católica em manter sua influência no poder político e moral da sociedade brasileira.

culminaram no crescimento das organizações religiosas, firmando a ideia do voluntariado cristão no auxílio aos órfãos, enfermos, pobres, idosos e deficientes. Dois autores, Pilloti e Rizzini (1995), retratam essa questão da Igreja nas ações voluntárias, por meio de um trabalho elaborado sobre a história das políticas sociais e da assistência a infância no Brasil.

Segundo esses autores, as primeiras instituições para o cuidado com a infância foram instaladas na América através das congregações católicas, e suas principais fontes financeiras eram doações voluntárias. Caracterizava-se pela “filantropia leiga”, realizada por setores dominantes com o objetivo de atenuar o conflito social vivenciado no século XIX, e para a manutenção do *status quo*.

Pela ação filantrópica, as elites da época empreenderam o que poderia ser chamado de campanhas morais contra a miséria, oferecendo uma assistência de caráter tanto facultativo como condicional: em troca dos favores concedidos espera-se a submissão do beneficiário, assim como mudanças de conduta de acordo com as expectativas da classe dominantes (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 36-37).

Outros autores que abordam a questão são Curullón e Medeiros Filho (2002), que afirmam existirem no Brasil, desde o século XVI, instituições de cunho caritativo e cristão que atendem pessoas carentes, geralmente, orientadas por fins filantrópicos e baseadas no modelo português das Casas de Misericórdia. Sendo que até o século XIX, os pobres eram vistos como marginalizados da sociedade, a ser resolvido por meio de asilos, educandários, corporações profissionais.

No Brasil, o trabalho realizado por meio dessa ação voluntária apresenta base, quase que exclusivamente religiosa, com a fundação das Santas Casas de Misericórdia, no ano de 1543, o que segundo Camargos (2008), pode ser considerado o marco inicial do trabalho voluntário no Brasil.

Fazer registro histórico do trabalho voluntário no Brasil exige, também, retomar a formação sócio histórica, e rememorar a ação dos padres Jesuítas, que chegaram no ano de 1549, com a intenção de catequizar a população indígena. Naquela época, o trabalho era caracterizado como ação missionária, educacional e caritativa, como menciona Neves (2002, p. 72), “[...] O pressuposto básico da missão é o de que a cristandade tem uma dimensão social que deve ser cumprida.”.

Todavia, a caridade cristã, como propulsora das ações de caráter voluntário ou solidário, será consolidada por meio das Encíclicas Papais⁸ que começam a disseminar as ideologias necessárias para o desenvolvimento e efetivação do trabalho voluntário caritativo. Por meio de seus documentos, divulgava-se as vantagens que se pode obter por meio dessas ações, como meio de reparar algum dano ou alguma injustiça que se tenha cometido. Essa seria uma forma de se redimir com a Santa Sé, ajudando a Igreja e a sociedade, como evidencia a Encíclica *Immortale Dei*:

[...] Se, pois, no passado, tiveram lugar alguns dissentimentos, cumpre sepultá-los num sincero esquecimento; se alguma temeridade, se alguma injustiça foi cometida, seja qual for o culpado, cumpre tudo reparar por uma caridade recíproca tudo redimir por um comum assalto de deferências para com a Santa Sé. Deste modo, obterão os católicos duas vantagens importantíssimas: a de ajudarem a Igreja a conservar e a propagar a doutrina cristã, e a de prestarem o serviço mais assinalado à sociedade, cuja salvação está fortemente comprometida pelas más doutrinas e pelas más paixões. (IGREJA CATÓLICA, 1885, p. 16)

É oportuno frisar que ao longo dos séculos, a Igreja se preocupou com a formação da consciência caritativa e com a propagação do trabalho voluntário religioso para o atendimento aos pobres, como forma de exercer o seu controle e poder. Para Cunha (2010, p. 89), “[...] um dos objetivos da Igreja Católica era recuperar o espaço que vinha perdendo na sociedade. Despertavam preocupações o avanço do liberalismo, das teorias materialistas e do socialismo, e a perda de fiéis.”.

Assim, a Igreja Católica lança mão de seu “poder ideológico”, que segundo Demo (2002, p. 29), “[...] Tomando como referência a definição weberiana de obediência - relação na qual quem obedece assume a vontade de quem manda sem se quer perceber - [...]”. Para que essa relação de subserviência concretizasse, a Igreja Católica utiliza-se de “artimanhas”, como a criação de ideologias⁹ necessárias para a manutenção do poder e, assim essa relação torna-se aceitável quando há envolvimento lógico e emocional.

⁸ *Documentos* pontifícios escritos pelos Papas, dirigidos aos Bispos e repassado aos fiéis. Trata-se do posicionamento da Igreja sobre determinado tema.

⁹ Para Demo (2002, p. 30-31) a ideologia configura como um [...]discurso orientado para justificar, encobrir, pregar subalternidade, por vezes até de modo ostensivo, mas mais comumente de modo sibilino [...].

Demo, por meio de Thompson (1995), afirma que a ideologia é um reflexo necessário para manutenção do poder e se utiliza de um discurso orientado com envolvimento lógico e emocional. Nesse contexto, com intuito de compreender o desenvolvimento da consciência caritativa religiosa criada pela Igreja Católica, abordar-se-á 23 Encíclicas Papais dentre as 297 Encíclicas, publicadas pela Igreja Católica, desde o século XIX.

A opção pelas Encíclicas deve-se ao fato de ser um documento social cristão disseminado de forma ampla nos países considerados católicos, e no Brasil, por possuir essa tradição católica desde sua origem, possui os antecedentes do trabalho voluntário ligado as iniciativas religiosas de amparo a crianças abandonadas e aos mais necessitados, por meio das Irmandades da Misericórdia, como menciona Arantes (1995, p. 196), em pesquisa documental realizada sobre as instituições filantrópicas brasileiras:

- Recolhimento das Órfãs (fundado em 1740) - Instituição destinada a recolher e educar órfãs, amparando as meninas pobres, no sentido de criar para a sociedade mulheres com virtudes domésticas.
- Orfanato Santa Maria (1872) – Destinado a formação de empregadas domésticas e semelhantes para meninas de cor.
- Asilo Agrícola Santa Isabel (fundado em 1886) – destinado a meninos desamparados, o asilo agrícola ofertava educação moral e religiosa com instrução primária e profissional.
- Asilo Bom Pastor (fundado em 1891) – destinado a promover a regeneração de mulheres que se desviaram do caminho do bem e da virtude.
- Asilo de São Cornélio (fundado em 1900) – atendia mulheres ministrando cursos de lavagem, engomagem e trabalhos manuais.
- Orfanato Santo Antônio (fundado em 1905) – instituição asilar com instrução primária e o ensino doméstico às meninas órfãs, visando formar futuras criadas e esposas de operários.
- Asilo Nossa Senhora do Amparo (fundado em 1914) – destinado a educar meninas para o trabalho doméstico, preparando mães de famílias cristãs.

A identificação dessas Encíclicas se deu por meio de pesquisa documental em um *site* de livros católicos. O recorte se deu em torno da categoria “caridade”, foco desta tese para compreender a relação da Igreja com o processo de desenvolvimento do “trabalho voluntário cristão e cidadão”. Assim, foi feita uma busca nas 297 Encíclicas, onde se encontrou a palavra “caridade” em 23 destes documentos. Após a identificação dessas Encíclicas que abordam a questão da caridade, passou-se para leitura das mesmas procurando evidenciar a sua identificação, ano de publicação, tema central abordado no documento e sua relação com a categoria “caridade”.

Quadro 5. Encíclicas Papais que mencionam a “**caridade**” como uma ação social da Igreja.

ENCÍCLICA	ANO PAPA	TEMA	CONTRIBUIÇÃO
<i>Inscrutabili Dei Consilio</i>	1878 Leão XIII	Males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios.	Essa encíclica utiliza o termo caridade fraterna . Refere-se às instituições de caridade como um alento às misérias.
<i>Immortale Dei</i>	1885 Leão XIII	Constituição cristã dos Estados	Enfatiza que a todos é devida a caridade e que a Igreja Católica possui uma caridade materna pelo fato de dar indulgências e condescendência. A caridade nesta encíclica é vista como uma forma dos cristãos católicos obterem vantagens.
<i>Rerum Novarum</i>	1891 Leão XIII	Condição dos operários	Considerada como uma das mais emblemáticas por abordar as questões de exploração da classe operária. No que diz respeito à caridade , esta é vista como uma virtude, é enaltecida no decorrer de quase todo o documento. Além de valorizar os costumes cristãos e o poder da Igreja, ainda se diz responsável pela felicidade das “classes deserdadas” por meio de suas instituições, que julgava como próprias para aliviar as misérias. Um ponto curioso nessa encíclica é que ataca as beneficências realizadas pelas Leis civis (criadas por homens pagãos), como forma de substituição à caridade cristã, onde só ela possui essa virtude.
<i>Quadragesimo Anno</i>	1931 Pio XI	Comemora 40 anos da <i>Rerum Novarum</i>	Exalta que é por meio dessa encíclica que nasceu uma ciência social Católica, onde a mesma foi exposta nos cursos instituídos nas Universidades Católicas. Essa encíclica entende que o trabalho não pode ser tratado como mercadoria e vê na caridade social um princípio nobre. Também critica a concentração de renda como um despotismo econômico nas mãos de poucos.
<i>Divini Redemptoris</i>	1937 PIO XI	Comunismo ateu	Faz uma crítica a <i>doutrina</i> comunista de Marx e defende a justiça social cristã feita na caridade. No item n. 46 da encíclica, discute a caridade cristã como um remédio contra o mal e valoriza o seu exercício nas obras de caridade citando as conferências de São Vicente de Paulo até as organizações de assistência social.
<i>Quam admodum</i>	1946 PIO XII	Assistência às crianças indigentes	Trata sobre a questão da infância, vistos como seres inocentes que sofrem pelo abandono, falta de comida, teto e vestuário além da necessidade do afeto, as crianças que sofrem com esse infortúnio são amparadas pela Igreja através de seus ministérios de caridade .

<i>Evangelii Praecones</i>	1951 Pio XII	Fomento das Missões	Identifica a prática da caridade como uma forma de abraçar a religião cristã e os homens chamados a “esse frutuoso trabalho”. Essa encíclica aborda a Assistência Social, fazendo referência a questão social como algo que se deve resolver com justiça e caridade.
<i>Ad Petri Cathedran</i>	1959 João XXIII	Conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade	Incita que a verdade, a unidade e a paz são alcançadas por meio do espírito de caridade , sendo ela a senhora e rainha de todas as virtudes. “A caridade é paciente, é benigna: não busca os seus próprios interesses; tudo sofre; tudo suporta” (1 Cor 13,4-7). Nessa encíclica pode-se observar o termo voluntário sendo empregado para designar aqueles religiosos que abrem mão de suas vidas para viverem exilados no trabalho voluntário.
<i>Princeps Pastrorum</i>	1959 João XXIII	Trata das missões Católicas	Enfatiza o caráter social e assistencial das missões realizadas pela Igreja Católica através de seus religiosos, sendo a caridade um sinal de identificação das pessoas cristãs e que deveria ser praticada sem discriminação. O ato de caridade é visto como um socorro material as necessidades materiais dos fiéis e as necessidades da Igreja e de seu clero, sendo que este ato se caracterizava como o testemunho de uma consciência cristã.
<i>Mater Et Magistra</i>	1961 João XXIII	Recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã	Menciona as Encíclicas <i>Renrum Novarum</i> e <i>Quadragésimo Anno</i> , e sua importância para inserir a Igreja Católica no campo econômico e social. Trata sobre os avanços científicos e sociais ocorridos nos últimos tempos e ao mesmo tempo os desequilíbrios econômicos e sociais. Tenta buscar soluções para a questão social de modo a adequar os ensinamentos da <i>Rerum Novarum</i> aos novos tempos. Propõe equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento de serviços públicos essenciais. Atribui a caridade à conjugação dos mandamentos de amor mútuo e que é por meio dela que se resume a doutrina e a ação social da Igreja. Aqui a caridade é identificada como caridade social e cristã , onde todos devem, sob caridade social, seguir os exemplos da caridade de Cristo.
<i>Pacem In Terris</i>	1963 João XXIII	A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.	Tem como propósito discutir os direitos dos seres humanos bem como seus deveres. Percebe-se que nessa encíclica a Igreja deixa de prescrever a caridade como um ato de solidariedade a quem dela necessita sem reflexão sobre a questão social, e passa a ver as pessoas como sujeitos de direitos e deveres, ou seja, como cidadão .

<i>Ecclesiam suam</i>	1964 Paulo VI	Sobre os caminhos da Igreja.	Faz alusão ao espírito de caridade como uma ação piedosa que se encontra nos valores morais pregados pela Igreja Católica, relaciona à caridade com a prática da vida cristã, sendo a pessoa caridosa tanto para com Deus como para com o seu próximo. Entende que é na caridade que tudo se explica, se inspira, se torna possível e tudo se renova. A caridade aqui é vista como uma forma de obediência à Igreja.
<i>Populorum Progressio</i>	1967 Paulo VI	Desenvolvimento dos povos	Essa encíclica menciona a questão social, a liberdade política como fatores de desenvolvimento humano. Denuncia o desequilíbrio econômico como impeditivo ao desenvolvimento. Um fato curioso é que nessa encíclica é mencionado a questão do racismo, sendo este um obstáculo para a formação de um mundo mais justo. Nessa encíclica há apenas um item que se refere especialmente à caridade , colocando-a como universal . A caridade aqui volta a ser mencionada como cristã .
<i>Humanae vitae</i>	1968 Paulo VI	Regulação da natalidade	Eis um tema polêmico motivado pela Igreja em decorrência da crescente expansão demográfica. Aqui é mencionada a palavra caridade, no entanto, foge do sentido que se procura tratar na tese, pois trata-se de uma caridade espiritual, a caridade das almas .
<i>Octogesima Adveniens</i>	1971 Paulo VI	"Justiça e paz" por ocasião do 80º aniversário da Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	Menciona a <i>Rerum Novarum</i> como inspiração para a justiça social. Retrata a questão do êxodo rural, do consumismo, do racismo, do direito à emigração, como fatores dos novos problemas sociais. Essa encíclica menciona o evangelho como meio de nos ensinar a caridade com a formação de consciência de respeito aos pobres com a formação de uma responsabilidade de ação coletiva.
<i>Evangelii Nuntiandi</i>	1975 Papa Paulo VI	A evangelização no mundo contemporâneo	Nessa encíclica a Igreja prioriza a necessidade de anunciar o evangelho. A caridade aqui é tratada como algo que é vivido na partilha , na fraternidade e na justiça . Seria a caridade pastoral vivenciada nas comunidades eclesiais.
<i>Laborem Exercens</i>	1981 João Paulo II	Discurso do Papa João Paulo II aos trabalhadores por ocasião do 90º aniversário da <i>Rerum Novarum</i> .	Essa encíclica foi destinada aos trabalhadores e trata de um discurso do Papa em comemoração ao aniversário da <i>Rerum Novarum</i> . Enfatiza que esse foi documento histórico apresentado pela Igreja à humanidade e, mais especificamente, ao mundo do trabalho. A caridade nessa encíclica é evidenciada como caridade cristã , missão dada aos trabalhadores cristãos. Também é tratada a questão social e temas contemporâneos referentes ao mundo do trabalho.

<i>Sollicitudo Rei Socialis</i>	1987 João Paulo II	Vigésimo aniversário da Encíclica <i>Populorum Progressio</i>	A solidariedade é vista como virtude cristã e está relacionada com a caridade. A caridade cristã é apresentada como amor aos pobres e se aplica às responsabilidades sociais.
<i>Encíclica Centesimus Annus</i>	1991 João Paulo II	Centenário da <i>Rerum Novarum</i>	Nessa encíclica a solidariedade também é vista como expressão da caridade cristã . Menciona que é necessário oferecer ao homem carente, não apenas o auxílio material, mas condições para promover a sua dignidade como ser humano. Registra que a caridade operativa nunca faltou à Igreja. Faz uma menção ao voluntariado que a Igreja favorece e promove para sustentá-la e encorajá-la em suas iniciativas.
<i>Evangelium Vitae</i>	1995 João Paulo II	O valor da inviolabilidade da vida humana	A caridade nessa encíclica é tratada como gesto de acolhimento e sacrifício, num cuidado desinteressado. Nessa encíclica, verifica-se o exercício da caridade por meio do voluntariado, tanto na animação social como no compromisso político. A caridade é mencionada como um serviço de apoio a promoção da vida humana.
<i>Caritas In Veritate</i>	2009 Bento XVI	Desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade	Essa encíclica é a que mais explora o tema, mencionando a caridade na verdade . A caridade aqui é vista como vocação para amar aos nossos irmãos, sendo a caridade a principal via da doutrina social da Igreja. A caridade é entendida como princípio das micro relações entre amigos, familiares, grupos de amigos, mas também das macros relações sociais, econômicas e políticas. É considerada como um dom recebido de Deus. Manifesta a preocupação com os sentidos que são atribuídos a caridade. Essa relação com a verdade seria uma forma de dar universalidade a essa caridade, para que não fique apenas nas relações, de modo que alcance um desenvolvimento humano universal nos projetos em construção. Há apelo religioso e altruístico, onde se relaciona a caridade com o amor de Deus e como algo que é dado e recebido. Pensando a caridade na contemporaneidade, essa encíclica traz que a caridade na verdade proporciona consciência de responsabilidade social, e esse espírito de consciência não deixaria a ação social à mercê de interesses privados e a lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade. Sobretudo, numa sociedade globalizada. Outro ponto a ser destacado é que a caridade superaria a justiça, pois a justiça dá ao outro o que é de fato dele, e a caridade dá ao outro por amor. Percebe-se que nessa encíclica a Igreja retoma a questão salvífica da caridade sob um valor teológico nas relações e, também, faz referência, a exemplo da <i>Rerum Novarum</i> e da <i>Populorum Progressio</i> , as mudanças sociais e econômicas do período, criticando o aumento das desigualdades. Também se percebe a

			necessidade da participação e atenção com a <i>res pública</i> por parte dos cidadãos. Refere-se também ao processo de globalização e de desvalorização das organizações sindicais por parte do Estado, o que afeta, sobremaneira, os trabalhadores.
Laudato Si	2015 Papa Francisco	Cuidado da casa comum	Essa encíclica se volta para a questão ambiental e mostra a importância do cuidado com o ambiente em que se vive. Aqui, o amor, a sociedade e o compromisso com o bem comum é uma forma de caridade . E, o exercício da caridade é visto como processo que amadurece e santifica o homem.

FONTE: Quadro elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz, a partir de dados consultados nas Encíclicas Papais. Disponível em: <<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br/p/enciclicas-papais.html>>.

A caridade é tratada nas Encíclicas Papais como uma forma de desenvolvimento e de manutenção da consciência caritativa entre os fiéis da igreja católica, e como meio de difusão de sua ideologia, recebendo conotações de: cristã, social, justiça, piedade, materna, fraterna, verdade e cidadã. Contudo, a que mais se destaca é a caridade como viés cristão.

Outros recortes para essa pesquisa também foram feitos nas encíclicas, como a questão da cidadania. Contudo, a encíclica retrata de forma subliminar a questão, inserindo-a, vagamente, em questões amplas de ordem econômica, política e social.

É interessante notar que, em algumas dos documentos consultados, a Igreja faz uma defesa intransigente sobre a propriedade privada, condena as ideias comunistas e faz alerta sobre os ricos da disseminação da teoria marxista na sociedade. A esse respeito Rosa (2015, p. 271) afirma que,

A propriedade privada, cuja existência estaria associada à dignidade da pessoa humana e à família, sempre predominou como uma questão doutrinária católica fundamental. Toda e qualquer teoria que propusesse o seu fim foi condenada pelos pontífices romanos.

A mesma autora complementa que “[...] a Igreja justificava a existência das desigualdades sociais como uma necessidade intrínseca à sociedade [...]” (ROSA, 2015, p. 171). E, tomando as explicações de Demo, pode-se verificar a evolução de um viés ideológico com envolvimento “lógico e emocional”, apelando-se à caridade como uma justiça social que se materializa nos preceitos morais na Igreja Católica.

Assim, a justiça social inspirada nas Encíclicas, e amplamente divulgada pela Igreja Católica, almejou um planejamento a longo prazo que foi decisivo para a

consolidação das ações voluntárias para o desenvolvimento de serviços assistências e a manutenção de grande parte da população na condição de recebedores de benesses.

Não se pretende aqui desmerecer o trabalho que a Igreja Católica realizou, cobrindo as lacunas deixadas pelo Estado no atendimento às pessoas desprovidas de condições de sobrevivência ou excluídas da sociedade. Mas sim, evidenciar o processo de apelo “caritativo” desenvolvido pela Igreja Católica ao longo das décadas sobre as expressões da questão social, o que de certo modo deu-lhe projeção política¹⁰ e social, além de possibilitar a congregação e a aglutinação de seus fiéis em prol das causas sociais e, de certo modo, uma parceria com os Estados, e em especial, no Brasil.

Reportando ao quadro 5 acima, evidencia-se que num primeiro momento, por meio das Encíclicas, a Igreja Católica se utiliza do ato caridoso como forma de “compensação” e ataca a caridade realizada por instituições pagãs. Trata a caridade como virtude e valor cristão que deve ser seguido pelos católicos; contudo, até então, não questiona o poder político e econômico que provoca as desigualdades sociais, foco de ação da caridade a ser realizada, é nesse ponto que se mantém conivente com o Estado.

Uma das Encíclicas, que se tornou emblemática pelo fato da Igreja se posicionar contra as atrocidades que vinham acontecendo com a classe operária, foi a *Rerum Novarum*, publicada em 1891. Essa Encíclica passou a ser mencionada com frequência nos demais documentos da Igreja Católica, décadas a frente.

No entanto, a crítica em relação ao processo de concentração de renda só vem à tona a partir de 1931, através da *Quadragesimo Anno*, década em que se iniciam as primeiras manifestações para introdução do Serviço Social como profissão no Brasil e, quando se passa a acrescentar a nomenclatura “caridade social” aos documentos papais.

Já no documento de 1951, se tem apelo maior à prática da caridade e começa a se despontar temas como a questão social e a assistência social. Um outro ponto a ser destacado pela *Evangelii Praecones* é o fato de tratar os problemas sociais, como questão a ser resolvida pela justiça e pela caridade.

¹⁰ ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro**: estratégia de inserção política da Igreja Católica no Brasil. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

Em 1959, é reforçado o caráter assistencialista das ações caritativas e, em 1961, começa a ser esboçado apelo ao poder público no trato a questão social, que fica denotada como um direito.

Pode-se dizer que, a década de 1960 foi o período em que mais se produziram documentos papais em torno da caridade, sendo cinco no total. Observa-se que naquela década as pessoas passam a ser reconhecidas pela Igreja como sujeito de direitos; a doutrinação começa a ser deixada de lado, abrindo espaço para discussões de ordem política, econômica e social; mas, não deixa de apresentar a necessidade de se ter uma obediência aos valores cristãos.

Outro ponto que a Igreja começa a manifestar atenção é a questão do racismo, que vem a ser tratado em 1967, pela *Populorum Progressio*. Já na década de 1970, a propagação da consciência caritativa ganha nova roupagem e a caridade passa a ser revestida de responsabilidade, chegando a ser reconhecida na década de 1980, como amor aos pobres.

Na década de 1990, um fato novo ocorre: o reconhecimento do termo voluntário nos documentos da Igreja. E, em 2000, as Encíclicas ficam sob os auspícios do atual Papa Bento XVI, que sem deixar o fomento habitual para o desenvolvimento da caridade, passa a ser vinculada a uma questão vocacional, altruística e de amor e, também, começa o apelo para o desenvolvimento da consciência em torno da responsabilidade social, acompanhando a onda das políticas de responsabilidade social, preconizadas mundialmente. Aborda, também, a questão ambiental sendo um compromisso da humanidade.

Em suma, percebe-se que a concepção de que por meio da caridade se consegue a salvação é o ponto de partida para se compreender o “trabalho voluntário” de cunho cristão, cujas ações, na maioria das vezes, se resume em ajudar ao próximo, ofertando bens, onde quem dá, conquistará a remissão de seus pecados e a obtenção de graças, já quem recebe permanece na condição de humildade e de aceitação. Daí infere-se que a caridade se constitui como exercício de poder para manutenção da paz e do controle social e, que esse conceito, enraizado nos preceitos católicos, perpassa por diversas culturas em diferentes momentos históricos com a finalidade de assistir as carências sociais.

Essa concepção caritativa e assistencialista, disseminada pela Igreja, como forma de ofertar ajuda aos desamparados, ganha projeção junto os fiéis da Igreja

Católica e, também, serão disseminadas nas demais religiões, que passam a se consolidar no Brasil.

Esse simbolismo religioso em torno da caridade gera parâmetros para disseminação e desenvolvimento do trabalho voluntário no Brasil frente ao crescente processo de desigualdade social. Nesse trabalho optou-se por compreender o conceito de caridade sob o viés religioso, tendo em vista a relação indissolúvel entre a caridade e a ação cristã.

Findada, mas não esgotada, a reflexão sobre a interlocução do trabalho voluntário com a Igreja Católica, passe-se a tratar sobre a relação do trabalho voluntário com as políticas sociais implantadas pelos governos brasileiros, na intenção de apresentar o movimento do trabalho voluntário na execução da assistência social no Brasil.

2.1.2 A incorporação do trabalho voluntário no âmbito político e econômico

As transformações ocorridas em torno do trabalho voluntário, a princípio desenvolvido apenas no âmbito religioso, acompanham o movimento político, econômico e social ocorrido no Brasil nas décadas recentes. No plano político, evidencia-se a criação de políticas públicas que, na maioria das vezes, contam com o apoio do voluntariado para a oferta de serviços, além das iniciativas mais pontuais do governo que passam a potencializar e a valorizar o voluntariado por meio de programas específicos, como forma de atender a grande massa populacional desprovida dos mínimos sociais básicos¹¹ para um nível digno de vida. Essas iniciativas do Estado vinculam-se ao processo de crise do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*)¹², representado pela ofensiva neoliberal e a consequente redução do Estado em investimentos na área social.

¹¹ O “mínimo social” é tratado na Lei Orgânica de Assistência Social como um patamar mínimo para garantir a sobrevivência de um(a) trabalhador(a) e de seus filhos(as), seria o limite inferior da sobrevivência humana. Segundo Marx, este limite é denominado por “necessidades naturais”.

¹² De acordo com Yazbek, a articulação entre trabalho, direitos e proteção social que configuram os padrões de regulação sócio-estatal do *Welfare State*, cuja institucionalidade sequer alcançamos no Brasil se expressa na crise da cisão entre o econômico e o social, instala desregulamentações públicas, reitera a desigualdade, busca eliminar referências universais, confronta práticas igualitárias e constrói uma forma despolitizada de abordagem da questão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos diferentes interesses em jogo na relação Estado/Sociedade.

Essa grande massa populacional em situação de miserabilidade surge em decorrência do crescente processo de industrialização, que agudiza a “*questão social*” e se expande nos governos neoliberais, alterando as condições de produção e trabalho em face ao crescente processo de globalização.

Nesse contexto, o amparo social passa a ser visto como uma das prioridades do Estado, no que tange ao seu fortalecimento e a conformação da população empobrecida, que passa a ser atendida pela prestação de serviços assistenciais criados pelos governos que, em sua maioria, são realizados com o apoio de pessoas dispostas a doarem o seu trabalho em prol de uma causa social.

[...] O Estado tem exercido esse papel, falseando a sua missão de executor de assistências sociais quando utiliza o voluntariado, valendo-se de sua solidariedade doadora. É uma estratégia que o Estado formula no encaminhamento das políticas de assistência social, cooptando os agentes sociais voluntários, em face das suas disponibilidades pessoais. Ao proceder dessa forma, o Estado torna as assistências sociais ambíguas, pois ora são da sua responsabilidade, ora da sociedade civil. (ARAÚJO, 2008, p. 42)

O voluntariado como uma estratégia governamental emerge atrelado à criação da assistência social no Brasil, na execução de ações assistências de cunho paternalista junto às populações desprovidas de renda e proteção social. Segundo Araújo (2008)¹³, o primeiro Programa de Voluntariado, a ser implementado no Brasil, por meio de políticas governamentais, ocorre no ano de 1942, sob o fundamento da solidariedade social doadora, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), comandada pela primeira dama Darcy Vargas, esposa do presidente da república Getúlio Vargas.

A LBA surge com objetivo de prestar auxílio à população carente e as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra, que ficaram numa situação de carência. A instituição surge por meio de uma parceria entre o Estado e o empresariado da época. Inicialmente, atuou com o objetivo de auxílio e, posteriormente, se expandiu, chegando a atender demandas já postas ao Governo, mas que não haviam sido atendidas. As atividades eram feitas, em sua maioria, por meio do trabalho voluntário que abarcavam grupos sociais e comunidades em todo território nacional. Entretanto, nenhuma das ações possuía cunho de desenvolvimento social ou de políticas públicas; todos os feitos eram enraizados na benemerência e na caridade.

¹³ Esses programas governamentais são detalhados no livro “O Voluntariado na contramão dos direitos sociais”.

Para Araújo (2008), evidenciava-se nesse período uma iniciativa que carregava mais do que a preocupação com os pobres ou desamparados, carregava também uma imagem política implícita, onde o nome do presidente chegava por meio das ações da LBA, aqueles lugares e pessoas de difícil acesso, pois o primeiro damismo nessas ações se reproduzia na figura da esposa dos governadores e dos prefeitos.

Já, o segundo Programa Nacional de Voluntariado, se efetiva no ano de 1979, (PRONAV/LBA), inspirado no projeto anterior, implantado após o período da ditadura militar, contando com a efetiva participação de agentes sociais voluntários para o desenvolvimento de suas ações assistenciais, onde destinava-se a atender à população que se encontrava à margem dos benefícios previdenciários: desempregados e trabalhadores informais e as suas famílias.

Dentre as ações prestadas o voluntariado concedia assistência social aos deficientes, aos velhos, a maternidade e à infância. Realizavam-se cadastros de entidades assistenciais e promoviam-se serviços através de convênios, programavam-se ações específicas para famílias de baixa renda e incentivavam-se a participação das comunidades.

Um dos diferenciais entre o Programa de 1979 e o de 1942, foi a abordagem de “massa” nas ações comunitárias. Essa era considerada uma forma de intervenção social centrada na comunidade e não apenas no indivíduo e seus familiares, sendo ancorada na comunidade e no voluntariado. Esse modelo foi o responsável por impulsionar o sistema de assistência social no Brasil, cabendo ao voluntariado promover uma ampla articulação nas comunidades.

A intenção do PRONAV/LBA era o ajustamento social dos excluídos no sentido de evocar a “nação brasileira” para uma soma de esforços que abrangia governo, comunidades e entidades sociais no combate a marginalização social. O Programa era considerado como sendo o sistema de organização do trabalho voluntário, onde as pessoas se inscreviam para realizar o trabalho voluntário.

O PRONAV/LBA, assim como o programa de 1942, foi condicionado a fatores políticos, econômicos e sociais. Naquele período, o trabalho voluntário se constituía num apelo sentimentalista, de solidariedade social doadora, trazendo em sua essência o clamor da solidariedade do povo brasileiro, onde a figura das primeiras-damas tanto estadual, municipal e federal, se constituía na premissa de que eram

portadoras da capacidade de doação às populações carentes e facilitadoras de medidas assistenciais.

Na década de 1970, o que se observa na perspectiva do voluntariado, é que havia uma intenção de tutelarem os usuários aos serviços. O voluntariado, em sua maioria, tinha o perfil adequado ao que o programa exigia, e através de suas experiências no processo de participação social acabou se tornando apaziguador de conflitos sociais.

O terceiro programa implementado no Brasil, situado no âmbito da Comunidade Solidária, surge na década de 1990, pós Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã por discutir os direitos sociais. Estava à frente do governo o presidente Fernando Henrique Cardoso, onde o PRONAV/LBA vem a ser extinto, assim como a LBA. Esse programa surge na esteira das grades redefinições do processo de produção e segue a perspectiva da solidariedade social cidadã.

O governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) propôs novo direcionamento para essas ações, transferindo sua execução e sua responsabilidade para o mercado. Surgia nesse período o Programa Comunidade Solidária e com ele o Programa Voluntários, tendo à frente a figura da primeira dama da época Dona Ruth Cardoso, contava com o apoio da sociedade civil, estimulando a solidariedade brasileira e, o governo mais uma vez, se afastava das responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil organizada.

Porém, com as contradições que surgiram durante a sua execução, este não se efetivou de maneira assertiva, apresentando pouca efetividade em suas ações. Atuava de forma pontual e emergencial, mostrando uma face assistencialista e levantando questionamentos. Em tal contexto se fortalecem as instituições que atuavam por meio do trabalho voluntário no Brasil, fazendo com que o Estado não fosse cobrado e, a sociedade civil assumisse as responsabilidades no âmbito social.

Ademais, recentemente, o então governo “provisório” de Temer, lança o Programa Nacional de Voluntariado, intitulado Viva Voluntário¹⁴. Tal programa, incrementado pelo chamamento à sociedade civil na prestação de serviços voluntários, adota medidas de utilização das horas de trabalho voluntário, como

¹⁴ Lançado oficialmente, no dia 28 de agosto de 2017, com o objetivo de aumentar o engajamento dos brasileiros e atividades solidárias e transformadoras, de acordo com o *site*, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/programa-nacional-de-voluntariado-e-lancado-nesta-segunda-28>>, acessado em 26 de setembro de 2017.

critério de desempate em concursos públicos e em processos internos de promoção, na administração pública, além de criar uma modalidade de premiação para empresas e cidadãos que se destacarem no serviço voluntário.

Esse ato do governo, além de corroborar para um aumento impositivo do número de voluntários, também favorece ao processo de intensificação do trabalho.

Muitos trabalhadores, que atuam nas esferas pública ou privada, passaram a se interessar pelo trabalho voluntário, gastando mais energia física, emocional e psicológica com a ampliação de mais horas de trabalho.

Muitos trabalhadores são cooptados pelas empresas e instituições para o envolvimento participativo em ações coletivas que são desenvolvidas com o engajamento do trabalho voluntário. Antunes (2011, p. 54) trata essa questão como “[...] um processo organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho [...]”.

[...] É como se o discurso do envolvimento racional dos trabalhadores, propalado pelo capital, se defrontasse cotidianamente com sua efetiva negação, manifestada na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na diferenciação por gênero, na qualificação, na idade etc., entre tantas fraturas presentes no mundo produtivo, condicionantes estas que se mostram como dotados de irracionalidade para o mundo do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 90).

Ainda no plano político, as ações voluntárias passam a ganhar status de “trabalho voluntário”. Esse fato ocorre a partir da regulamentação dessa forma de trabalho, ocorrida no ano de 1998, por meio da Lei Federal n. 9.608¹⁵.

Essa lei permite que o trabalho voluntário venha a assumir distintas funções e posicionamentos dependendo do foco de atuação, em face da manutenção da ordem social, transvertendo-se em uma “ação cidadã”, criada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e sancionada pelos artigos:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço.

¹⁵ Anexo D.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário. (BRASIL, 1998).

Verifica-se nesses artigos que não há atribuições específicas a serem executadas pelo voluntário e tão pouco um ordenamento jurídico sobre suas formas de comparecimento, o que interessa é o fato de que seja prestado, gratuitamente, a entidades públicas de qualquer natureza ou a instituições privadas sem fins lucrativos, mediante a assinatura de um termo de adesão, como forma de formalizar essa relação fora da égide do Direito do Trabalho.

Com relação ao ressarcimento previsto na lei, para as despesas comprovadamente realizadas para o desempenho das atividades voluntárias, Barros (2000) comenta que “[...] Alguns autores veem nesse dispositivo, principalmente quando o serviço for prestado a um ente público, a possibilidade de ser ‘ele transformado num ralo onde saíram polpudas importâncias’” (SAAD, s/d, p. 174, apud BARROS, 2000, p. 10). Acrescenta a autora que na Lei Italiana foi previsto o reembolso pelas despesas realizadas, porém nos limites estabelecidos pela organização.

Um ponto interessante de ser notado e que é comentado por Barros (2000), é que a Lei brasileira de criação do trabalho voluntário, foi baseada na Lei Italiana:

A nossa lei assemelha-se, e muito, à Lei Italiana nº 266, de 1991, a qual introduziu no ordenamento jurídico deste país o trabalho voluntário, distinguindo-o do trabalho subordinado e do trabalho autônomo. Um aspecto louvável da legislação italiana e que não consta de nossa legislação é a obrigatoriedade de o credor de trabalho fazer seguro contra infortúnio e doenças profissionais [...] (BARROS, 2000, p. 4).

Apreende-se que a lei italiana procura garantir algum direito ao trabalhador voluntário em caso de algum infortúnio, o que a legislação brasileira se eximiu de o fazer.

Ainda no âmbito político, no ano de 2000, Fernando Henrique Cardoso também assinou a Lei n. 10.029¹⁶, que facultava aos Estados e ao Distrito Federal a instituição do trabalho voluntário nos serviços administrativos e auxiliares de Saúde e de Defesa Civil, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, com duração prevista de um ano. Como critério, consta em seu artigo 4º, que o “número de voluntários não

¹⁶ Anexo E.

poderá ultrapassar a proporção de um para cada cinco integrantes do efetivo”, sendo-lhes vedado o porte ou o uso de armas de fogo, bem como o exercício do poder de polícia. (BRASIL, 2000)

Poderiam ser admitidos voluntários homens, maiores de 18 anos e menores de 23 anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas e mulheres na mesma faixa etária.

Os voluntários admitidos fazem *jus* ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços. Esse auxílio não poderá exceder a dois salários mínimos e a prestação desse serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária.

Observa-se que para a formação desse novo tipo de voluntariado, o Estado passa a reconhecer a necessidade do recebimento de proventos. Esse voluntariado é inserido em órgãos do Estado, para execução de funções administrativas e de prestação de serviços. Todavia, esse processo se caracteriza como uma forma de colocação de mão de obra temporária, precária e precarizada.

Reforça-se a ideia de espoliação pública do trabalho na prestação do serviço voluntário, onde se faz mera remuneração pelos serviços prestados a órgãos públicos, livre de qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária.

O trabalho voluntário nesse viés está servindo, cada vez mais, para o atendimento ao mercado de trabalho, no que diz respeito à desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho¹⁷ atento ao projeto neoliberal. Nesse sentido fica claro o processo de espoliação do trabalho a partir do momento em que há a necessidade de se fazer uma remuneração.

Pode-se constatar que o caráter caritativo passa a ser substituído, nessa Lei, por um caráter de interesse pessoal, ou melhor de interesse governamental, onde o trabalho voluntário passa a ser materializados em organizações voluntárias, sem fins lucrativos, que podem vir a reembolsar eventuais despesas realizadas por esses trabalhadores. A regulamentação dessa forma de trabalho por meio do termo de adesão, o que consiste na celebração de um contrato escrito, garante a ausência do vínculo empregatício, o que pode facilitar a ampliação do Terceiro Setor.

¹⁷ Antunes (2009), afirma que a flexibilização e a desregulamentação se constituem no traço distintivo da reestruturação produtiva do capital sob a condução do projeto neoliberal.

Uma outra consequência dessa lei, fica evidenciada no processo de profissionalização do trabalho voluntário, podendo a entidade ou instituição, que se utiliza desse trabalho, economizar com encargos trabalhistas e, ainda, pode exigir pontualidade, competência e responsabilidade sem que ocorra a caracterização da subordinação típica em uma relação de trabalho.

A partir dessa breve contextualização do trabalho voluntário nos programas governamentais e sobre a sua regulamentação constitucional, foi possível compreender como este, mesmo não estando totalmente ligado à religião e à caridade nos dias atuais, ainda se encontra significativamente presente na configuração social contemporânea, assumindo importante papel no atendimento às demandas sociais básicas da população.

Refletindo sobre a ótica econômica, o trabalho voluntário caracteriza-se como fenômeno mundial, que ocorre, na maioria das vezes, por meio de parcerias entre o Público e o Privado. Essas parcerias são mediadas por entidades filantrópicas, que recebem subsídio do governo para a realização de atividades assistenciais.

Tal comportamento filantrópico, tradicionalmente dominado pela Igreja Católica, se expande para o Estado e ao empresariado. Nas palavras de Mestriner (2011, p. 287-288) "esta relação dual seguiu por todo o século XX mediada pelo princípio da subsidiariedade, que libera o Estado da responsabilidade social e pública".

Essa parceria entre o Estado com a filantropia leva algumas organizações a serem reconhecidas como de utilidade pública e, deste modo, podem receber benefícios e ajuda por parte do Estado via convênios, subsídios, concessões, imunidades, isenções e dedutibilidade de doações.

Contudo, apesar da legislação beneficiar e incentivar as empresas para o atendimento a questão social, a situação de pobreza e exclusão não tem alterado, muito pelo contrário, há um agravamento que se expressa na estagnação do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, entre os anos de 2014 e 2015, que segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ocupa a 79ª posição, num *ranking* de 188 países¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/21/relat-rio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-n-o-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

A partir da década de 1990, há expressivo aumento do número de empresas, que passam a adotar a prática do voluntariado para o desenvolvimento de suas ações na Política de Responsabilidade Social Empresarial, o que é estimulado pelos programas governamentais. O assim chamado “voluntariado empresarial” é mais um dos elementos que caracterizam essa forma de trabalho voluntário, que passa a ser uma ação estratégica nas empresas que se utilizam do discurso do “ganha-ganha”, onde beneficiados são a empresa, os funcionários e a comunidade.

Contudo, sabe-se que o mercado é regido pela lógica do poder econômico. Assim, os benefícios econômicos se sobressaem em relação aos sociais. Esse fato fica evidente em uma reportagem, publicada no ano de 2012, pelo jornal Estado de São Paulo, onde a coordenadora do Núcleo de Estudos e Negócios em Desenvolvimento de Pessoas da Escola Superior em Propaganda e Marketing (ESPM) enfatiza a valorização, cada vez maior, do trabalho voluntário nas organizações, sendo esta modalidade expandida a patamar internacional pelas empresas.

A reportagem apresenta um intercâmbio profissional, proporcionado pela empresa, no período de férias de seus funcionários para o desenvolvimento de atividades sociais em outros países. Acrescenta que, além dos benefícios pessoais e profissionais, também há benefícios para as organizações que utilizam desse trabalho voluntário com o objetivo de obter “desenvolvimento profissional, integração corporativa e reconhecimento institucional”.

Assim, pode-se dizer que o trabalho voluntário, na atualidade, se interliga com os processos de reestruturação produtiva, pois por meio dessa ação, há maior comprometimento do empregado com a empresa e há o investimento no social que traz retorno para a marca, além das empresas se utilizarem dessa forma de trabalho para despertarem novas habilidades em seus funcionários (criatividade, improvisação, autonomia, iniciativa).

À sombra dessa reestruturação produtiva, por meio do trabalho voluntário as empresas passam a extrair a mais-valia, identificada como mais-valia extraordinária, como foi abordado no final do subcapítulo 1.2. Esse exemplo clarifica as formas de reinvenção do sistema capitalista com a extração máxima do excedente, absolvendo o capital do peso de uma dominação forçada. No fato citado, acima, fica nítido que a empresa consegue extrair do trabalhador um valor excedente sobre seu trabalho, mesmo gozando do seu tempo de férias.

Outra maneira em que ocorre a exploração no uso do trabalho voluntário, na atualidade, e que é ratificado pelo Programa Viva o Voluntário, mencionado no início desse capítulo é o interesse das pessoas em iniciarem nas empresas como voluntários(as), para futuramente galgarem uma vaga efetiva. Sobre essa questão, a reportagem menciona que “muitos estudantes de graduação já perceberam que o trabalho voluntário pode fazer a diferença na hora de disputar uma vaga de emprego”, passando a ser um adicional curricular. Nota-se que o fortalecimento do setor de voluntariado inova não somente para amenizar as deficiências do Estado na área social, mas para agregar valor às empresas, prevalecendo a lógica do mercado e não a do ser.

No plano social destaca-se o crescente aumento do trabalho voluntário ligado à Assistência Social, à saúde e alimentação, sendo os seguimentos prioritários para o atendimento os idosos, crianças de rua e mendigos, de acordo com pesquisa realizada e publicada no livro “Doações e Trabalho no Brasil-uma pesquisa” (LANDIM, 2000). Dessa forma, tem-se as iniciativas voluntárias ligadas à substituição das intervenções sociais, com frequente redução dos fundos públicos para o financiamento de políticas sociais. Este fato é criticado e denunciado por Paulo Netto (1999), como sendo “sabotagem das políticas sociais”.

Atribuir elementos voluntaristas e solidários à política de Assistência Social é tratá-la de forma subjetiva, informal e altruística¹⁹. O direcionamento das políticas sociais para a satisfação das necessidades sociais torna a política de assistência social vulnerável.

Araújo acrescenta,

[...] O voluntariado, ao atender ao chamamento do governo, foi capciosamente utilizado por ele para a mobilização de ações assistências. Estas foram instrumentalizadas pela solidariedade social doadora, elemento fundamental do voluntarismo, entendido como uma estratégia política governamental que degenera o processo de participação social das populações excluídas, deixando-as à mercê da boa vontade dos voluntários, o que veio ao encontro dos interesses do Estado capitalista de encobrimento dos reais mecanismos produtores de exclusão social, desconsiderando os condicionantes econômicos, colocando a realidade no patamar da moral, do civismo e da espiritualidade. Enquanto isso, o voluntariado alinhava-se na perspectiva de doação, personalizando a sua ação e, involuntariamente, tutelando e paternalizando as populações destituídas de renda e amparo social no campo da assistência social e no apaziguamento dos excluídos. (ARAÚJO, 2008, p. 201)

¹⁹ Ou seja, é tratar a Política de Assistência Social com descaso, transferindo suas responsabilidades com a construção de um discurso que caminha em sentido contrário à assistência como direito, modificando suas formas de intervenção no social. É atribuir-lhe qualidades colaborativas com participação individualista e a valoração de atitudes generosas em prol do bem-estar de outro.

Seguindo, o voluntariado caracteriza-se como uma força de trabalho não remunerada, responsável pelo atendimento imediato das demandas sociais que emergem dentro do sistema.

Verifica-se, assim, um processo de convocação e responsabilização de diferentes setores da sociedade transpondo para um segundo plano as responsabilidades do Estado, ocasionando a despolitização das demandas sociais e a viabilização de algumas políticas públicas para a sociedade civil.

Para Fagundes (2006, p. 8), o Estado se retrai na geração de políticas públicas no momento que transfere suas responsabilidades para a sociedade civil “[...] ressurgem o apelo à filantropia, para o enfrentamento da questão social. Neste caso ocorre o desmantelamento das políticas sociais, a mercantilização dos serviços sociais [...]”. O direito social perde seu caráter universalista conquistado constitucionalmente, e as questões ligas a pobreza e a desigualdade social passam a ser regidas pela filantropia com o apoio do voluntariado.

Duas autoras do Serviço Social, Yasbek (2002) e Pereira (2003), afirmam que a crise do processo de regulação estatal promovido pelo *Welfare State* - processo esse ocorrido no pós-guerra e que se quer vivenciamos no Brasil -, provoca cisão entre o social e o econômico e uma revalorização do voluntariado em substituição as falidas intervenções sociais estatais.

Tal fato também é reforçado por Carvalho (apud RAICHELIS; RICO, 1999, p. 21-22):

Também a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram aumento da pobreza e desigualdades sociais. Enfraqueceram o protagonismo da classe trabalhadora e, com ela, o pacto interclasses que sustentou o *welfare state*. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel protagônico não só na revolução cultural, mas cada vez mais, também, na definição da agenda política dos Estados.

Essa forma de pulverizar as expressões da questão social para além dos espaços políticos, reduz a cidadania e despolitiza os espaços de reconhecimento da pobreza e da desigualdade social, como aponta Yasbek (2002, p. 2) “Encolhem as responsabilidades públicas, valorizam-se as virtudes da regulação pelo mercado e desqualificam-se os mecanismos de regulação pública”.

Atualmente, evidencia-se uma rede de entidades e instituições filantrópicas, financiadas por doações de pessoas físicas e jurídicas e com a possibilidade de apoio do fundo público, o que reforça a ideia de Estado mínimo no país e a expansão na prestação de serviços sócio assistenciais, principalmente por entidades ligadas a algum movimento religioso que tendem a cuidar tanto de crianças e adolescentes, mulheres, idosos, migrantes, desempregados, órfãos, pessoas com deficiência ou com algum problema de saúde e tantas outras coisas a mais que são de finalidade pública. Encontram-se nesse elenco de serviços as Organizações não Governamentais (ONG's), que passaram a ter visibilidade no país a partir dos anos 1980 e as empresas com seus programas de responsabilidade social empresarial.

No próximo subitem dar-se-á ênfase ao Serviço Social, tendo em vista sua estreita relação com a Igreja Católica e por ser esta uma profissão que lida diretamente com as expressões da questão social.

2.2 Histórico do Serviço Social como profissão: uma estratégia de hegemonia

Para compreender os elementos que deram origem à existência do Serviço Social como profissão no Brasil, é importante localizar certos aspectos históricos, pois entende-se que a história se fundamenta na relação do homem com os outros homens e, é no conhecimento do passado que se buscam respostas para a contemporaneidade.

O conhecimento da história apresenta importância de ordem prática e é através desse conhecimento histórico que se aprende a conhecer os homens que, em condições e com meios diferentes, no mais das vezes inaplicáveis à atual época, lutaram por valores e ideias, idênticos ou opostos, aos que se possui hoje. Não há como negar que a história também é dinâmica, formada por acontecimentos de fatos ou métodos de trabalho, que explica a origem dos feitos e os relaciona a um todo numa constante dialética.

Para Hegel (1831-1970), o mundo não está construído por coisas acabadas, mas pelo conjunto de processos que somente uma lógica dialética do seu desenvolvimento poderia facilitar sua compreensão. Cada fenômeno aparece como uma oposição de forças em equilíbrio instável, na qual cada processo desponta de

uma necessidade histórica, não se podendo reconstruir partindo da análise dos fatos individuais que a compõem.

Assim, a explicação dos fatos no ato da “ajuda” aos outros deve ser dada a partir das causas que as produzam e da função que desempenha naquela sociedade. As causas podem ser encontradas nos fatos sociais ligados à situação em que o homem se coloca e que sozinho não pode superar, já a função pode estar ligada a questões mais abrangentes como econômicas e políticas.

Como um fato social e intervenção do homem no mundo, o Serviço Social só foi conhecido com este nome no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, que transformou a sociedade, não apenas do ponto de vista tecnológico como também social.

Então, os fenômenos sócio históricos e a prática profissional marcaram o Serviço Social como criação típica do capitalismo, que tem como forma de controle um conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, e é por ele influenciada, para manter determinada ordem, como afirma Martinelli (2001, p. 66),

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de suas variáveis que a ele está subjacentes alienações, antagonismos, contradições, pois, foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

O Serviço Social é uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma contradição, pois produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e com ele identificada, buscou afirmar-se historicamente como uma prática humanitária sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja como uma mistificada ilusão de servir:

As condições peculiares que determinaram o seu surgimento como fenômeno histórico social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma profissão típica do capitalismo por ele engendra, desenvolvida e colocada permanentemente a seu Serviço, como uma importante estratégia de controle social; uma ilusão, necessária para, justamente com muitas outras ilusões por ele criadas garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica (MARTINELLI, 2001, p. 66).

Assim, o Serviço Social surge vinculado a práticas sociais pré-capitalistas, sendo importante instrumento da burguesia, que tratou imediatamente de afastá-lo

da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classe. Transitando, contraditoriamente, entre as demandas do capital e do trabalho, a profissão teve extintas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando-se sempre como um modo de parecer típico do capitalismo, em sua fase industrial.

No Brasil, o projeto inicial do Serviço Social se explica às mudanças econômicas e políticas ocorridas, tanto no país como no mundo, ao final do século XIX. E, principalmente nas posições assumidas pela Igreja Católica face às mudanças que colocavam em risco sua hegemonia (NEVES, 2002).

Naquele período, as lutas da classe operária situam-se à margem da atuação da Igreja, apoiadas por anarquistas, socialistas e liberais, inspirados no anarquismo europeu trazido na bagagem dos imigrantes e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922.

Na intenção de não perder seu posto de genitora ideológica, a Igreja não ficou indiferente as interpretações ideológicas daquele período. Sendo que no campo de suas preocupações sociais, firma-se na Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada em 15 de maio de 1891²⁰. E, é sob as orientações de Leão XIII, que a Igreja Católica, no Brasil, assume uma posição conservadora em relação às classes sociais.

Após a guerra, a Igreja se vê diante da necessidade de realizar modificações, passando a reavaliar e a redirecionar sua ação junto à sociedade. Busca a recatolização do Brasil e, sua ação passa a atingir os mais variados campos, desde uma ação social, política e até a criação de faculdades. Nesse contexto a Igreja introduz o culto ao saber, entrando no campo da literatura, filosofia e artes, em geral, passando a obter uma aproximação com o Estado.

É nesse mesmo período que se dá a formação da burguesia industrial no Brasil e o conseqüente crescimento da classe operária. Surgem também discussões em torno da “questão social”, por meio das reivindicações do operariado em busca de redução de jornada de trabalho, aumento salarial e uma lei que regulamente o trabalho de mulheres e menores.

Outro fato é o processo de intensificação missionária com a publicação de inúmeras Encíclicas, reforçando e ampliando as posições defendidas pela *Rerum Novarum*, entre essas a *Quadragesimo Anno*, publicada em 1931, expondo as

²⁰ Essa é a data escolhida para se comemorar o dia do Assistente Social.

contradições na relação capital *vis à vis* trabalho, mas nunca deixando de defender a propriedade privada.

Assim, a Igreja passa a lutar pela hegemonia na organização da classe operária, cria os Círculos Operários²¹, que derivam de um movimento leigo que passa a discutir os problemas sociais à luz de pensadores da Igreja Católica, como Jacques Maritain. No final do Estado Novo, último momento da era Vargas e período de instalação de várias ditaduras pelo mundo, o Círculo Operário passa a ser substituído pela Juventude Operária Católica (JOC)²².

A vitória da Liga Eleitoral Católica (LEC), na Carta de 1934, trouxe a garantia de um espaço para o sindicalismo Católico. Em 1935, a Igreja, se vê incapaz de firmar a hegemonia, tão desejada e, acuada pelo florescimento dos movimentos de massa, renuncia ao seu projeto liberal.

A proposta corporativista laica é vitoriosa com a implantação do Estado Novo. Nessa Proposta, o Estado assumiu a função de força controladora das relações de trabalho, anulando a luta de classes, mantendo dessa forma, a ordem capitalista. O projeto de hegemonia da Igreja então, é defendido pelas elites, principalmente do “Centro Dom Vital” e da Ação Católica (NEVES, 2002, p. 121).

O mesmo autor afirma que, apesar da Igreja ter mobilizado o laicato e atuar, na Constituinte de 1934, fracassou no seu projeto de recuperação de posições na sociedade brasileira, ou seja, no conflito entre capital e trabalho. Garantiu, entretanto, defesa da “ordem” e marcou presença em vários níveis da sociedade, o que lhe permitiu idealizar a reconquista de oposições.

No contexto das tensões sociais geradas pelas relações capitalistas, o modo de ser da Igreja é desafiado a desempenhar uma ação efetiva que se substancia numa nova proposta para a organização social à chamada Doutrina Social da Igreja.

Na operacionalização dessa proposta por muitos, considerada a terceira via, a Igreja cria seus próprios intelectuais, muitos deles de origem tradicional (professores, escritores, jornalistas, e outros, posteriormente os assistentes sociais) formando então uma categoria especializada para a função intelectual (NEVES, N. P. *Hisvorieity From Social Work in Brasil: three first dacades*, 2002, p. 122).

²¹ O primeiro Círculo Operário no Brasil surgiu na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1932. O objetivo era alcançar uma elevação da classe trabalhadora, tanto econômica, cultural e social.

²² A Juventude Operária Católica, foi reconhecida nacionalmente no Brasil no ano de 1948 e tinha como finalidade “educar o operário, tornando-o consciente de seu valor”.

O interesse da Igreja, em formar a intelectualidade brasileira, passava pela preocupação em ter porta-vozes para a difusão das doutrinas e para a tomada de decisões sobre as questões de interesse da Igreja. Naquele período, o “Centro Dom Vital” e a Revista “A Ordem” foram espaços importantes para a formação dessa intelectualidade. Esteve à frente dessas duas organizações Alceu Amoroso Lima, que em 1938, lecionou aulas de Sociologia na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social, patrocinado pelo Cardeal Leme.

Cardeal Leme, preocupado com a “ala feminina da Ação Católica”, convida personalidades estrangeiras para ministrar cursos intensivos sobre a Doutrina Social da Igreja a grupos de mulheres. Foi convidada para ministrar um curso em São Paulo, uma professora da Escola de Serviço Social de Bruxelas, Adele de Loneaux, que tinha por objetivo desenvolver cursos de formação civil. Desse curso, nasceu o Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo (CEAS), que em 1936, fundou a primeira Escola de Serviço Social do Brasil.

Assim, nasce, no Brasil, o Serviço Social em determinado momento da vida da Igreja e da premente necessidade de fazer frente a realidade social existente. Deste modo, a influência da ideologia cristã da Ação Católica, definida através da Doutrina Social da Igreja, pode ser evidenciada na gênese do Serviço Social através do depoimento de uma pioneira formada na primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo (ESSSP), em 1938 - Helena Iracy Junqueira:

Além do nosso engajamento no movimento da Ação Católica, estudávamos muito a Doutrina Social da Igreja. Tínhamos uma grande preocupação com a Justiça Social. A *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno* foram estudadas (...) me empolguei com a idéia de que poderia ter uma profissão que iria servir a implantação da Justiça Social (...). Eu pertenci, desde o início à Juventude Independente Católica (LIMA, 1982, p. 75 apud NEVES, 2002, p. 123).

Nessa influência cristã, a preocupação com a justiça social, se evidencia desde a origem do Serviço Social e caminha em sua trajetória histórica. A Doutrina Social da Igreja como expressão ideológica, constituía-se na própria prática profissional dos assistentes sociais, ou seja, dava uma dimensão específica para a abordagem dos problemas sociais.

Dessa forma, como colocado por Neves (2002, p. 124), a formação teórico-prática do Serviço Social, propunha:

- 1) Um *corpus* ideológico a doutrina, apontando finalidades para o Serviço Social decorrente de uma teologia específica: a Doutrina Social da Igreja;
- 2) Uma prática decorrente da tradição caritativa e filantrópica do pensamento cristão, tradição essa que ganha nova dimensão a partir da discussão da chamada “questão social” encetada pela *Rerum Novarum*;
- 3) Uma atuação metódica, cuja coerência se dá na relação finalidade/método, consubstanciada no “ver, julgar e agir (metodologia esta da Ação Católica).

Portanto, suas características iniciais foram o autoritarismo, o paternalismo e o doutrinário do modelo Europeu. A cristianização da sociedade originada no militantismo católico, orientado pela Doutrina Social da Igreja, marcou profundamente o conteúdo do projeto inicial do Serviço Social no Brasil. Foi mais doutrinário que científico dentro do programa de militância católica de inspiração neotomista no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.

O Serviço Social não pode ser caracterizado como nova maneira de exercer a caridade, apesar de ter sua atuação decorrente dessa prática, mas como profissão de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial.

2.2.1 O voluntariado, a solidariedade e o Serviço Social

O Serviço Social é uma das profissões que possui em sua gênese, além dos traços religiosos, os de solidariedade e de voluntariedade, quesitos que apesar de algumas mudanças no interior da profissão, continuam a orientar algumas de suas ações e, até mesmo, a definir alguns de seus espaços sócio ocupacionais.

No Brasil o Serviço Social surge na década de 1930 atrelado à Igreja Católica e a vários setores da burguesia, num período de desenvolvimento e constituição da sociedade capitalista, como bem, distingue César (2008, p. 76) é nesse momento que se registra o avanço da acumulação capitalista e a redefinição do papel do Estado e do empresariado brasileiro que, se tornaria como um setor estratégico na formação de alianças que culminariam na consolidação de um novo regime.

Iamamoto e Carvalho (1993, p. 127) também pontuam que nesse momento emerge a “questão social” decorrente do processo de industrialização, que se inicia no Brasil perante a consolidação de um capitalismo competitivo e da formação de duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado.

O proletariado avançava em termos organizativos em busca de melhores condições de sobrevivência, de trabalho e pela liberdade. Contudo, tais fatos não eram vistos com bons olhos pela classe burguesa, que tratou de se unir com o Estado e à Igreja para a consolidação de estratégias de cunho disciplinador e desmobilizador no avanço do movimento operário (MARTINELLI, 2001, p. 122).

[...] Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria Igreja Católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionalista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o *exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças*, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista (MARTINELLI, 2001, p. 123).

Como afirmado por Martinelli, a aliança com a burguesia data o início do Serviço Social no Brasil, como meio de garantir a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista. As ações eram moldadas com o objetivo de controlar a classe trabalhadora para a garantia de uma ordem social. Eram oferecidos alguns benefícios aos trabalhadores por meio de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, criando a ilusão de que o Estado estava preocupado com o trabalhador e, ao mesmo tempo, entra em cena a Igreja com suas missões evangelizadoras, cujo objetivo era o de recuperar o seu prestígio, promovendo o fortalecimento da família operária na fé cristã.

Martinelli (2001) acrescenta que ocorreu aí uma missão e uma causa, onde a “ação cristianizadora do capitalismo” era uma causa que envolvia os movimentos católicos na missão de promover a aceitação do regime capitalista.

Nesse conjunto de articulações o Serviço Social emerge como ação estratégica para a manutenção do controle social, político e ideológico da população, tendo “[...] a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante” (MARTINELLI, 2001, p. 127). A autora adiciona outro resultado dessa conjugação de forças, o surgimento da “Sociedade de Organização da Caridade”.

A esse respeito menciona-se o estudo de Iraídes Caldas Torres (2002), que traz à tona o debate em torno do trabalho das primeiras damas no âmbito da ação social no Brasil, como forma de organização da caridade por meio do voluntariado.

Para essa autora há o deslocamento do papel do Estado, que “[...] se exime de sua responsabilidade e da sua função de intervenção na chamada “questão social”, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade sob a direção das primeiras-damas” (TORRES, 2002, p. 22).

Assim, a figura da primeira-dama no Brasil ganha espaço nas instituições assistenciais governamentais com ações voltadas para a assistência social, construindo poderes para a execução da solidariedade, que se materializa em prestígio social. Entretanto, trata-se de uma ação de caráter não profissional, com ênfase na caridade, como forma de praticar o bem junto aos pobres e atender os preceitos religiosos da Igreja.

No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930 (TORRES, 2002, p. 28).

Nessa perspectiva, o Serviço Social vai se legitimar no Brasil dentro das instituições públicas, sendo a LBA²³, criada em 1942. Essa é a primeira instituição governamental que se destinou a prestar serviços assistências, contando com a presença do voluntariado. Esse período caracterizou-se pelo governo populista com ideologias desenvolvimentistas de Getúlio Vargas, que nomeou sua esposa Darcy Vargas para assumir a presidência da instituição.

Araújo (2008) destaca que o presidente Vargas, ao instituir a LBA, sob a sigla de uma legião da caridade, com o objetivo de prestar assistência aos combatentes e seus familiares, da Revolução de 1930, deva ter se baseado em elementos da Igreja Católica, em seus princípios de moralidade e dos bons costumes ligados aos compromisso cristão originário da Encíclica Papal Quadragésimo Ano (1931), a qual tratava sobre a concessão de subvenções a entidades filantrópicas por parte de indivíduos, famílias, comunidades e Estado.

A LBA caracterizava-se como uma entidade de filantropia laica pela sua origem, mas sedimentada em princípios humanitários, do amor ao próximo, no sentido da caridade e da benemerência, assemelhando-se às entidades

²³ LBA é uma sociedade civil, de fins não econômicos, tendo por objetivo congregar brasileiros de boa vontade para promover, por todas as formas, serviços de assistência social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas (Relatório da Legião Brasileira de Assistência, 1944, p. 4). Essa instituição foi extinta em 1995, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

filantrópicas confessionais, que, apesar de serem de caráter privado, também tinham uma função pública como a LBA, de prestação pública de assistência social. Na verdade, o que se constata na história da assistência social brasileira é que o Estado também se orientou pelos princípios da caridade e da benemerência, oriundos das instituições filantrópicas privadas, praticando, com estas, a subsidiariedade, através de pagamentos, de contratos e de convênios, como contrapartida aos serviços que executavam (ARAÚJO, 2008, p. 1950).

Observa-se até aqui a presença do sexo feminino, tanto para a formação das primeiras assistentes, como para a formação do primeiro damismo na execução das ações sociais vinculados ao governo. Pode-se dizer que nesse contexto a mulher brasileira ultrapassa os seus papéis tradicionais para assumir novas posições na vida social e política.

Iamamoto e Carvalho (1993, p. 85) apreendem que essa relação de gênero constrói uma identidade com aspectos de feminilidade na vocação de servir e o espírito de bondade e de doação, valores historicamente atribuídos às mulheres, seja por motivações éticas, políticas ou religiosas.

Destarte, o Estado passa a se utilizar da questão de gênero para sensibilizar a sociedade sobre a “questão social”, chamando-a para a construção de uma consciência filantrópica. Redefine-se o papel de intervenção do Estado sob o modelo da coroa portuguesa, onde a Rainha Dona Isabel, por meio das organizações das Misericórdias, institui a relação das primeiras-damas com a prestação de assistência social à população excluída economicamente e socialmente.

Era o reinado (Estado) promotor da assistência, envolvido através de subvenções com as obras das Misericórdias (SPOSATI, 1995).

[...] No caso do trabalho das primeiras-damas, há uma relação de poder e de dependência entre o sujeito que “dá” e o que “recebe”, em que a primeira-dama e/ou o governante aparecem como bons olhos dos usuários dos serviços sociais. Ou seja, a assistência social não é apresentada ao usuário como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes (TORRES, 2002, p. 40)

Nesse cenário há um processo cultural de naturalização dos papéis sociais que são incorporados automaticamente sem a construção de uma postura crítica frente a imposição da ordem dominante. E, é assim que a assistência social vai ser associada a figura da primeira-dama no Brasil e que a profissão de Serviço Social passa a ser legalizada.

No caso do trabalho das primeiras-damas, percebe-se uma articulação com setores privados da sociedade, entre “[...] o Estado e o empresariado e, de outro o voluntariado, representado não só por Senhoras da sociedade burguesa, mas também por pessoas pertencentes às camadas subalternas [...]” (TORRES, 2002, p. 87).

Já a assistência como mecanismo de ajuda e de solidariedade remonta os primórdios da civilização humana, tanto como uma norma moral, como uma prática de ajuda movida por interesses dominantes. Ação que está presente em vários grupos religiosos tanto da Igreja Católica como de outros grupos religiosos como os espíritas, os evangélicos, os protestantes e outras filosofias de origem oriental e africana. Também se encontra essa prática em associações filantrópicas, que não se encontram diretamente ligadas a órgãos governamentais, como o *Rotary Club*, *Lions Club* e a Maçonaria.

Pode-se concluir que, historicamente, a assistência social foi guiada por práticas de caráter filantrópico e, mais recentemente, passa a ser regulamentada pelo Estado como forma de controle dos conflitos sociais existentes na luta de classes.

A década de 1980 é considerada emblemática para a Assistência, pois é nesse período que ganha *status* de política pública, mais especificamente na Constituição Federal de 1988, onde a assistência passa a ser um dever do Estado e direito do cidadão, ainda que hoje passamos por um processo de desmonte dessa política.

No entanto, anterior a década de 1980, as ações de Assistência Social, no Brasil, como dito anteriormente eram de inteira responsabilidade LBA, que contava com o apoio do voluntariado para o desenvolvimento de suas ações, a preocupação maior era de “[...] avaliar se os pobres eram realmente pobres ou aproveitadores, evidenciando a preocupação de realizar a assistência social de forma justa [...]” (ARAÚJO, 2008, p. 196).

[...] Para tal, o voluntariado deveria efetuar avaliações para medir a dimensão do desajuste social, registrando e organizando um fichário dos assistidos, bem como buscaria apoio de outras organizações públicas e privadas para a prestação de assistência, como hospitais, sanatórios, escolas e asilos. Em contrapartida, poderia prestar auxílio a essas organizações através de subsídios de baixo valor, como pagamento simbólico de serviços prestados. O voluntariado daria mais atenção aos mutilados e aos desempregados do perímetro urbano (LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944 apud ARAÚJO, 2008, p. 197).

Nessa perspectiva, o programa de voluntariado, criado em 1942, sob uma solidariedade social doadora, apelava para sociedade brasileira, desvencilhando o Estado de suas responsabilidades, provocando distorções na sua missão de prestar assistência social. O Estado aproveitou-se do voluntariado para desmobilizar politicamente a população que se encontrava fora do mercado de trabalho.

Araújo (2008) chama a atenção para o fato do crescimento industrial e da ampliação da população nos centros urbanos nesse período. Esse fenômeno aumentou os problemas sociais, onde o governo, capciosamente, recorreu ao voluntariado para mobilizar as ações assistenciais, fazendo com que a população excluída ficasse à mercê da boa vontade dos voluntários, encobrindo os reais mecanismos produtores desse processo de exclusão.

Assim, o Estado atendia aos interesses capitalistas, camuflando os mecanismos produtores das desigualdades sociais e, enquanto isso, o voluntariado, “involuntariamente”, tutelava os economicamente excluídos ofertando amparo social no campo da assistência social, apaziguando possíveis conflitos entre classes.

Essa relação propõe novas formas de participação da sociedade para enfrentar os problemas sociais, aperfeiçoando as formas anteriores, o que será discutido no próximo item.

2.3 A reinvenção do trabalho voluntário no exercício da cidadania

Expôs-se que o movimento histórico do trabalho voluntário perpassa pelas Encíclicas Papais elaboradas pela Igreja Católica; pelos diversos governos que a utilizam como instrumento de política pública em diferentes épocas, recorrendo-se ao profissional de Serviço Social, que em sua gênese incorpora traços caritativos e religiosos precursores desse voluntariado, até chegar ao processo de sua regulamentação jurídica, por meio da criação de Leis e se efetivar no espaço econômico através dos programas de Responsabilidade Social Empresarial.

Assim, ultrapassando a ação caritativa cristã, até então atribuída ao trabalho voluntário, passa-se para a discussão sobre a reinvenção do trabalho voluntário no exercício da cidadania.

Hoje o incentivo para o desenvolvimento do trabalho voluntário vem embutido de consciência cidadã, todavia, como afirma Paula Bonfim esse fato não “[...] se deu

em virtude do amadurecimento da sociedade civil, ou da consciência cidadã, ou mesmo do fortalecimento da democracia [...] (2010, p. 13),” mas sim, em detrimento a um conjunto de determinações de ordem econômica e política.

A relação orgânica que se cria em torno desse “novo” voluntariado, termo utilizado por Márcia Cunha, no livro “Os Andaimos do Novo Voluntariado”, as ações cidadãs são produto das contradições do modo de produção capitalista e de reprodução social, sendo a classe burguesa a detentora dos meios de produção e, ao mesmo tempo, a controladora dos processos de reprodução social, direcionando suas ações de acordo com os seus interesses para a manutenção de sua hegemonia.

Conhecer o padrão de acumulação capitalista vigente, possibilita entender a relação entre o trabalho voluntário e suas particularidades. Dentre essas, encontra-se a construção de estratégias para o enfrentamento as expressões da questão social. E, uma dessas estratégias se manifesta na ação cidadã, o que está caracterizado, a partir da década de 1990, de acordo com os estudos de Cunha (2010). Essas estratégias não deixam de recorrer a antigas imagens de espontaneidade como doação e solidariedade junto a um desejo de participação dos indivíduos.

Ao definir o crescimento do novo voluntariado como resultado do desejo de participação dos indivíduos, o discurso institucional produziu dois efeitos que lhe conferiram força: de um lado colocou como sua fonte de legitimidade a virtude da sociedade; de outro, negou que a divulgação do trabalho voluntário fizesse parte de um conjunto de ações e proposições que caracterizavam uma política de governo. (CUNHA, 2010, p. 169)

Assim, o fortalecimento desse novo voluntariado continua distante do entendimento acerca da compreensão e enfrentamento dos problemas sociais com intencionalidade de desatrelá-lo das estratégias governamentais (CUNHA, 2010, p. 170).

[...] o discurso institucional levava a que ele e as instituições que o promoveram fossem vistas alheias a disputa entre concepções divergentes sobre a sociedade e seus problemas, o Estado e seu papel, a sociedade e suas formas de participação.

De acordo com aquela autora seria a criação desse novo voluntariado uma nova estratégia de enfrentamento aos problemas sociais, que contou com a colaboração do Estado e do empresariado, dando origem a expressões como voluntário profissional ou cidadania empresarial.

O reconhecimento do termo cidadania para a composição do novo voluntário representa aperfeiçoamento dos termos - doação, solidariedade, caridade -, e um desvencilhamento do voluntariado a ideologias estritamente religiosas, na tentativa de tornar o trabalho voluntário uma ação consciente, movida até por um sentimento de militância política.

Para tratar sobre a formação dessa nova categoria de voluntariado, que se apresenta numa perspectiva de cidadania, recorre-se a alguns autores, como Covre (1991), Gohn (2008) e Demo (1995) que discutem, de forma crítica, o que é cidadania.

Para Covre (1991) há uma diferença entre "ser cidadão" e "exercer a cidadania". Ser cidadão é ser um sujeito de direitos e de deveres, cumprindo normas decididas coletivamente e, exercer a cidadania depende do enfrentamento político e do poder reivindicatório. Para a autora "[...] Só existe cidadania se houver a prática de reivindicação, da apropriação de espaços da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. [...]" (COVRE, 1991, p. 10). Desse modo a cidadania não se equipara à mera receptividade desses direitos, a não ser que sejam conquistados.

Diante dessa reflexão, o trabalho voluntário transmutado em cidadania, geralmente exercido por meio da caridade, da solidariedade e da compaixão tende a ações que inibem a conquistas desses direitos, ou mesmo, ao real exercício da cidadania, pois quando se oferece um benefício ao qual a pessoa teria direito, se acaba por negar-lhe o direito, conformando-a a condição de simples receptor de direitos.

Nessa mesma linha e, puxando para um viés mercadológico Gohn (2008, p. 29), acrescenta que "[...] o neoliberalismo tem ressignificado a cidadania e criado um novo tipo: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida via mercado.". Esse processo ocorre quando o "cidadão passa a ser cliente", consumidor de bens e serviços, que deveriam ser da alçada estatal, deixando de ser um sujeito de direitos, passando a ter acesso a alguns serviços via mercado, como Educação e Saúde.

Outro autor que discute essa questão na perspectiva crítica é Pedro Demo, que classifica a cidadania em: "cidadania tutelada" e "cidadania assistida", onde a tutelada se modela por meio de ações clientelistas e, a assistida por meio de ações populistas, sendo que

Um dos truques mais eficientes para a reprodução da cidadania assistida é a mistura perversa entre promoção comunitária e assistência. Em si, trata-se de um projeto da direita, tipicamente liberal, portanto, voltada à cidadania tutelada. A direita sabe que não tem como resolver o problema da miséria, pois faz parte integrante, estrutural do sistema produtivo como tal. Partindo disso, elabora propostas que tenham a condição de, com base na reprodução da pobreza política, controlar e desmobilizar qualquer tipo de reação popular. A arma principal são políticas sociais clientelistas, que objetivam o atrelamento ignorante. A esquerda, por sua vez, defende a assistência, não o clientelismo, porque sabe que a assistência é direito social para quem não consegue auto sustentar-se. Entretanto, também defende o atrelamento da população, ainda que com base num direito democrático concreto. (DEMO, 1995, p. 94).

Demo ainda acrescenta que,

Marcadamente a direita, mas também a esquerda, temem uma comunidade emancipada. Do ponto de vista do poder, é preferível motivar a dependência, mesmo que seja através de um direito democrático como assistência (1995, p. 95).

A partir desse olhar, o trabalho voluntário reproduzido na cidadania assistida, torna-se funcional ao sistema, criando obstáculos para o desenvolvimento de uma cidadania emancipada, que segundo aquele autor é uma processo complexo, cheio de exigências e desafios²⁴ com teor tipicamente político, onde o sujeito deixa de ser massa de manobra e passa a desenvolver competências para pensar e conduzir seu destino.

Nessa perspectiva cabe o questionamento: em que condições o trabalho voluntário poderia levar à conquista da cidadania emancipada?

Retomando o que foi mencionado no início desse subcapítulo, onde as ações do trabalho voluntário estão interligadas com o processo do modo de produção capitalista, que atende a uma certa funcionalidade para a manutenção da hegemonia da classe burguesa, entende-se que, esse novo voluntariado mesclado pelo processo de descontinuidades e continuidades, nas atuais condições, dificilmente consegue se associar a uma participação cidadã.

Por meio da apreciação crítica desses três autores em relação à cidadania, apreende-se que há abuso no uso do termo, onde a cidadania toma sentido, desconfigurando seu real significado. Essa mesma crítica valeria para a duvidosa

²⁴ Segundo o autor as exigências e desafios se voltam para a coragem de dizer não a manipulação imposta pelas elites, não aos governos clientelistas e corruptos, não ao Estado tutelar e assistencialista. (DEMO, 1995, p. 133).

inserção das pessoas no mercado de trabalho por meio do trabalho voluntário, retirando dos indivíduos os direitos previstos no artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, os seus direitos como cidadãos.

Seguindo essas contradições, Bonfim ainda aponta que a cultura do voluntariado ganha no exercício da cidadania um forte componente psicologizador, quando cria expectativas de reinserção social, seja através da necessidade de manutenção dos vínculos profissionais ou mesmo do desejo de retorno ao mercado de trabalho.

A prática voluntária em suas diversas formas traz consigo um componente psicologizador. A imagem do voluntário está relacionada ao status de cidadão, de cumprimento do dever cívico e cristão, além de criar, naquele que exerce tal atividade, a expectativa de permanência ou mesmo retorno ao mercado de trabalho (para aqueles que estão desempregados ou subempregados) (BONFIM, 2010, p. 55)

Essa reinvenção do voluntariado para o exercício da cidadania, também ganha projeção na participação cívica,²⁵ imbuída de sentidos altruístas e de reponsabilidades com o outro, o meio ambiente e a natureza, vai se definindo como uma nova consciência social que emerge em torno de causas que afetam a sociedade.

Importa dizer que no contexto trabalhado na presente tese, as causas que afetam a sociedade estão ligadas ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista e da ascensão da classe burguesa.

Não obstante, segundo Covre (1991) é na luta contra a sociedade feudal e no surgimento da sociedade capitalista, que se retoma o exercício da cidadania²⁶ pela classe revolucionária burguesa. No entanto, deixa de ser revolucionária a partir do momento que vincula os direitos humanos somente àqueles que possuem propriedade.

Nesse contexto, a cidadania é construída sobre o processo de exclusão, embora a Revolução Francesa propusesse a igualdade de todos, ainda que somente

²⁵ O artigo 1º, da Lei 9.608 destaca o serviço voluntário com objetivos cívicos: Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

²⁶ Segundo Paulo Netto e Braz (2010), o regime burguês emancipou os homens em relação ao sistema feudal, mas a liberdade política se esbarrou nos limites do regime burguês. Assim a revolução burguesa do século XIX, não conduziu a humanidade para o reino da liberdade, mas de uma ordem social, mais livre que a anterior e contrariando seus ideais emancipadores.

perante a lei. Assim, o exercício da cidadania é uma forma de luta pelos direitos e para a construção de uma sociedade econômica e socialmente democrática, ou seja, não pode haver cidadania se não houver trabalho e salário digno, onde as pessoas possam ter acesso às condições mínimas de subsistência (Habitação, Saúde e Educação).

Então, o que dizer sobre o trabalho voluntário, que via de regra, por meio das instituições filantrópicas, atende a população excluída desses direitos básicos de subsistência e, que se encontram em situação de injustiça e pobreza?

Destaca-se a atenção para a questão das ações realizadas pelo trabalho voluntário em atendimento a esse grande contingente, desprovido de seus direitos básicos, e que vivem à mercê da caridade alheia sob o respaldo do Estado.

Covre (1991) chama a atenção para o fato de que os direitos sociais na contemporaneidade estão interligados à concepção de cidadania criada pelos defensores do capital e do poder. Desse modo, a classe trabalhadora se mantém passiva e receptora de direitos oferecidos espontaneamente pelos capitalistas e pelos governantes. É nesse processo de subalternização que a autora visualiza a cidadania, como um engodo e, que esse quadro só poderá se reverter quando os trabalhadores ocuparem, efetivamente, seus espaços de direito.

E, destaca que entre a cidadania plena e a cidadania esvaziada há outros conceitos de cidadania em construção, sendo que no estágio do capitalismo oligopolista, com pequenos acenos aos direitos, a concepção de cidadania se refina a uma tecnologia organizatória nas políticas sociais do Estado, valendo destacar que nessa perspectiva, também, o resultado vem da luta dos trabalhadores.

Antagonicamente, na perspectiva do capital seria mais uma forma de desmontar a organização operária, conformando-os ao capitalismo. Assim, cria-se um conceito de cidadania que avança e desmobiliza.

Atualmente, os retrocessos que são enfrentados nas políticas sociais, conquistadas na Constituição de 1988, proporcionam o esvaziamento de políticas públicas que de fato garantam os direitos básicos a todos os cidadãos, fazendo com que entrem em cena as instituições filantrópicas com o trabalho voluntário que, na maioria das vezes, é tutelado pelo Estado, camuflando os direitos dos cidadãos, ou seja, dando a falsa aparência de que os direitos dos cidadãos são atendidos por meio do exercício da cidadania, ambos realizados fora da esfera do Estado.

Com essa falsa impressão de que os direitos estão sendo atendidos, principalmente na classe pobre, mesmo que de forma paliativa, ocorre um processo

de benesses *versus* domínio realizado por essas instituições sob a população atendida, favorecendo o processo de subalternidade dessa população recebedora das ações promovidas por tais instituições. Parte das pessoas se sente responsável pelo outro, num processo que retira inconscientemente o direito do outro de lutar pelos seus direitos.

Diante desse quadro de equívocos, incluem-se as empresas, que por meio de suas ações de responsabilidade social, termo que as definem como uma empresa cidadã, incorporam o trabalho voluntário, num claro movimento de “[...] contribuir para o aumento da jornada de trabalho, onde o tempo livre dos trabalhadores passa a ser apropriado pelas empresas para o desenvolvimento de ações sociais que contribuirão para a visibilidade da empresa” (QUEIROZ, 2014, p. 67).

Portanto, o movimento do trabalho voluntário caritativo para uma ação dita cidadã, resulta dos interesses do sistema capitalista que se apropria da cidadania, destituindo-a da perspectiva do direito para o da solidariedade. Esse movimento ocorre dando ensejo para o retorno da (re) filantropozição das políticas sociais, preconizadas na Constituição de 1988 e construídas por meio de muita luta, além de criar barreiras de a população reclamar seus direitos judicialmente. Acresce-se o claro processo de despolitização das expressões da questão social.

Por fim, a luta de classes, evidenciada na relação política, econômica e ideológica, entre dominantes e dominados, carrega de um lado a mobilização das camadas populares e de outro a exclusão das mesmas. Esse processo desencadeia a mobilização de pessoas que se disponibilizam a prestação de ações sociais voluntárias, para o atendimento aos considerados desprovidos e excluídos, sendo estas pessoas movidas por sentimentos de: dever e obrigação, de compaixão e solidariedade ou mesmo de uma responsabilidade cidadã.

CAPÍTULO 3. A PRÁXIS

3.1 Contextualização da pesquisa

A pesquisa de campo foi estruturada em três momentos após a identificação do número de instituições filantrópicas cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Primeiro fez-se uma identificação dessas instituições com aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas; em seguida passou-se para a aplicação de questionário com os voluntários para então selecionar uma pessoa em cada instituição para a realização da entrevista com perguntas semiestruturadas.

Como processo formal de investigação científica, a pesquisa tem por finalidade descobrir respostas mediante procedimentos científicos, precisa ser minimamente um “questionamento reconstrutivo” (DEMO, 2008), ou seja, ela renova os conteúdos permitindo a obtenção de novos conhecimentos para construção da realidade social. O conhecimento que, segundo Peter Burke (2003), se inova com o Iluminismo e a necessidade de utilizar a pesquisa, investigação e experimentos.

Gil (1999, p. 21), descreve o conhecimento científico como algo objetivo e independente:

É racional porque se vale, sobretudo da razão, e não de sensações ou impressões, para chegar a seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é falível porque, ao contrário dos outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar.

Para se chegar ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada nas entidades/instituições que se encontram cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Passos/MG. Nesse conselho foram identificadas 14 entidades/instituições, contudo no momento da pesquisa de campo uma dessas instituições havia sido descredenciada pelo Conselho. Assim, a pesquisa foi delimitada nas 13 entidades/instituições que se encontravam regulamentadas perante o Conselho.

De início, falar-se-á sobre o município de Passos, localizado no interior de Minas Gerais, há 328 Km da capital mineira Belo Horizonte. Sua formação inicia-se em 1780, com implantação das fazendas Ninfas, Cruzeiro e Bom Sucesso. Em meados dos anos de 1823 formou-se o Arraial Capoeira, que se consolidou com a definição de um traço urbano com sistema administrativo misto entre público e religioso.

Em 1835, o alferes João Pimenta de Abreu, o coronel José Caetano de Machado, o capitão Manoel Ferreira de Souza Brandão, Domingos de Souza Vieirli e Joaquim Lopes Vieira, devotos do Senhor Bom Jesus dos Passos, construíram a primeira capela. Já em 1848 o arraial transformou-se em vila, a Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos, desmembrada do então, já constituído, município de Jacuí.

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial n. 854 de 14 de maio de 1858 (IBGE, 1959). Sua extensão territorial é de 1.338,070 Km², contando com população estimada para 2018 de 113.998 habitantes, segundo dados do IBGE Cidades²⁷. De acordo com informações do censo de 2010, a população feminina é moderadamente maior que a masculina, sendo 53.722 de mulheres e 52.568 de homens, predominando no município a religião católica. O salário médio mensal dos trabalhadores formais, segundo dados de 2016, é de dois salários mínimos. A economia do município gira em torno da agropecuária, indústria moveleira e de confecção. Segundo dados de 2018 ²⁸do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de admissões no município foi de 690, de desligamento 755, o número de empregos formais 23.758.

Para a realização da pesquisa, num primeiro momento, foi realizado contato com o Secretário Municipal de Assistência Social, explicitando os objetivos da pesquisa e solicitando autorização para ter acesso a essas entidades e instituições cadastradas no Conselho. Após o consentimento, passou-se para a fase de cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil, objetivando-se o parecer consubstanciado do Conselho de Ética, para dar prosseguindo à pesquisa.

A pesquisa de campo contou com a realização de entrevistas e aplicação de questionários²⁹ contendo perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de obter informações sobre essas entidades/instituições, bem como sobre o perfil

²⁷ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

²⁸ Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

²⁹ Apêndices A, B e C.

socioeconômico dessas pessoas que atuam nesses locais de forma voluntária e os significados e compreensões construídos por eles em torno do tema.

Para a realização deste procedimento, primeiro realizou-se contado com os representantes dessas instituições/entidades (presidente ou pessoa responsável). Todos concordaram em participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa.

Essa fase da pesquisa foi importante para se mapear as instituições no município, conhecer o tipo de serviço assistencial que é ofertado, o público alvo atendido, o quantitativo de trabalhadores (registrados, cedidos e voluntários) e, outras informações que se fizeram importantes para criar um histórico sobre essas instituições/entidades, que prestam serviços assistenciais em parceria com o município, atendendo diversos seguimentos da população que a política pública local não consegue abarcar sozinha.

Como abordado no Referencial Teórico, grande parte da população vivencia o processo de exclusão social e, soma-se a isso, a crise estrutural nas condições de trabalho e a redução de investimentos por parte do Estado na área social, o que leva a transferência das atividades sociais à sociedade civil organizada e essas “[...] organizações sociais tem como base de seu funcionamento o trabalho voluntário. Tudo isso leva a valorização do trabalho voluntário, [...], que passa a representar um novo valor social.” (OLIVEIRA, 2011, p. 124).

Ademais, o Estado assume a função de regulamentador dessas organizações sociais, criando a Lei n. 9.790 de 1999, que trata da criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's); de organizador dessas organizações, criando a Lei 13.019 de 2014³⁰, firmando a parceria entre a administração pública e OSCIP's “[...]. Não podemos esquecer que essas organizações que passaram a atuar no vácuo do Estado, têm como propósito a assistência social, a saúde e a educação, ou seja, atuam de acordo com o modelo tradicional de organizações sociais.” (OLIVEIRA, 2011, p. 125).

Após a breve explicação da parceria entre Estado e sociedade civil organizada, retoma-se a pesquisa com apresentação dos dados empíricos.

³⁰ Esta Lei é reforça da **Resolução n. 21 de 2016**, do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelece requisitos para parceria entre o órgão gestor de assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E pelo Decreto **47.132 de 2017**, do Estado de Minas Gerais, que regulamenta essa parceria celebradas entre a administração pública do Poder Executivo estadual e as organizações da sociedade civil - OSC's.

3.2 Conhecendo as entidades/instituições sem fins lucrativos que prestam serviços assistenciais no Município de Passos/MG, por meio do trabalho voluntário

Percebe-se que a cidade, desde sua criação, possui uma tradição com a questão da caridade, como pode ser comprovado por meio da fachada dessa casa, localizada na rua Coronel Neca Medeiros, número 65 - Centro de Passos, com a descrição “Associação das DAMAS de CARIDADE”.

Figura 1 - Vista da fachada do prédio “Associação das Damas da Caridade” localizado no centro de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A pesquisa foi realizada em 13 instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Passos/MG, ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2018. Num primeiro momento foi feito contato com todos os representantes das referidas instituições, para apresentação do objetivo da pesquisa, todos concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam a entrevista que teve como objetivo conhecer essas instituições com o seu quadro de funcionários para então chegar aos trabalhadores voluntários. Ressalta-se que esses representantes, em sua maioria, eram presidentes das instituições, contudo quando não havia a possibilidade de responderem, foram indicadas outras pessoas para responderem ao questionário. O fato da pesquisadora se apresentar como assistente social e aluna do curso de

pós-graduação em Serviço Social, foi decisivo para que naquelas instituições que possuíam em seu quadro um assistente social, esse fosse o indicado para responder as perguntas. Atendendo aos procedimentos do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP - Campus de Franca, os nomes dos representantes e/ou presidentes não serão expostos no trabalho.

1. APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

Figura 2 - Vista da fachada da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Passos/MG.



FONTE: Folha da Manhã de Passos³¹.

A APAC foi fundada no ano 1999. Atuando há 19 anos no Município de Passos, encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2012, e localiza-se no Bairro Jardim Aclimação, prestando serviço na área de ressocialização de pessoas em cumprimento de pena. Sua estrutura física é composta por:

- 1 sala de recepção;
- 1 sala da administração;
- 1 sala para atendimentos;
- 1 sala para almoxarife;
- 1 cantina;
- 2 banheiros;
- 1 sala para secretaria;
- 1 sala para o Serviço Social e a Psicologia;
- 1 sala para supervisão de oficineiro;
- 1 sala da segurança;
- 1 cozinha;
- 1 padaria (onde funcional um projeto social para os condenados);
- 2 suítes, 5 celas com 6 dormitórios mais banheiros (regime semiaberto);
- 3 celas e dormitórios (regime fechado);
- 1 farmácia;
- 1 refeitório;
- 1 quadra esportiva;
- 1 quiosque;
- 1 biblioteca;
- 1 arquivo morto;
- 3 salas de aula;
- 1 lavanderia;
- 1 capela;
- 1 sala do conselho de solidariedade e de sinceridade.

³¹ Disponível em: <<http://clicfolha.com.br/materia/78933/falta-de-repasse-pode-fechar-apac>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

A APAC atende pessoas em cumprimento de pena visando a ressocialização, no momento da pesquisa o número de pessoas em atendimento pela instituição era de 103 pessoas, todos do sexo masculino. Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; 15 pessoas trabalhando com registro em carteira; dois terceirizados (psicólogo e administrativo); um cedido (profissional do Serviço Social) pela prefeitura; e trabalhando de forma voluntária de quatro a cinco pessoas. Na APAC todos os voluntários assinam um termo de compromisso e um livro de registro de entrada.

“Os atuais voluntários são parentes de presidiários, tem voluntários que vai quase todos os dias, de domingo a domingo”. (fala do(a) representante da APAC)

De acordo com informações coletadas, a APAC possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários, e o motivo seria por “questão de preconceito da sociedade” em relação ao público atendido. Não há rotatividade entre os voluntários e com relação a treinamento para exercer a função de voluntários não existe.

“o que passamos é apenas alguns protocolos de segurança”. (fala do(a) representante da APAC)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado que não tem como a instituição medir isso de forma efetiva, pois segundo informações não possui condições e recursos.

2. APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos

Figura 3 - Vista da fachada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos/MG.



FONTE: Folha da Manhã de Passos³².

A APAE de Passos foi fundada no ano 1971, atuando há 46 anos no Município de Passos. Encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2003 e localiza-se no bairro Belo Horizonte prestando serviço na área educacional, saúde e de assistência social para Passos e região. Sua estrutura física é composta por:

- 2 salas da presidência;
- 1 sala da coordenação pedagógica;
- 1 sala de telemarketing;
- 2 salas da fonoaudiologia;
- 2 salas do serviço social;
- 31 banheiros;
- 2 salas da terapia ocupacional;
- 1 sala da fisioterapia;
- 2 salas da psicologia;
- 1 biblioteca;
- 1 sala de informática;
- 1 sala da enfermagem;
- 1 sala de curativo da enfermagem;
- 1 sala de arte terapia;
- 1 Consultório odontológico;
- 1 sala da psicopedagogia;
- 1 sala de reuniões dos professores;
- 1 recepção;
- 1 marcenaria;
- 1 sala do clube de mães;
- 13 salas de aula;
- 1 piscina;
- 1 *play-ground*;
- 1 dispensa da cozinha.
- 2 refeitórios;
- 2 salas de artes;
- 1 horta;
- 1 quadra coberta.
- 1 sala do núcleo de fraldas.

³² Disponível em <<http://clicfolha.com.br/materia/74839/apae-de-passos-realiza-semana-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

A APAE atende pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, no momento da pesquisa o número de pessoas em atendimento pela instituição era de 649 pessoas (crianças, adolescentes e adultos). Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; 74 pessoas trabalhando com registro em carteira (dois profissionais do Serviço Social); 12 cedidos pelo Estado; e trabalhando de forma voluntária cinco pessoas, alguns todos os dias e outros de acordo com a disponibilidade. Na APAE ficou confirmado que os voluntários assinam um termo de compromisso.

De acordo com informações coletadas, a APAE possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários. Quanto aos motivos foi relatado que,

“A procura maior é para estágio, também procuram para depois ficarem como empregados.” (fala do(a) representante da APAE)

Com relação à rotatividade foi repassado que existe rotatividade,

“Uma pessoa veio para cumprir pena e depois continuou, outros normalmente fica um mês e quando percebe que não será registrado sai.” (fala do(a) representante da APAE)

Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o(a) representante afirmou que sim existe,

“Repasse de informação e passa pelo RH para ver se tem aptidão.” (fala do(a) representante da APAE)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo representante da instituição que sim,

“Por meio de capacitação dos profissionais para atendimento e vocação.” (fala do(a) representante da APAE)

3. Associação “Deus Proverá”

Figura 4 - Vista da fachada da Associação “Deus Proverá” de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A Associação “Deus Proverá” de Passos foi fundada no ano 1991, atuando há 27 anos no Município de Passos. Encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2009, e localiza-se, provisoriamente no bairro Penha prestando serviços de proteção social básica, promoção e proteção social na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Pelo fato de a instituição estar passando pelo processo de reestruturação e o local não se encontrar com sua estrutura física organizada, não será detalhada aqui.

A Associação “Deus Proverá” atende crianças adolescentes e famílias, no momento da pesquisa o número de pessoas em atendimento pela instituição era entre 40 a 45 pessoas (crianças, adolescentes e famílias). Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; não constam pessoas trabalhando com registro em carteira; um cedido pelo Estado; e trabalhando de forma voluntária 20 pessoas (aproximadamente). Na associação ficou confirmado que os voluntários assinam um termo de compromisso.

De acordo com informações coletadas, a Associação “Deus Proverá” encontra-se em processo de reestruturação e a equipe de voluntários é fixa não havendo rotatividade, também ficou confirmado que não existe treinamento para exercer a função, porém há uma proposta em desenvolver um workshop e a construção de uma cartilha para os voluntários.

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado que atualmente não conseguem medir nada pelo fato de estarem em processo de reestruturação, mas que:

“Temos pessoas que passaram por aqui e hoje estão no mercado de trabalho.” (fala do(a) representante da Associação “Deus Proverá”)

4. CAPP - Centro de Aprendizagem Pró Menor de Passos

Figura 5 - Vista da fachada do Centro de Aprendizagem Pró Menor de Passos/MG.



FONTE: CAPP³³.

O CAPP de Passos foi fundado no ano 1969, atuando há 49 anos no Município de Passos. Não há registro da data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social. Localiza-se no bairro Vila Rica, prestando serviço na área educacional e pré-profissionalizante. Sua estrutura física é composta por:

- 1 sala da diretoria;
- 1 sala do Serviço Social e supervisão pedagógica;
- 1 sala de reforço;
- 2 quadras cobertas;
- 1 quadra aberta;
- 1 sala de artesanato;
- 1 sala de jogos;
- 1 campo de futebol;
- 1 piscina;
- 3 salas de formação pré-profissional (corte costura, marcenaria e tecelagem);
- 1 galpão de formação pré-profissional em mecânica;
- 1 biblioteca;
- 1 parque infantil;
- 1 sala de vídeo;
- 1 cozinha;
- 2 refeitórios;
- 9 banheiros com vestiários;
- 1 consultório odontológico;
- 2 almoxarifados
- 1 lavanderia
- 1 capela
- 3 escritórios administrativos
- 1 sala de telemarketing
- 1 Fábrica de blocos
- 1 Serralheria
- 1 marcenaria

³³ Disponível em: <<https://www.isgbrasil.org/capp>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

O CAPP atende crianças e adolescentes carentes e em situação de vulnerabilidade social, no momento da pesquisa o número de pessoas em atendimento pela instituição era de 350 (crianças adolescentes), mas o local tem capacidade para atender até 500. Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; 36 pessoas trabalhando com registro em carteira (um profissional do Serviço Social); 24 cedidos pelo Estado, quatro cedidos pela Prefeitura; e trabalhando de forma voluntária três pessoas. No CAPP ficou confirmado que os voluntários assinam um termo de compromisso.

De acordo com informações coletadas, o CAPP possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários. Quanto aos motivos foi relatado que:

“A maioria dos voluntários que aparecem vem em busca de conseguir um emprego. Eles informam que voluntários também deveriam receber.” (fala do(a) representante do CAPP)

Com relação à rotatividade não há, já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que sim existe,

“Repasse de informação, mais para atividade de artesanato.” (fala do(a) representante do CAPP)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo representante da instituição que sim,

“Por pegar crianças em situação de vulnerabilidade social e ofertar a elas a oportunidade de sair da rua. Temos também depoimentos de crianças e a maioria dos marceneiros da indústria moveleira de Passos tiveram sua formação aqui”. (fala do(a) representante do CAPP)

5. Associação Pequena Escola Gratuita São José - Casa São José

Figura 6 - Vista da fachada da Associação Pequena Escola Gratuita São José de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A Associação “Casa São José” de Passos foi fundada no ano 2000, atuando há 18 anos no Município de Passos. Encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2010 e localiza-se na Cohab I Bairro Penha, prestando serviço na área educacional, assistência social e convivência. Sua estrutura física é composta por:

- 1 refeitório;
- 1 cozinha;
- 1 biblioteca;
- 1 sala de reforço;
- 1 capela;
- 1 sala de artesanato

A Casa São José atende crianças, adolescentes e idosos, no momento da pesquisa o número de pessoas em atendimento pela instituição era de 60 (crianças adolescentes) e 30 (idosos). Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; uma pessoa trabalhando cedida pela Prefeitura; e trabalhando de forma voluntária 25 pessoas. Na Casa São José os voluntários não assinam um termo de compromisso.

De acordo com informações coletadas, a Casa São José não possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários.

Com relação à rotatividade foi repassado que teve no início, mas agora não tem mais. Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que,

“Vai aprendendo e virando professora.” (fala do(a) representante da Casa São José)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo representante da instituição que sim,

“Pelo que as pessoas falam e pelo fato das pessoas estarem sempre ajudando a instituição.” (fala do(a) representante da Casa São José)

6. Associação Assistencial Cantina Dona Bernadete

Figura 7 - Vista da fachada Associação Cantina Dona Bernadete de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A Associação “Cantina Dona Bernadete” de Passos foi fundada no ano 1972, atuando há 46 anos no Município de Passos. Encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2003 e localiza-se no bairro Novo Horizonte, prestando serviço na área assistencial (sopas, cestas básicas, doações, distribuição de enxoval para recém-nascidos, oficina de arte, informática, aulas de música), também possuem uma equipe de multimistura, de evangelização e catequese. Sua estrutura física encontra-se em processo de ampliação e atualmente é composta por:

- 1 refeitório;
- 1 cozinha;
- 1 secretaria;
- 1 sala de artesanato;
- 1 sala de informática;
- 23 postos de distribuição de cesta básica distribuídos na cidade

A Cantina Dona Bernadete atende crianças, adolescentes, idosos e famílias. No momento da pesquisa a representante informou que atendem 90 famílias por mês. Já na sede, com a distribuição de sopas, eles não possuem um controle para saber quantas pessoas atendem por dia.

São muitas as pessoas do Bairro Novo Horizonte que se alimentam aqui, é difícil fazer esse controle de quantos que passam aqui por dia, já alimentamos várias gerações..., também distribuimos uma média de 130

cestas básicas por mês, entregamos sopas para pessoas que estão doentes (média de 30) na cantina acho que passam em torno de 80 a 60 pessoas, [...] na oficina de arte de 70 a 80 pessoas, com a distribuição da multimistura atendemos 15 pessoas [...], além da evangelização e da catequese. Temos também a obra do berço com distribuição de enxoval para famílias carentes. (fala do(a) representante da Cantina Dona Bernadete)

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; 1 pessoas trabalhando registrada, e trabalhando de forma voluntária aproximadamente 200 pessoas. Na Cantina Dona Bernadete o termo de compromisso ainda não está efetivado, mas tem a intenção de implantar.

De acordo com informações coletadas, a Cantina não possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários, pois a instituição já está consolidada há muito tempo no município.

Com relação à rotatividade também não há. As pessoas já estão há muitos anos na Cantina. Em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o(a) representante afirmou que não tem; há apenas um regimento interno com informações.

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo representante da instituição que não conseguem medir, pois atendem várias comunidades no município.

7. ADVP - Associação dos Deficientes Visuais de Passos

Figura 8 - Vista da fachada da Associação dos Deficientes Visuais de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A Associação dos Deficientes Visuais de Passos “Associação REVIVER” foi fundada no ano 2008, atuando há 10 anos no Município de Passos. Não há registro da data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social e localiza-se no bairro Novo Horizonte, prestando serviço na área de convivência e fortalecimento de vínculos (curso em braile e aulas de artesanato). Sua estrutura física encontra-se provisoriamente no Lions Club e é composta por:

- 1 sala de reunião para os encontros;
- 1 sala de informática;
- 2 banheiros.

A Associação REVIVER atende pessoas com deficiência visual, no momento da pesquisa a representante informou que atendem de 18 a 22 pessoas.

“Temos dificuldades de transporte para trazer as pessoas com deficiência visual, o número de pessoas que participam aqui é pequeno em relação a quantidade de deficientes visuais do município que de acordo com o levantamento feito pelo PSF é de 80 pessoas, mas sabemos que o número é maior.” (fala do(a) representante da Associação REVIVER)

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária (são os próprios participantes da associação) e trabalhando de forma voluntária quatro pessoas. Na Associação Reviver os voluntários não assinam o termo de compromisso.

De acordo com informações coletadas, a associação possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários e há uma rotatividade entre os que vão.

Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que não tem. Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado na fala do(a) representante da instituição “acolhimento e alegria”.

8. Educandário Senhor Bom Jesus dos Passos - Casa Padre Léo

Figura 9 - Vista da fachada da Casa Padre Léo de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A “Casa Padre Léo” de Passos foi fundada no ano 1998, atuando há 20 anos no Município de Passos. Encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 2003 e, localiza-se no bairro São Francisco, prestando serviço na área assistencial (refeições, banho, doações de roupas, cestas básicas) para moradores de rua e outras famílias em situação de vulnerabilidade social. A Casa Padre Léo é administrada pelo Educandário Senhor Bom Jesus dos Passos, que funciona no município desde 1950. A sua estrutura física é composta por:

- 1 refeitório;
- 1 cozinha;
- 2 banheiros;
- 1 sala de atendimento;
- 1 depósito de alimentos;
- Área externa para separação e higienização das verduras;
- 1 banheiro para os voluntários.

A Casa Padre Léo atende jovens, adultos e idosos (geralmente moradores de rua). No momento da pesquisa a representante informou que atendem uma média de 70 pessoas por dia.

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; uma pessoa trabalhando de forma registrada, e trabalhando de forma voluntária 30 pessoas.

“Há também os voluntários esporádicos que atuam na organização de eventos para datas festivas, onde são arrecadados dinheiro para manutenção da instituição.” (fala do(a) representante da Cantina Padre Léo)

Na Casa Padre Léo o termo de compromisso é assinado por todos e não possuem dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários, pois

“É uma entidade cristã e pelo fato de divulgarem nas missas a ação e solicitarem ajuda.” (fala do(a) representante da Casa Padre Léo)

Quanto à rotatividade também não há, inclusive:

“Nos dias de sábado o número de voluntários é muito alto, estamos planejando um trabalho em escala [...]” (fala do(a) representante da Casa Padre Léo)

Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que não tem,

“Há apenas repasse de informação sobre o público alvo que geralmente são ex-presidiários, andarilhos e moradores de rua.” (fala do(a) representante da Casa Padre Léo)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo(a) representante da instituição que,

“O impacto pode ser percebido a partir do momento que fornecemos dignidade para as pessoas que nada possuem e estão em situação de rua.” (fala do(a) representante da Casa Padre Léo)

9. Sociedade São Vicente de Paulo - Lar São Vicente

Figura 10 - Vista da fachada do Lar São Vicente de Paulo de Passos/MG.



FONTE: Folha da Manhã³⁴.

O “Lar São Vicente de Paulo” de Passos foi fundado no ano 1932, atuando há 86 anos no Município de Passos. Não há registro data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social e localiza-se na Avenida Arlindo Figueiredo, prestando serviço na área de atendimento de longa permanência ao idoso carente. A Sociedade São Vicente de Paulo conta com o apoio de 18 conferências vicentinas disseminadas por todos os bairros do município. A sua estrutura física é composta por:

- 1 sala de recepção;
- 1 refeitório;
- 1 cozinha;
- 1 sala do Serviço Social;
- 1 sala da enfermagem;
- 1 sala da fisioterapia;
- 1 sala da administração;
- 2 postos de enfermagem;
- 1 salão de cabelereiro;
- 1 lavanderia;
- 1 dispensa de alimentos;
- 1 sala de recreação;
- 1 sala de aula;
- 1 farmácia;
- 1 almoxarifado;
- 1 capela;
- 6 quartos de enfermagem;
- 14 alojamento feminino;
- 14 alojamento masculino.

³⁴ Disponível em: <<http://clicfolha.com.br/materia/81505/mes-do-idoso-e-celebrado-no-lar-sao-vicente>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

O Lar São Vicente atende idosos carentes de Passos e região. No momento da pesquisa a representante informou que se encontram no lar uma média de 111 pessoas.

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; 84 pessoas trabalhando de forma registrada, não há pessoas trabalhando de forma cedida e trabalhando de forma voluntária 14 pessoas. Há a assinatura do termo de compromisso por parte do voluntariado, de acordo com informações repassadas não possuem dificuldades para arrumar voluntários, mas existe na instituição uma rotatividade entre os voluntários. O impacto junto à população atendida é o acolhimento de idosos, que na maioria das vezes, não possuem famílias.

Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que existe uma supervisão e orientação para os voluntários de acordo com a área em que irá atuar.

10. Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo

Como explicado no item 9, que descreve o “Lar São Vicente de Paulo”, o Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, faz parte do Lar e atua por meio de suas 18 conferências que ficam espalhadas nos bairros da cidade. Sua sede administrativa localiza-se em uma casa no centro que funciona como escritório administrativo. O Conselho possui uma configuração diferente das demais instituições pesquisadas atendendo Passos e região.

O público atendido são indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social com a prestação de serviços de “assistencialismo”, o que segundo informações repassadas é averiguada a condição de pobreza e necessidade dessas pessoas ou família por meio de visita domiciliar. O representante da instituição informou um quantitativo aproximado de pessoas que são atendidas pelo conselho, sendo de aproximadamente 150 famílias.

“A prestação de serviço não é só a distribuição de cestas básicas, já custeamos cirurgia, reforma de casa e outras coisas. O serviço é de assistencialismo, fazemos visitas para verificar a carência da pessoa, visamos a promoção humana.” (fala do(a) representante do Conselho central da Sociedade de São Vicente de Paulo)

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; uma pessoa trabalhando de forma registrada, não há pessoas trabalhando de forma cedida. Quanto ao número de pessoas que atuam de forma voluntária, o Conselho não possui esse registro, foi informado que para se ter acesso a essa informação teria que ser feito um contato com os 18 presidentes dos conselhos particulares. Diante da dificuldade em se obter informação de todos esses conselhos, optou-se por realizar a pesquisa com apenas um, que se localiza no bairro Nossa Senhora das Graças, que conta com 12 voluntários.

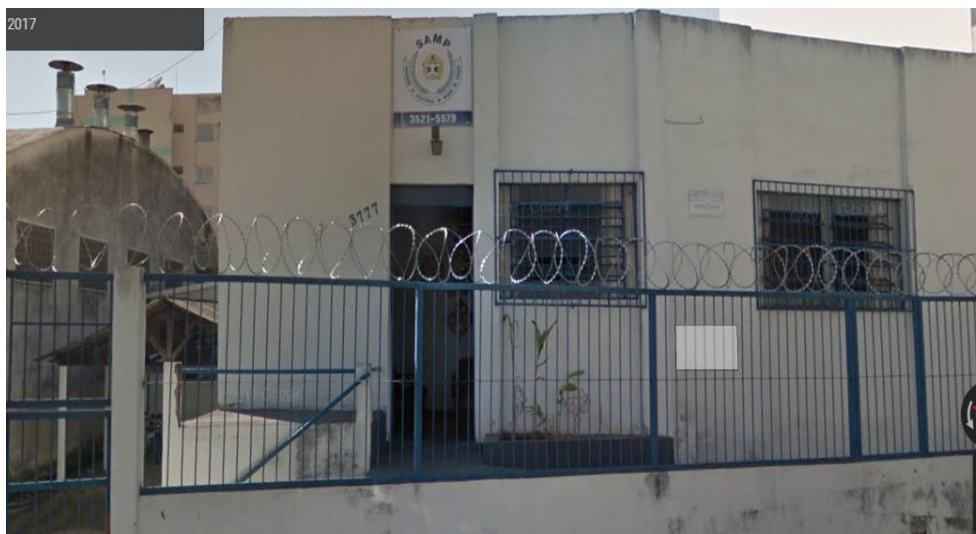
Quanto à assinatura do termo de compromisso por parte do voluntariado, de acordo com informações repassadas, não há. Mas, as pessoas que atuam como voluntárias recebem certificado por participarem do curso de formação para vicentinos, o que as habilita para tal função. Não há dificuldades para arrumar voluntários, porém.

“O número de voluntários não é suficiente para atender o número de demandas.” (fala do(a) representante do Conselho central da Sociedade de São Vicente de Paulo)

O impacto junto à população atendida se apresenta nas demandas e no número de pessoas que são atendidas. Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, é o curso de formação para vicentino.

11. SAMP - Sociedade de Assistência ao Menor de Passos

Figura 11 - Vista da fachada da Sociedade de Assistência ao Menor de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A SAMP de Passos foi fundada no ano 1980, atuando há 38 anos no Município de Passos. Não há registro da data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social e localiza-se no centro da cidade, prestando serviços voltados para a preparação de adolescente para o mercado de trabalho de socialização e orientação para famílias, além de empréstimos de cadeiras de roda, andador e muletas. A sua estrutura física é composta por:

- 1 sala de recepção;
- 1 cozinha;
- 2 banheiros;
- 1 sala do Serviço Social;
- 1 sala de informática;
- Área externa para desenvolvimento de atividades de artesanato.

A SAMP atende adolescentes de 14 a 18 anos em projetos sociais. No momento da pesquisa a representante informou que atendem uma média de 10 adolescentes.

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; três pessoas trabalhando de forma registrada (um profissional do Serviço Social), e trabalhando de forma voluntária quatro pessoas. Na SAMP o termo de compromisso é assinado por todos.

De acordo com informações coletadas, a SAMP possui dificuldades de conseguir pessoas para atuarem como voluntários e há rotatividade entre os

voluntários. Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que não tem,

“Apenas reunião, os voluntários fazem o trabalho de acordo com a habilidade da pessoa.” (fala do(a) representante da SAMP)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo(a) representante da instituição que sim eles conseguem medir por meio,

“Do emprego, quando o adolescente entra para o mercado de trabalho e também a possibilidades do adolescente começar a trabalhar de forma autônoma, como exemplo os cursos de manicure [...] desenvolvimento intelectual, cognitivo, pessoal e familiar.” (fala do(a) representante da SAMP)

12. Associação Espírita Santo Agostinho

Figura 12 - Vista da fachada da Associação Espírita Santo Agostinho de Passos/MG.



FONTE: Adriana de Souza Lima Queiroz.

A Associação Espírita Santo Agostinho de Passos foi fundada no ano 1953, atuando há 38 anos no Município de Passos, não há registro da data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social, localiza-se no Centro, prestando serviços voltados para educação infantil (creche), albergue e refeição (população em trânsito e moradores de rua), distribuição cestas básica (180 por mês). A sua estrutura física é composta por:

- 1 sala de recepção;
- 1 escritório administrativo;
- 1 cozinha;
- 1 berçário;
- 1 dormitório feminino;
- 1 dormitório masculino;
- 1 dormitório para famílias;
- 6 banheiros;
- 7 salas de aula e de estudos doutrinários;
- 2 refeitórios;
- Área externa com parque infantil para crianças;
- 3 almoxarifados;
- 1 sala para materiais de limpeza;
- 1 dispensa;
- Área de serviço com lavandeira;
- Área de higienização de alimentos;
- Salão de reunião;
- Salão de recepção;
- Sala de depósito de cesta básica;
- Loja com bazar;
- Biblioteca;
- Sala filmoteca.

A Associação Santo Agostinho atende crianças de 6 meses a 5 anos em regime integral, moradores de rua e pessoas encaminhadas pela assistência social do município. No momento da pesquisa o(a) representante informou que atendem 112 crianças e uma média de 18 pessoas no albergue e 40 refeições por dia (jantar).

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; oito pessoas trabalhando de forma registrada, oito cedidas pela prefeitura, e trabalhando de forma voluntária 10 pessoas. Na Associação Santo Agostinho o termo de compromisso não é assinado.

De acordo com informações do representante da Associação Santo Agostinho, há dificuldades em conseguir pessoas para atuarem como voluntários.

“Muita dificuldade. Sempre são os mesmos que tomam frente. Há uma dispersão dos voluntariados, não há compromisso, percebe que há mais ajuda para eles, a procura é mais para uma auto ajuda [...]. O voluntário assíduo acaba sendo contratado, às vezes entram em busca de emprego.” (fala do(a) representante da Associação Santo Agostinho)

Com relação à rotatividade a resposta foi que pelo perfil da instituição, a rotatividade é baixa. Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que sim,

“Primeiro é apresentado o local e o voluntário passa para uma observação das atividades. Num segundo momento há entrevista para saber o público que quer atender e a aptidão para isso, depois um funcionário vai passando as atribuições.” (fala do(a) representante da Associação Santo Agostinho)

Com relação ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo(a) representante da instituição que sim eles conseguem medir por meio:

“Por meio das refeições que são oferecidas e do atendimento as crianças e pela procura dos serviços oferecidos e não temos mais vagas.” (fala do(a) representante da Associação Santo Agostinho)

13. SERVIRÁS - Associação de Assistência Social de Passos

Figura 13 - Vista da fachada da SERVIRÁS - Associação de Assistência Social de Passos/MG.



FONTE: Revista Foco Magazine³⁵.

A SERVIRÁS foi fundada no ano 1966, atuando há 52 anos no Município de Passos. Não há registro da data de cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social e localiza-se no bairro Nossa Senhora de Fátima, prestando serviços voltados para educação infantil (creche), apoio a famílias para fortalecimento de vínculos e convivência. A sua estrutura física é composta por:

- 1 sala de recepção;
- 1 sala do serviço social;
- 1 escritório administrativo;
- 1 sala de projetos e de artesanato;
- 1 Cozinha;
- 1 berçário;
- 4 banheiros;
- 4 salas de aula (educacional, música, judô, artesanato);
- 2 refeitórios;
- Área externa com parque infantil para crianças;
- 1 Brinquedoteca;
- 1 sala de Multimídia;
- 1 Almoxarifado;
- 1 Dispensa;
- 1 Lavanderia;
- 1 Garagem coberta.

³⁵ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=creche+dolores+queiroz+passos&rlz=1C1CHZL_pt-BRBR703BR703&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi4xe2J06XgAhWTHbkGHYqrAFcQ_AUIECgD&biw=1296&bih=647#imgrc=JBcSSw6UcQdlzM:>> Acesso em: 05 fev. 2019.

A SERVIRÁS atende crianças de seis meses a adolescentes de até 17 anos. No momento da pesquisa, a representante informou que atendem 160 crianças em regime integral.

Para seu funcionamento a instituição conta com uma diretoria executiva voluntária; oito pessoas trabalhando de forma registrada (um profissional do Serviço Social), quatro cedidas pela prefeitura, e trabalhando de forma voluntária seis pessoas.

Na SERVIRÁS o termo de compromisso não é assinado e não há dificuldades em conseguir pessoas para atuarem como voluntários.

Com relação à rotatividade a resposta foi que sim. Já em relação a treinamento para exercer a função de voluntários na instituição, o representante afirmou que não tem.

No que tange ao impacto do serviço prestado sobre a população ou a comunidade, ficou constatado pelo(a) representante da instituição que sim eles conseguem medir por meio,

“Por meio da grande procura que temos em nossos projetos.” (fala do(a) representante da SERVIRÁS)

3.2.1 Breve análise das instituições pesquisadas

À vista desses dados, percebe-se que desde a década de 1950, Passos conta com o apoio de instituições formalizadas para o atendimento às demandas sociais. De acordo com os dados pesquisados nas Encíclicas, verifica-se que nesse período há um apelo maior da Igreja Católica à prática da caridade e começa a se despontar temas como a questão social e a assistência social, também nesse mesmo período é reforçado o caráter assistencialista das ações caritativas.

Conhecer essas instituições possibilitou verificar que é nas décadas de 1970 e 1990, que houve uma expansão na fundação dessas instituições no município, sendo que das 13 instituições pesquisadas, quatro (30,76%) foram fundadas no período de 1970 e quatro (30,76%) fundadas no período de 1990.

A década de 1970, de acordo com as Encíclicas *Octogésima Adveniens* e *Evangelii Nuntiandi*, publicadas pela Igreja nesse período, mencionam o evangelho como meio de ensinar a caridade com a formação de consciência de respeito aos

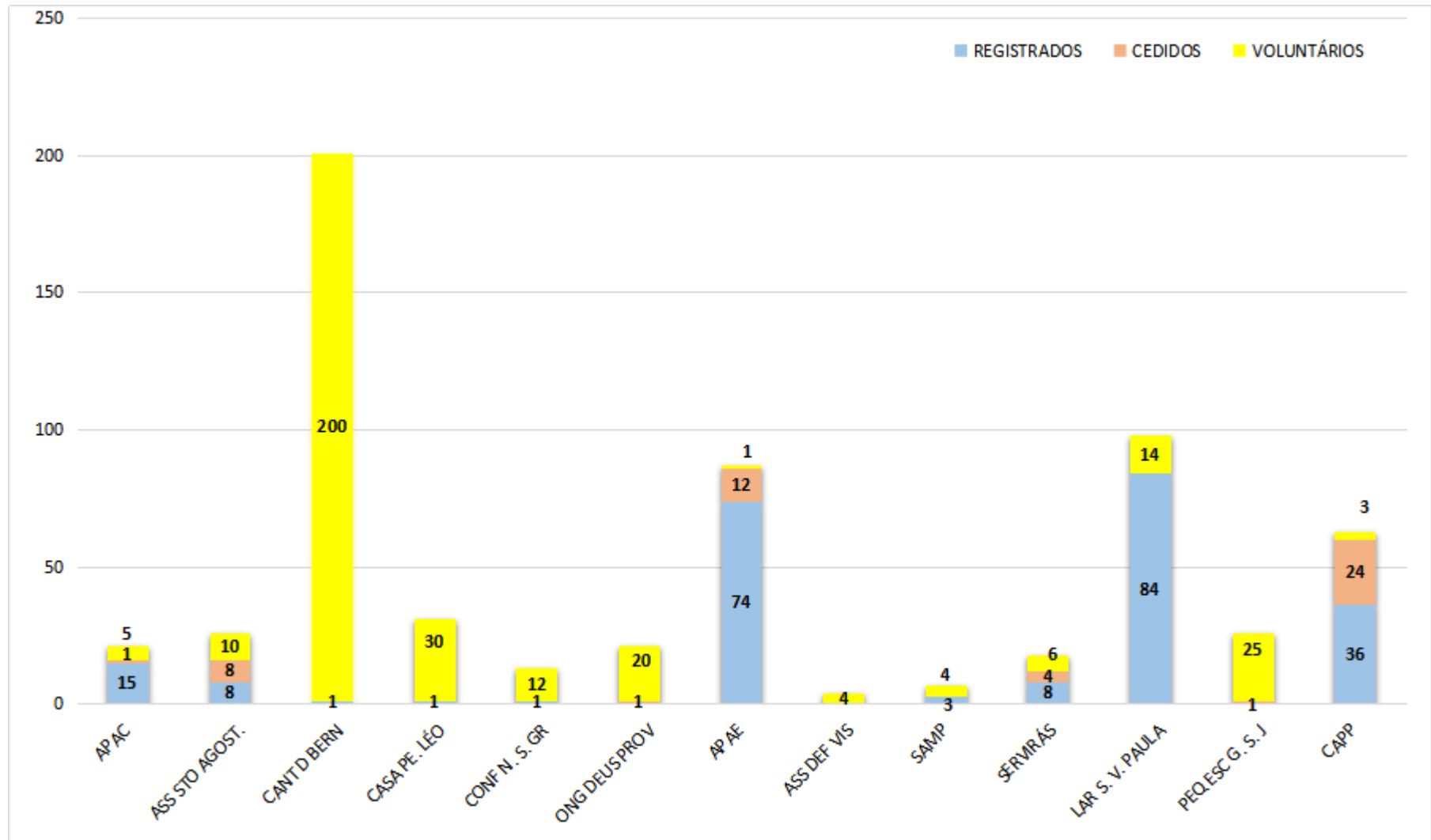
pobres e com a formação de uma responsabilidade de ação coletiva, vivida na partilha, na fraternidade e na justiça. Seria a caridade pastoral vivenciada nas comunidades eclesiais.

Já na década de 1990, as Encíclicas *Enicílica Centesimus Annus* e *Evangelium Vitae*, pregavam a solidariedade como expressão da caridade cristã, num gesto de acolhimento e sacrifícios desinteressados para a promoção da vida. É nesse período que a Igreja faz uma junção da caridade com o voluntariado, e no que tange ao plano político, é nesse momento que se consolida a solidariedade social cidadã por meio do Programa Comunidade Solidária.

Outro ponto a ser destacado, mesmo não sendo um dos objetivos principais da pesquisa é a relação que se teve entre trabalhadores registrados, cedidos e voluntários atuando nessas 13 instituições pesquisadas, o que será demonstrado no gráfico a baixo.

A seguir, no gráfico 2 sintetiza-se a distribuição do conjunto de colaboradores nas instituições pesquisadas, categorizando-os como registrados, cedidos e voluntários.

Gráfico 2. Distribuição das instituições de acordo com o número de trabalhadores contratados, cedidos e voluntários.



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Após o mapeamento das entidades/instituições pesquisadas, passa-se para a análise de alguns dos dados considerados importantes para o atendimento a um dos objetivos da pesquisa, o de verificar como se insere o trabalho voluntário no município de Passos.

A partir do momento em que se deu um tratamento estatístico em relação a quantidade de pessoas que prestam seus serviços a essas instituições, identificou-se que cerca de 322 pessoas atuam como voluntários(as) nessas instituições - esse valor não é exato pelo fato de algumas instituições não terem esse registro -, 51 pessoas cedidas e as outras 231 estão na condição de contratadas por essas instituições.

Cabe registrar limitação que aconteceu no quantitativo de voluntários, onde dos **322 apurados**, somente se conseguiu **dados efetivos de 103**. As razões serão explicitadas mais à frente.

A comparação entre esses dados deixa evidente a predominância do trabalho voluntário na prestação de serviços assistencial e educacional realizados por meio das instituições filantrópicas no município. Ressalta-se que os trabalhadores cedidos são funcionários deslocados da prefeitura e, ou do Estado para estas instituições, já os contratados são mantidos com os recursos das instituições. Dentre as 13 instituições, sete (53,84%) possuem quase a totalidade de voluntários em seu quadro de trabalhadores.

Com relação ao termo de compromisso, das 13 instituições, cinco (38,46%) informaram que sim, os voluntários assinam um termo, e o mesmo número informou que não há termo para os voluntários assinarem. Apenas uma mencionou estar em processo de implantação de assinatura do termo. Esse fato mostra que as instituições pesquisadas não estão preocupadas em se resguardarem quanto às Leis trabalhistas e, tampouco estão de acordo com a Lei do Voluntariado de 1998, que prevê a assinatura do termo.

Observa-se que essas instituições, vinculadas ao Conselho Municipal de Assistência Social de Passos, prestam serviços nas áreas educacional, profissionalizante, distribuição de cestas básicas e de refeições, serviços de albergue, serviços assistenciais, serviços de saúde, fortalecimento de vínculos e convivência, de ressocialização, de proteção social básica e promoção social, garantia dos direitos da criança e do adolescente e de evangelização.

Todos esses serviços são ofertados a diversos seguimentos como crianças, adolescentes, idosos, população de rua, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade. Atendendo a um total de aproximadamente 2.232 pessoas, além das 150 famílias atendidas pela Conferência Central São Vicente de Paula. O público alvo são pessoas e famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade social, ou seja, uma parcela da população do município que vivência as expressões da questão social e, que a política pública local não consegue atender por meio da prestação de seus serviços.

A sociedade civil organizada assume essa função com a criação de associações que, na maioria das vezes, possuem vínculo religioso, o que pode ser percebido no próprio nome dessas instituições (Casa Padre Léo, Associação Espírita Santo Agostinho, Escola Gratuita São José, Conferência Nossa Senhora das Graças, Lar São Vicente de Paula, ONG Deus Proverá).

Fechando essa análise, mas não esgotando, pois, as informações selecionadas dão margem para o aprofundamento de outras perspectivas de análise³⁶, conclui-se que o trabalho voluntário se insere no município de Passos atuando no atendimento as demandas sociais, geralmente vinculado a instituições de cunho religioso, reforçando uma ação pautada na caridade e no “tutelamento” da população.

Apesar dessas instituições estarem vinculadas ao Conselho Municipal de Assistência Social, constata-se com algumas exceções, que as ações se voltam para o assistencialismo e, não, para um processo de emancipação, ou mesmo, de efetivação e garantia de direitos. Fica evidente a afirmativa de Yasbeck (2015) de pulverizar as expressões da questão social para além dos espaços políticos, reduzindo a cidadania e despolitizando os espaços de reconhecimento da pobreza e da desigualdade social.

Reforça-se a ideia de Estado mínimo e a expansão na prestação de serviços sócio assistenciais, principalmente por entidades ligadas a algum movimento religioso que tendem a cuidar tanto de crianças e adolescentes, mulheres, idosos, migrantes, desempregados, órfãos, pessoas com deficiência ou com algum problema de saúde e tantas outras coisas a mais que são de finalidade pública.

³⁶ Como a capacitação do trabalho voluntário para esse tipo serviço, a relação do trabalho voluntário no sistema capitalista de produção, o tutelamento das demandas sociais pelas instituições filantrópicas etc.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS

Esse capítulo objetiva apresentar e analisar o material selecionado por meio da pesquisa de campo realizada com os voluntários, que atuam nas 13 instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

Os dados aqui apresentados foram organizados e categorizados segundo critérios previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. Na primeira etapa foram coletados dados, utilizando-se questionários com perguntas fechadas. Esses dados receberam tratamento estatístico para melhor caracterização do voluntariado.

Para a segunda etapa foram coletados dados de duas fontes utilizando o questionário com perguntas fechadas e a entrevista semiestruturada. Os dados receberam tratamento analítico, de modo a produzir interpretações e explicações que embasaram o atingimento dos objetivos da pesquisa. Nesse processo de análise recorreu-se ao referencial teórico elaborado nos capítulos iniciais.

4.1 Perfil socioeconômico dos voluntários pertencentes às entidades/instituições pesquisadas

Após breve compreensão sobre o “modo de existir” dessas 13 instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, passa-se para a identificação do perfil social, demográfico e econômico das pessoas que atuam no trabalho voluntário dentro dessas instituições, o que de certo modo pode trazer compreensão sobre a relação desses trabalhadores com o voluntariado, numa perspectiva crítica em relação às demandas sociais atendidas por eles.

A criação de indicadores sobre o perfil desses voluntários nas diversas instituições, que atuam no município possibilitou a elaboração de dados estatísticos, ficando a amostra delimitada entre as **322 pessoas que atuam como voluntários nas 13 instituições pesquisadas**, que ficaram **restritas aos 103 efetivamente respondentes**, tendo em vista que em algumas instituições, que possuem um número considerado expressivo de voluntários, não foi possível fazer contato com todos, pois muitos atuam de forma esporádica, ou seja, apenas quando são solicitados para alguma campanha, outros atuam apenas na parte arrecadação de alimentos e outros em ações que ficam distantes da sede das instituições filantrópicas.

O formulário foi composto de oito questões fechadas sobre aspectos sociodemográficos (idade, sexo, escolaridade, condição civil, renda, número de pessoas que residem na casa, religião, situação profissional e idade que ingressou no mercado de trabalho formal e no trabalho voluntário), caracterizando o perfil dos voluntários.

Os questionários foram entregues no próprio local de trabalho para os voluntários responderem. Contudo, no momento de entrega não foi possível, em algumas instituições, congregar todos os voluntários. Diante dessa dificuldade, a pesquisadora contou com a colaboração do representante da instituição para a entrega dos questionários e, por vezes, precisou retornar em diferentes horários em algumas instituições, com o objetivo de coletar o maior número possível de informações.

Salienta-se que todos os voluntários receberam o TCLE, esclarecendo os objetivos da pesquisa e a necessidade do consentimento dos mesmos. Como retorno obteve-se um total 103 questionários respondidos o que equivale a **31,98% do universo selecionado**.

Far-se-á necessário esclarecer que a “Cantina Dona Bernadete”, local com um número expressivo de voluntários (200), apenas 14 responderam à pesquisa. Esse número reduzido deve-se ao fato de a Cantina contar com voluntários, que atuam fora da cantina, pois essa instituição possui 27 postos, espalhados em diversos bairros considerados periféricos para a distribuição de cestas básicas, além daqueles voluntários que atuam na confecção de enxovais na Pastoral da Igreja Matriz. Nessas circunstâncias, o representante da instituição autorizou a aplicação do questionário apenas com os que atuam diretamente na Cantina, alegando dificuldades para distribuir os questionários aos outros voluntários, que se encontram espalhados pela cidade.

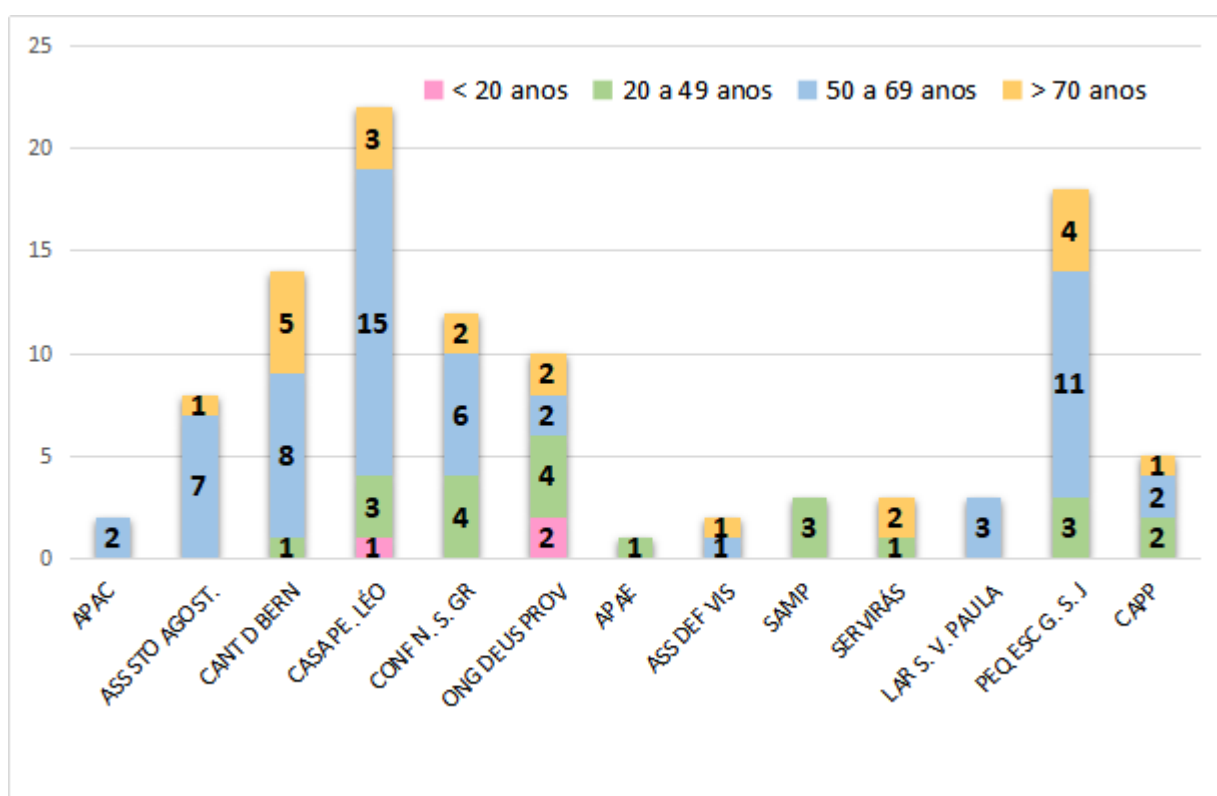
Também, se esclarece que no “Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo”, foram escolhidos apenas os voluntários pertencentes ao Bairro Nossa Senhora das Graças, tendo em vista o grande número de conferências espalhadas pela cidade.

Nas demais instituições, o percentual de questionário que não foi respondido é insignificante diante da quantidade de pessoas. Um fato curioso a se destacar é que em uma das instituições, o voluntário, após ter respondido a pesquisa, ficou preocupado com a possibilidade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) lhe

retirar o BPC (Benefício de Prestação Continuada), por estar executando um outro tipo trabalho. A pesquisadora explicou os motivos da pesquisa e o sigilo em relação aos dados.

Com relação à idade dos voluntários pode-se observar que prevalecem pessoas com idade entre 50 a 69 anos, o que corresponde a 57 (55,33%), pessoas com idade entre 20 a 49 são 22 (21,35%), pessoas com mais de 70 anos 21 (20,38%) e, em menor proporção, pessoas com menos de 20 anos são três ou 2,91 (%), conforme demonstrado no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a idade.



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Considerando-se a prevalência entre a maioria dos voluntários com idade acima de 50 anos, sendo um total de 78 (75,78%), atenta-se que nessa idade as pessoas estão próximas à aposentadoria, ou já se encontram aposentadas, concluindo-se que no município de Passos a categoria de trabalhadores voluntários é formada por pessoas não muito jovens e, que o número de pessoas jovens nas ações voluntárias é relativamente baixo.

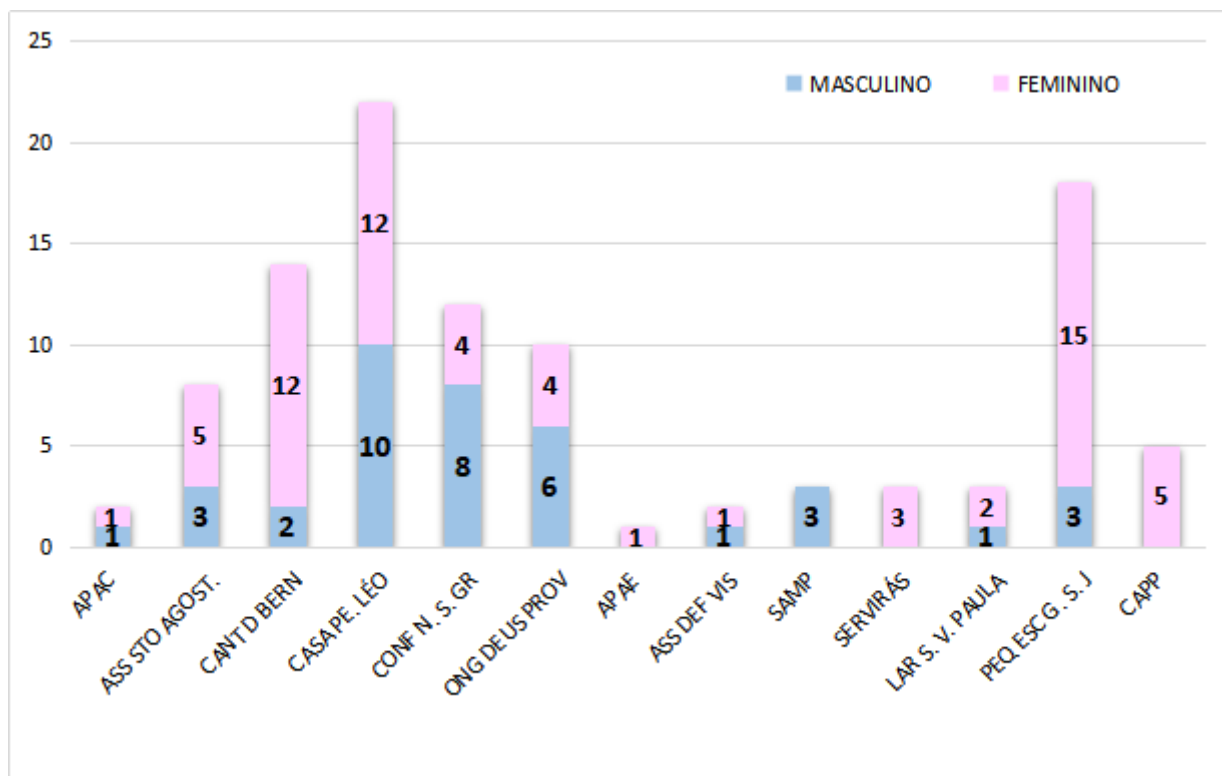
Retomando à análise bibliométrica realizada nas produções acadêmicas em torno do assunto, toma-se por base a análise apontada por Figueiredo (2005),

onde se considera o trabalho voluntário, como forma de retorno à vida produtiva, tendo em vista a valorização que a sociedade dá ao trabalho, além de ser uma forma encontrada pelos idosos de preencherem o seu tempo livre e, de evitarem o isolamento social. Melo (2007) também aborda essa questão, quando apresenta o trabalho voluntário como atividade interessante para se ter uma boa velhice.

Já em relação ao sexo evidencia-se que o feminino se sobrepõe em relação ao sexo masculino, sendo o feminino com amostra de 65 pessoas (63,10%) e, o do masculino, com 38 (36,89%). Apesar de ser maior o número de voluntários do sexo feminino, observa-se que em algumas instituições predominam voluntários do sexo masculino.

Esses dados demonstram que o corpo de voluntariado do município se constrói, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1993), permeado por aspectos de feminilidade na vocação de servir e do espírito de bondade e de doação, valores historicamente atribuídos às mulheres.

Gráfico 4. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com o sexo.



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Nas instituições SAMP, ONG “Deus Proverá”, Conferência Nossa Senhora das Graças, o que prevalece é o voluntariado do sexo masculino, nas demais é

notória a participação feminina. Nessas três instituições, percebe-se que esses voluntários assumem cargos que fazem parte da diretoria executiva da instituição.

A análise realizada em torno das produções acadêmicas da área da Administração nos cursos de pós-graduação, deixam transparecer essa evidência, ou seja, ficou constatado nas pesquisas empíricas desses trabalhos acadêmicos a predominância no perfil no voluntariado o sexo feminino e casadas.

Com relação às variáveis sobre escolaridade, condição civil e renda, há maior frequência das pessoas com curso superior, casadas e com renda acima de quatro salários mínimos, como apresentado na tabela 5 na sequência.

Tabela 5. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a condição civil, escolaridade e renda.

Variável	Níveis da Variável	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAPP
Escolaridade	Nenhum	1	0,97	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ensino Fundamental	26	25,24	1	1	3	10	4	1	0	0	0	1	0	5	0
	Ensino Médio	27	26,21	0	2	3	3	6	3	0	0	0	0	2	8	0
	Curso Técnico	9	8,74	0	2	0	3	0	0	0	0	0	2	1	0	1
	Curso Superior	40	38,83	1	3	7	6	2	6	1	2	3	0	0	5	4
		103	100	2	8	14	22	12	10	1	2	3	3	3	18	5

Variável	Níveis da Variável	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAPP
Condição Civil	Solteiro(a)	20	19,42	0	0	0	8	1	3	1	0	3	0	0	2	2
	Amasiado(a)	7	6,80	0	0	0	0	1	3	0	1	0	0	0	2	0
	Casado(a)	50	48,54	2	3	11	7	10	3	0	1	0	1	3	8	1
	Separado/Divorciado(a)	9	8,74	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1
	Viúvo(a)	17	16,50	0	3	1	5	0	1	0	0	0	2	0	4	1
		103	100	2	8	14	22	12	10	1	2	3	3	3	18	5

Variável	Níveis da Variável	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAPP
Renda	1 salário mínimo	34	33,01	1	0	4	9	6	1	1	0	1	0	0	9	2
	Até 2 salários mínimos	18	17,48	0	1	1	5	2	2	0	0	1	1	0	3	2
	Até 3 salários mínimos	13	12,62	0	1	3	0	1	2	0	0	0	1	1	4	0
	+ de 4 salários mínimos	38	36,89	1	6	6	8	3	5	0	2	1	1	2	2	1
		103	100	2	8	14	22	12	10	1	2	3	3	3	18	5

Os dados evidenciam que dentre os 103 voluntários(as) pesquisados(as), na variável escolaridade há frequência maior de pessoas com o curso superior, o que corresponde a 40 (38,83%) voluntários(as), em seguida com o ensino médio 27 (26,21%) voluntários(as), ensino fundamental 26 (25,24%) voluntários(as), curso técnico apenas nove (8,74%) voluntários(as) e nenhuma escolaridade um (0,97%) voluntário(a).

Prevalece nesses dados a evidência de que a maioria dos(as) trabalhadores(as) voluntários(as) possuem certo grau de instrução.

Já na variável condição civil obteve-se entre os 103 voluntários(as) frequência expressiva de pessoas que se encontram na condição de casados(as), sendo 50 (48,54%) voluntários(as), seguida dos que se encontram na condição de solteiros(as) 20 (19,42%) voluntários(as), na condição de viúvos(as) 17 (16,50%) voluntários(as), na condição de separados(as) ou divorciados(as) nove (8,74%) voluntários(as), na condição de amasiados sete (6,80%) voluntários. Deste modo, é notória a composição do voluntariado por pessoas casadas.

Na variável renda identificou-se que 38 (36,89%) voluntários(as) possuem mais de quatro salários mínimos e em seguida com um salário mínimo 34 (33,01%) voluntários(as) e, os demais com até dois salários mínimos 18 (17,48%) voluntários(as) e com até três salários mínimos 13 (12,62%) voluntários(as).

Percebe-se aproximação entre aqueles que possuem mais de quatro salários mínimos de renda e aqueles com um salário mínimo.

O fato de a maioria dos voluntários(as) possuírem certo grau de instrução corrobora para que a renda predominante nesse grupo seja mais de quatro salários mínimos. Todavia, há percentual expressivo de pessoas com apenas um salário mínimo, que pode ser um reflexo da idade desse grupo de voluntariado, ou seja, o predomínio de pessoas aposentadas e, também, a questão de gênero, pois há a predominância do sexo feminino nessa função e sabe-se que historicamente as mulheres recebem menos em relação aos homens.

Na tabela 6 é apresentado o número de pessoas que residem com esses trabalhadores(as) voluntários(as). Almeja-se verificar como é composto o grupo familiar desses(as) voluntários(as) e, também, a situação profissional na qual se encontram no momento.

Tabela 6. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com o número de pessoas que residem na casa e situação profissional.

Variável	Níveis da Variável	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S. Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAPP
Residem na casa	1 pessoa	20	19,42	0	4	1	6	1	1	0	0	1	1	0	4	1
	2 pessoas	26	25,24	1	2	7	4	2	1	0	1	1	1	2	4	0
	2 a 4 pessoas	44	42,72	1	1	5	9	8	4	1	1	1	0	1	8	4
	Mais de 4 pessoas	13	12,62	0	1	1	3	1	4	0	0	0	1	0	2	0
		103	100	2	8	14	22	12	10	1	2	3	3	3	18	5

Variável	Níveis da Variável	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S. Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAP
Situação profissional	Trabalhador(a) autônomo(a)	20	19,42	1	1	0	4	4	3	0	1	1	1	0	4	0
	Funcionário(a) público	9	8,74	1	1	0	2	0	1	0	0	2	0	1	1	0
	Funcionário(a) da empresa	9	8,74	0	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3
	Desempregado(a) à procura de emprego	8	7,77	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	3	0
	Desempregado(a) e não está a procura de emprego	4	3,88	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Doméstico(a)	3	2,91	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
	Estudante	1	0,97	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aposentado(a)	44	42,72	0	5	10	9	3	2	0	1	0	2	2	8	2
	Outra situação	5	4,85	0	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		103	100	2	9	13	22	12	10	1	2	3	3	3	18	5

A frequência dos dados projetados na variável número de pessoas que residem na casa, deixa evidente que 44 (42,72%) dos voluntários(as) possuem composição familiar com até quatro pessoas residindo na casa. Em seguida, 26 (25,24%) voluntários(as) composto por até duas pessoas residindo na casa, 20 (19,42%) voluntários(as) com uma pessoa apenas residindo na casa e 13 (12,62%) voluntários(as) apresentam composição familiar pouco maior, com mais quatro pessoas residindo na casa.

Esses dados demonstram que os trabalhadores(as) voluntários(as) advêm de uma composição familiar relativamente pequena, e que naquelas composições familiares mais numerosas o índice de trabalhadores(as) voluntários(as) é menor. Esse fato pode estar ligado à análise realizada por Nascimento (2008), quando afirma ser o “*tempo livre*” fator fundamental para participar de ações voluntárias, seja pela aposentadoria, seja pela independência dos filhos.

No que se refere a variável situação profissional, a representatividade maior fica na situação de aposentados, sendo um total de 44 (42,72%) voluntários(as) entre os 103 voluntários(as) pesquisados(as). Em seguida, com um total de 20 (19,42%) voluntários(as) encontram-se na situação de autônomos, funcionário público e funcionário de empresa são nove (8,74%) voluntários(as), desempregados à procura de emprego oito (7,77%) voluntários(as), outra situação cinco (4,85%) voluntários(as), desempregado e não está à procura de emprego quatro (3,88%) voluntários(as), doméstica(o) três (2,91%) voluntários(as) e, por fim, na situação de estudante apenas um (0,97%) voluntário(a).

Decorre que a situação profissional em que se encontra a maioria dos voluntários nas instituições filantrópicas, que prestam serviços assistenciais no município de Passos, é a de aposentados e, mais uma vez, explicita que entre as pessoas jovens, essa prática não é comum.

Pode-se inferir que a procura por ação que envolvam a questão da “ajuda ao outro” ou de ser “solidário” é recorrente entre as pessoas que estão passando pelo processo de envelhecimento. Esse fato justifica, também, o número expressivo de pesquisas realizadas pela Psicologia em relação ao trabalho voluntário praticado por aposentados ou idosos.

Na tabela 7 busca-se demonstrar a idade com que esses 103 trabalhadores(as) voluntários(as) ingressaram no mercado de trabalho assalariado e no trabalho voluntário.

Tabela 7. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com idade que ingressou no mercado de trabalho e no trabalho voluntário.

Variável	Níveis da Variável	Subnível das variáveis	Frequência	%	APAC	Ass. Sto. Agostino	Cant. D. Bernadete	Casa Padre Leo	Conf. N. S. Graças	ONG Deus Proverá	APAE	Ass. Def. Visuais	SAMP	SERVIRÁS	Lar São Vic. Paula	Peq. Esc. G. S. José	CAP	
Idade de ingresso	No mercado de trabalho	Até 10 anos	6	7,41	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
		11 a 20 anos	60	74,07	0	7	10	12	3	8	1	1	2	2	3	8	3	
		21 a 30 anos	12	14,81	0	1	1	3	1	1	0	0	1	0	0	0	2	2
		31 a 40 anos	1	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
		41 a 50 anos	1	1,23	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
		51 a 60 anos	1	1,23	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
		61 a 70 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		71 a 80 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		81 a 90 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		91 a 100 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		81³⁷	100		-2		-3	-3	-4	-1		-1				-8		
Idade de ingresso	No trabalho voluntário	Até 10 anos	6	7,79	0	1	1	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0	
		11 a 20 anos	15	19,48	0	2	0	1	1	4	0	0	1	1	1	1	3	1
		21 a 30 anos	18	23,38	0	2	2	2	1	3	1	1	1	0	0	0	2	3
		31 a 40 anos	11	14,29	0	2	2	3	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1
		41 a 50 anos	8	10,39	0	0	2	3	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0
		51 a 60 anos	10	12,99	0	1	2	3	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0
		61 a 70 anos	8	10,39	0	0	1	3	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0
		71 a 80 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		81 a 90 anos	1	1,30	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		91 a 100 anos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		77	100		-2		-3	-6	-6							-9		

³⁷ Os números negativos em destaque referem-se ao quantitativo de questões que não foram respondidas.

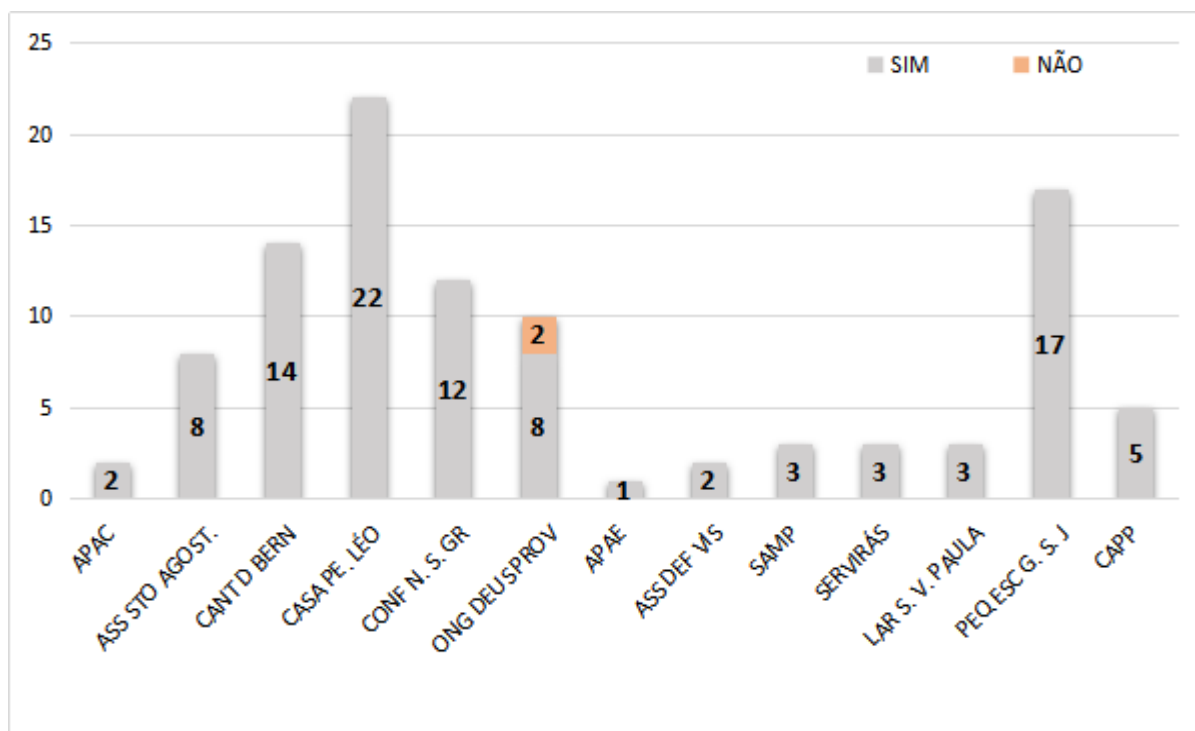
Esclarece-se que no quesito entrada no mercado de trabalho e no trabalho voluntário, alguns questionários não foram respondidos, como pode ser observado na tabela acima com os números em destaque.

Os dados apresentados nas variáveis idade em que ingressou no mercado de trabalho demonstram que a grande maioria, sendo 60 (74,07%) voluntários(as) entraram no mercado de trabalho com idade entre 12 a 20 anos, já com a idade entre 21 a 30 anos corresponde a 12 (14,81%) voluntários(as), com 10 anos de idade são seis (7,41) voluntários(as), os demais respondentes ficaram entre 31 a 60 anos. A entrada no mercado de trabalho assalariado por parte desses trabalhadores voluntários foi precoce em relação ao que preconizam as Leis Trabalhistas em vigência.

Quanto à data de entrada no trabalho voluntário, os dados evidenciam que 18 (23,38%) voluntários(as) entraram com idade entre 21 a 30 anos, já com a idade entre 11 a 20 anos foram 15 (19,48%) voluntários(as), com idade entre 31 a 40 anos foram 11 (14,29%) voluntários(as), com idade entre 41 a 50 anos e 11 a 70 anos foram oito voluntários correspondendo a (10,39%), com 10 anos de idade 6 (7,79%) e por fim de 81 a 90 anos de idade um voluntário(a) (1,30%).

Percebe-se nesses dados que o quadro de trabalhadores voluntários, no município de Passos, é formado por pessoas que entraram ainda jovens nessa ação. Contudo, esse dado tende a ser modificado daqui a algumas décadas, pois os dados apresentados no gráfico 4 demonstram que o percentual de pessoas jovens envolvidas com o trabalho voluntário seja relativamente baixo, e o apelo à sociedade civil organizada para a prestação de serviços assistenciais com o uso do trabalho voluntário, tende a ficar comprometido.

No gráfico 5 objetiva-se evidenciar se os voluntários(as) possuem alguma crença religiosa. Considera-se que esse dado importante, pelo fato de o trabalho voluntário estar ligado, desde sua gênese, com a caridade cristã e também, pelo recorte feito na delimitação do tema nesta tese.

Gráfico 5. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a crença religiosa

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Os dados apresentados demonstram que 101 (98,05%) dos voluntários(as) possuem alguma crença religiosa e, apenas, dois (1,94%) não demonstram não possuir alguma crença religiosa.

A caracterização do perfil de parte dos trabalhadores(as) voluntários(as), do município de Passos, possibilitou compreensão sobre essa categoria que, em sua grande maioria, é formada por pessoas com idade entre 50 a 69 anos; com prevalência do sexo feminino; que possuem certo grau de instrução; são casados; com renda que varia entre um a quatro salários mínimos; residem com poucas pessoas; possuem alguma crença religiosa; estão em sua maioria na condição de aposentados; e, ingressaram ainda jovens tanto mercado de trabalho formal como no trabalho voluntário.

Em seguida é analisado, tanto por meio do questionário com perguntas fechadas, como por meio das entrevistas com perguntas semiestruturadas a respeito do significado e do sentido dado ao trabalho voluntário pelos participantes da pesquisa.

4.2 Compreensões em torno do trabalho voluntário na visão dos participantes da pesquisa

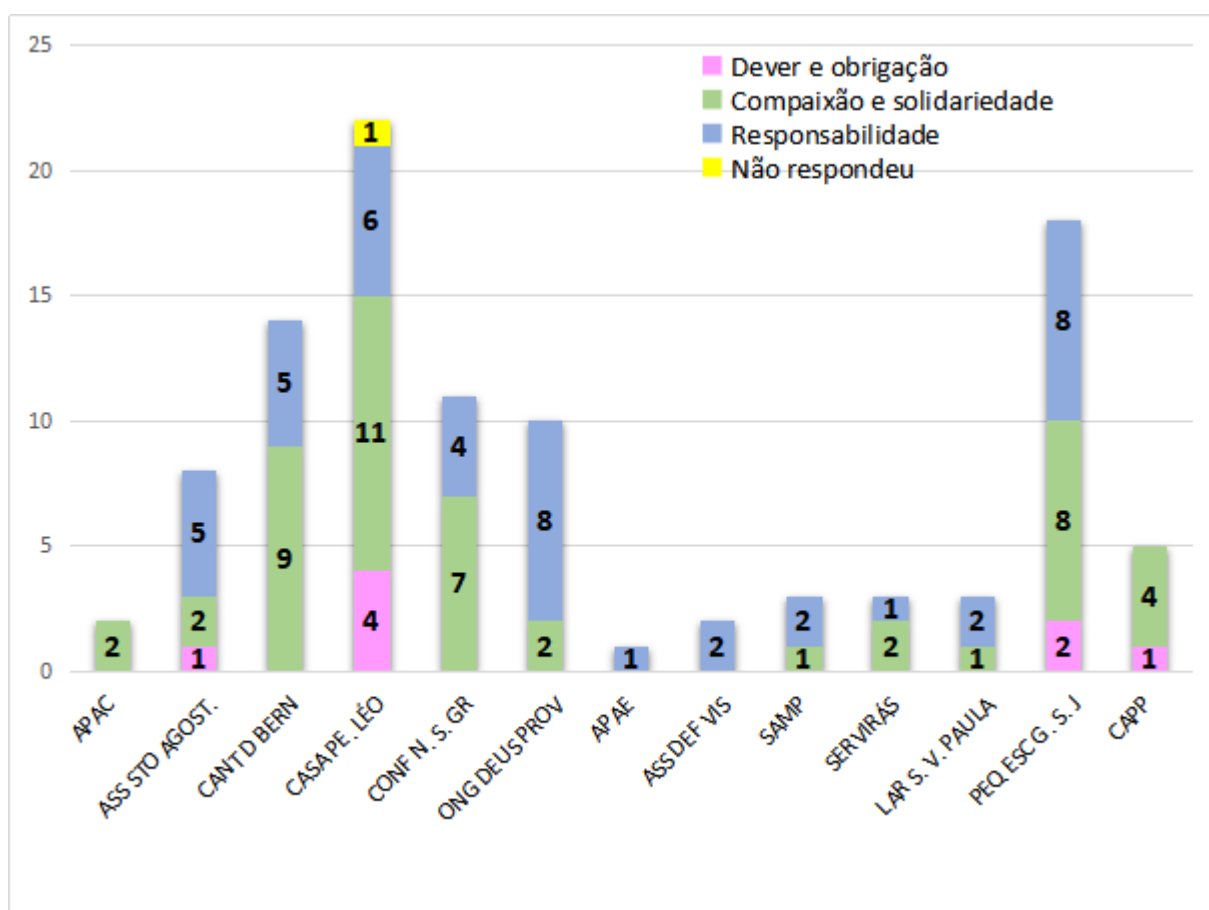
Procurou-se, por meio do questionário sobre o perfil dos participantes, identificar também a opinião que têm em relação ao trabalho voluntário ser classificado como:

- Dever e obrigação;
- Compaixão e solidariedade;
- Responsabilidade e treinamento, e sua importância para o trabalho voluntário.

- Por meio do trabalho voluntário há possibilidade de se tirar a vaga de emprego de um trabalhador assalariado;

- Essa forma de trabalho pode trazer ganhos à vida profissional e pessoal; e,
- Se sentem reconhecidos pela prática desse trabalho.

Gráfico 6. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a percepção em relação ao trabalho voluntário

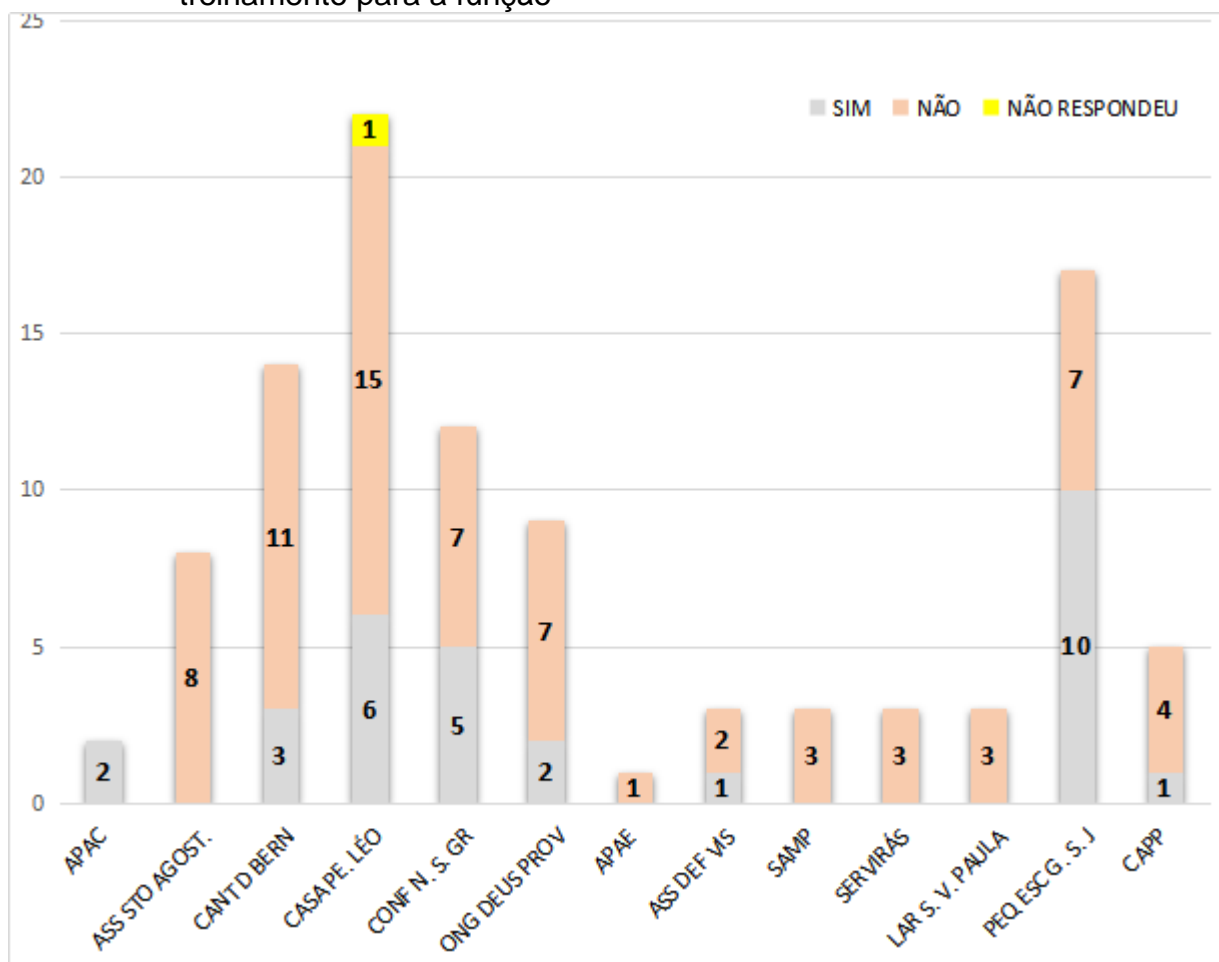


FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

No gráfico acima evidencia-se que entre os 103 participantes da pesquisa, a percepção construída em torno do trabalho voluntário se volta à questão da “compaixão e solidariedade” com 49 (47,57%) respostas dos voluntários(as). Em segundo lugar, classificam como “responsabilidade” 44 (42,71%) dos voluntários(as) e, por fim, como “dever e obrigação” com 8 (7,76%) voluntários(as).

A compaixão, solidariedade e responsabilidades classificam-se como as motivações que levam as pessoas a prática do trabalho voluntário em detrimento a questão do dever e obrigação. Ou seja, o trabalho voluntário ainda em suas raízes a ação caritativa pregada pela Igreja católica. Todavia, bem próximo a essa questão também se encontra o sentimento de responsabilidade, o que pode ser apreendido como um ato de “cidadania - um ser de direitos e deveres”, onde os deveres têm a haver com responsabilidade, que no caso específico é a responsabilidade para com o outro.

Gráfico 7. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com o recebimento de treinamento para a função



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

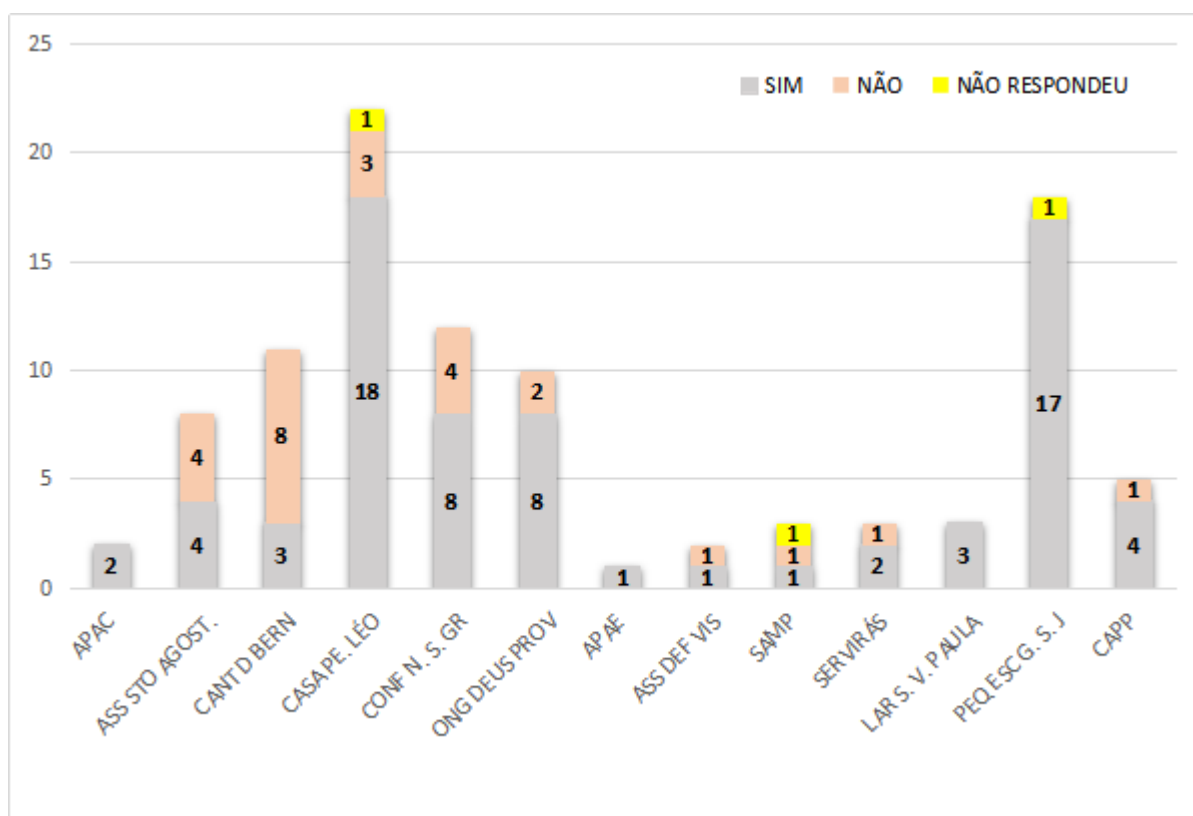
Com relação a treinamento para a função, considerando que o trabalho voluntário também é uma forma de trabalho e, como qualquer trabalho pressupõe aprendizado anterior, identificou-se que a maioria não recebeu treinamento para a função, conforme 71 (68,93%) das respostas dos voluntários(as). Já com a resposta afirmativa, ou seja, que receberam treinamento foram 30 (29,12%) voluntários(as) e um (0,97%) voluntário(a) não respondeu à questão.

O não treinamento para a função imprime ao trabalhador(ra) voluntário(a) a conotação de que a pessoa fará algo que já conhece, ou seja, que já tem experiência anterior, não necessitando lhe ser repassado quaisquer formas de aprendizado sobre o que irá realizar.

Assim, a ausência de treinamento para a função reforça a ideia de ser o trabalho voluntário uma ação puramente caritativa e de doação, sem qualquer envolvimento crítico em relação ao porquê de se estar fazendo aquilo e para quê.

Em seguida é destacada a necessidade ou não em se ter um treinamento para a função, na percepção dos respondentes.

Gráfico 8. Distribuição dos 103 voluntários de acordo com a importância em se ter treinamento para a função

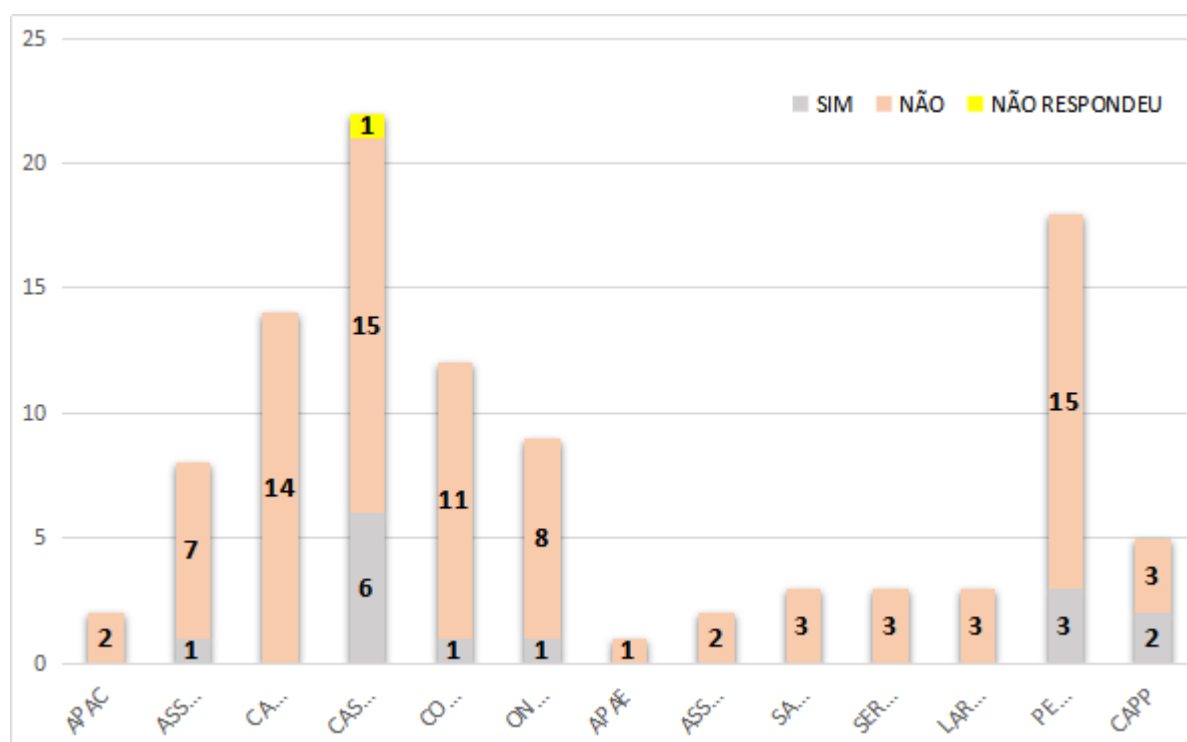


FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

No gráfico 8 observa-se percepção dos sujeitos sobre a necessidade que os trabalhadores(as) voluntários(as) têm em relação a treinamento para a execução das funções que realizam. A grande maioria, 72 (69,90%) voluntários(as) deram respostas afirmativas e 25 (24,27%) voluntários(as), respostas negativas. Também houve aqueles que não responderam, sendo três (2,91%) voluntários(as) indiferentes a essa questão.

Com relação ao trabalho voluntário retirar a vaga de um trabalhador assalariado, as respostas foram indicativas da permanência da categoria Trabalho em termos absolutos, sendo que os remunerados não disputam com os voluntários.

Gráfico 9. Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário retirar a vaga de um trabalhador assalariado



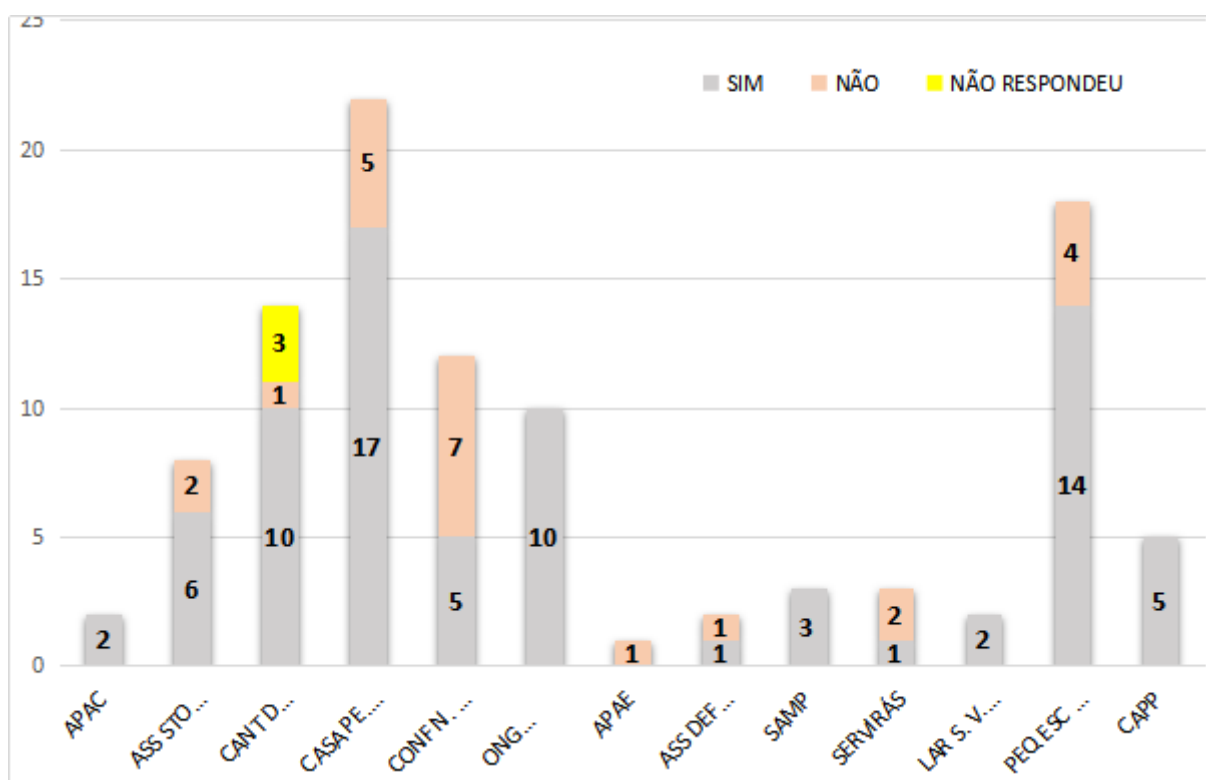
FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Expressiva maioria respondeu que não, ou seja, 87 (84,46%) dos voluntários(as) não acham que o trabalho voluntário retira a vaga de um trabalhador assalariado. Mas, 14 (13,59%) voluntários(as) pensam diferente, que o trabalho voluntário pode retirar a vaga de um trabalhador assalariado. E, apenas uma pessoa (0,97%) se mostrou indiferente.

Há certa percepção por parte de alguns dos(as) trabalhadores(ras) de que o trabalho que é executado de forma voluntária poderia ser um trabalho pago. Contudo, existe percentual expressivo que entende o voluntário como algo a ser doado, o que denota a identidade altruística impregnada a esta categoria de trabalhador.

Os dois próximos gráficos apresentam dados referente ao trabalho voluntário trazer ou não ganhos à vida profissional e à vida pessoal.

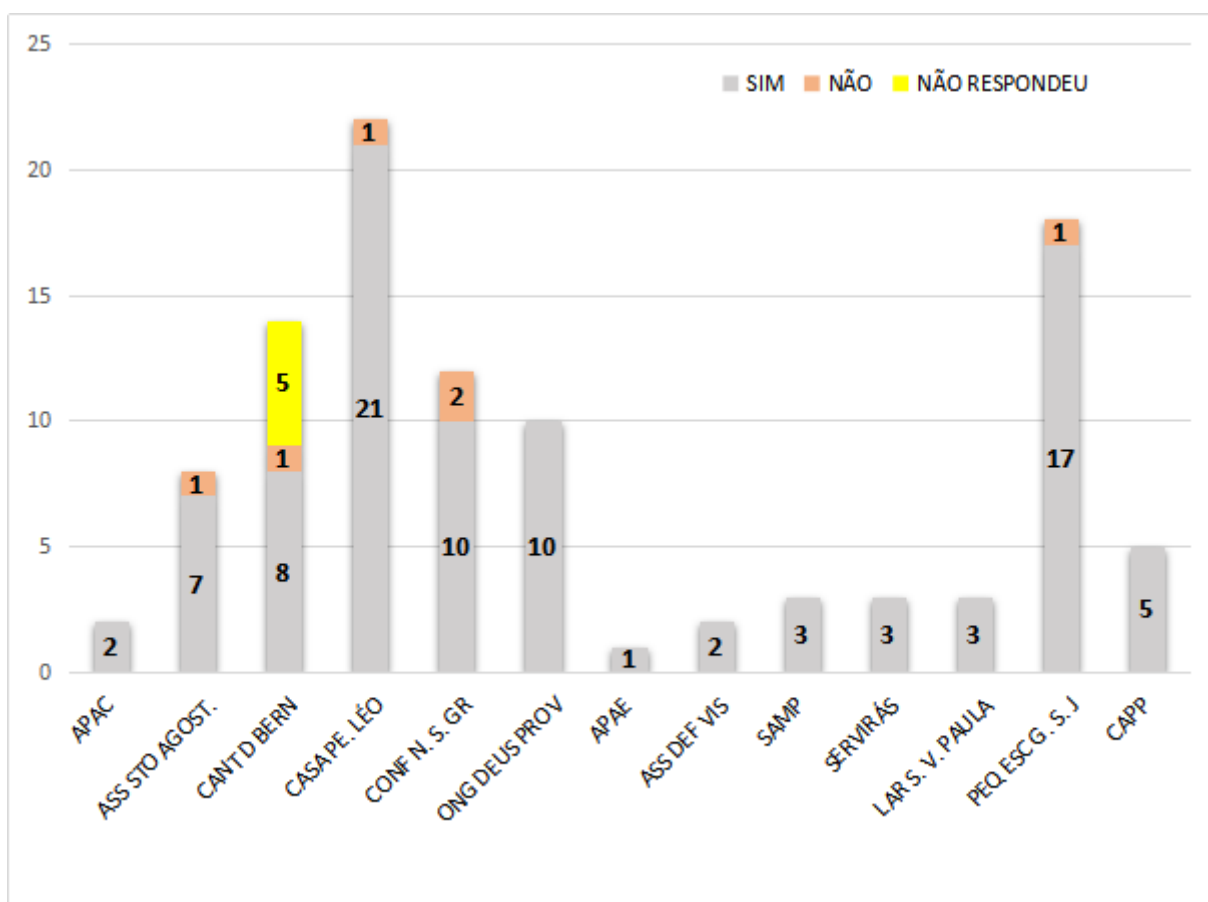
Gráfico 10. Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário trazer ganhos à vida profissional



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Os dados evidenciam que o trabalho voluntário pode trazer ganhos à vida profissional, sendo que 76 (73,78%) foram respostas afirmativas e 23 (22,33%) negativas a essa questão. Apenas três (2,91%) voluntários(as), ficaram indiferentes à questão.

Gráfico 11. Distribuição dos 103 voluntários em relação ao trabalho voluntário trazer ganhos à vida pessoal



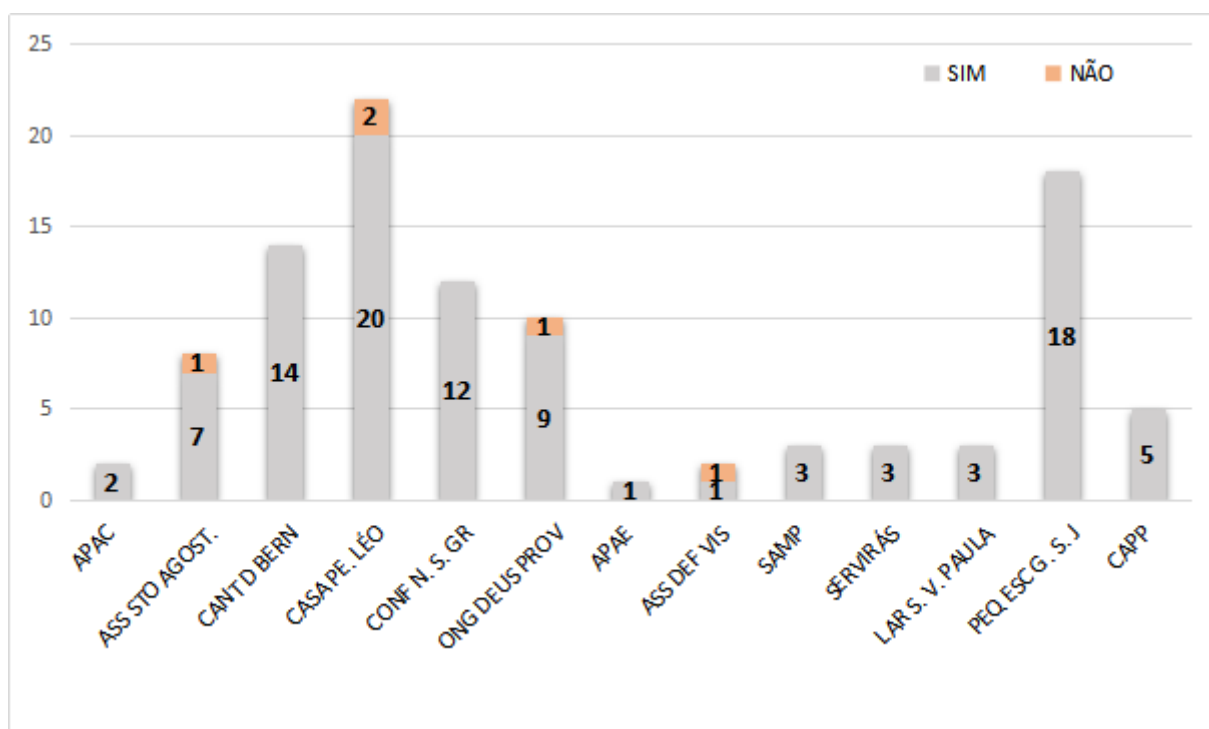
FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Quanto aos ganhos proporcionados à vida pessoal, constatou-se que 92 (89,32%) dos voluntários(as) afirmaram positivamente seus ganhos pessoais, enquanto seres humanos, já seis (5,82%) voluntários(as) responderam que não traz mais valorização pessoal e cinco (4,85%) voluntários(as) ficaram indiferentes a essa questão.

Comparando os dados desses dois últimos gráficos, constata-se que a partir da percepção dos participantes da pesquisa, o trabalho voluntário pode trazer mais ganhos à vida pessoal do que para à vida profissional.

O último gráfico demonstra se esses 103 voluntários(as) se sentem ou não reconhecidos por esse tipo de trabalho.

Gráfico 12. Distribuição dos 103 voluntários em relação a ser reconhecido ou não para o trabalho voluntário



FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Esses dados deixam claro que a maioria se sente reconhecido(a) por exercer o trabalho voluntário, sendo 98 (95,14%) voluntários(as), e cinco (4,85%) voluntários(as) ficaram indiferentes.

Em suma, constata-se que o trabalho voluntário é melhor compreendido como sentimento de solidariedade e compaixão, o que conota o viés caritativo cristão em sua ação, bem como a percepção de ser considerado como ato de responsabilidade. Compreendem o trabalho voluntário como função que deve ter treinamento, e não pensam que o trabalho voluntário possa retirar a vaga de um trabalhador assalariado. Percebem os ganhos mais para à vida pessoal do que para à carreira profissional mas, parte não descarta a possibilidade de também trazer ganhos à vida profissional. A maioria se sente reconhecida por exercer tal função.

4.2.1 Significados em torno do trabalho voluntário

Nessa fase foi realizada entrevista semiestruturada com 10 trabalhadores voluntários das referidas instituições, utilizando-se como critério os(as)

voluntários(as) que estavam a mais tempo nessa função. A princípio, a entrevista seria realizada com um voluntário de cada instituição, de acordo com o critério tempo. Ocorre que no momento da pesquisa, dois voluntários já haviam respondido a essa entrevista pelo fato de atuarem em mais de uma instituição filantrópica e atenderem ao critério estabelecido, e o voluntário de outra instituição se recusou a responder alegando “falta de tempo”.

O nome dos participantes e das referidas instituições são preservados conforme orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca. Desse modo, os participantes são identificados pela sigla TV (trabalhador voluntário).

Para identificação das respostas obtidas, elaborou-se quadro abordando as cinco categorias:

- A) Opinião sobre o trabalho voluntário
- B) Percepção sobre ser um trabalhador voluntário
- C) Motivações para o trabalho voluntário
- D) Descrição do trabalho voluntário que executa
- E) Compreensão em relação ao impacto do trabalho voluntário para a população atendida e para o município.

A) Opinião sobre o trabalho voluntário

Quadro 6. Opinião sobre o trabalho voluntário na visão de quem o executa.

Categoria	TV	Fala dos participantes
Opinião sobre o trabalho voluntários	1	Ações que beneficiam pessoas da sociedade que não são atingidas pelas políticas públicas.
	2	É um dever , precisamos fazer caridade acho importante.
	3	O trabalho voluntário traz um refino aos modos de percepção do outro. Você não se vê obrigado a estar formado para ver o outro, preparado, simplesmente ao conhecer a realidade do outro no contexto do que você faz, já traz a satisfação por aquilo que faz.
	4	O trabalho voluntário é útil e gratificante para quem o realiza
	5	Como uma gratificação, pois aprende e ensina
	6	Tem que nascer do coração para trabalhar sem interesse e com muito carinho
	7	É um aprendizado e ganho para a vida profissional e particular. É uma oportunidade de aprendizado. Vejo como humildade querer aprender sem ter ganho financeiro, mas de aprendizado.
	8	Me sinto muito bem, sempre gostei de fazer, oportunidade de exercer mais um papel como cidadã.
	9	Ajuda a entidade, me faz bem e faz bem a população atendida.
	10	Extensão da fé, não há fé sem obras.

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Nota-se que as respostas não convergem. Por isso, para facilitar a análise dos dados sobre a opinião a respeito do trabalho voluntário, recorre-se a alguns verbos utilizados pelos participantes. Identifica-se que os verbos: beneficiar, dever, satisfazer, conhecer, aprender, ensinar, nascer, ganhar, gostar e ajudar são os mais utilizados pelos entrevistados para identificar o trabalho voluntário. Verifica-se a construção de uma ideia sobre o trabalho voluntário mais voltada para questões internas dos voluntários, ou mesmo, para o atendimento a algumas de suas necessidades ou interesses pessoais.

Observa-se também, na fala do TV10, um forte apelo à questão cristã. Outro ponto a ser destacado é o uso das palavras “caridade” (TV2) e “cidadã” (TV8), o que vem ao encontro com o que foi debatido no referencial teórico, prevalecendo ação motivada pela caridade cristã, e pelo fato de achar que o trabalho voluntário é uma oportunidade de exercer um ato de cidadania, ficando a cidadania reduzida, também, à satisfação pessoal.

Estas respostas corroboram com a análise elaborada no subcapítulo 4.2, onde se evidencia o viés caritativo cristão com a questão da responsabilidade, que pode ser vinculada à cidadania, mas, no sentido de “dever”, o dever de ajudar ao outro.

B) Percepção sobre ser um trabalhador voluntário

Quadro 7. Percepção sobre ser um trabalhador(a) voluntário(a) na visão de quem o executa.

Categoria	TV	Fala dos participantes
Percepção em ser um trabalhador voluntário	1	Sinto uma satisfação em poder ajudar essas pessoas que no momento estão precisando desse trabalho.
	2	Acho importante, lugar que distrai , as pessoas aqui me ajudam também, sinto aqui uma família unida. Lugar de paz onde cada um ajuda como pode. Eu venho todos os dias e me sinto responsável pelo local.
	3	Sinto que nem tudo é pago por salário para alcançar o prazer no que se faz, pelo bem-estar da pessoa e do projeto desenvolvido.
	4	Sinto-me de alguma forma sendo útil [...], aprendo muito sobre a vida com eles.
	5	É ser responsável, como se fosse um trabalho assalariado
	6	Existe no coração das pessoas um desejo grande em servir
	7	É um privilégio, pois está aprendendo
	8	Me sinto realizada , me sinto bem em fazer o bem
	9	Faz bem em todos os sentidos, pois ajuda a entidade, comunidade e pessoalmente me sinto realizada em contribuir ajudando a sociedade.
	10	Gratificante e recompensador

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

A percepção dos trabalhadores voluntários em relação ao trabalho voluntário vai de encontro com a fala dos mesmos no quadro anterior, utilizando por diversas vezes os verbos satisfazer, ajudar, aprender e ainda acrescentam os verbos: distrair, prazer, servir, realizar e contribuir. Percebe-se certa **projeção social** em suas falas sobre o trabalho voluntário, com exceção de um que o identifica como um trabalho assalariado, que envolve responsabilidades. Nas falas dos sujeitos fica evidente a percepção de ser o trabalho voluntário um ato de altruísmo recíproco.

C) Motivações para trabalhado voluntário

Quadro 8. Motivação para o trabalho voluntário na visão de quem o executa.

Categoria	Fala dos participantes	
Motivações para trabalhador voluntário	1	A minha motivação é poder ver a satisfação das pessoas que são atingidas com esse trabalho.
	2	Sair da solidão, preencher o tempo
	3	A motivação é estar consciente de que o que você faz diminui a dificuldade do outro, mantém um serviço ativo porque vê contribuir por sua manutenção, seja pelos documentos, viabilização de projetos, administrar recursos e orientar a distribuição de recursos, etc.
	4	Desenvolvi trabalho voluntário nos 30 anos que residi em [...],lá conseguimos com muita luta uma boa biblioteca que inclusive fornecem livros para Passos, então minha motivação, além de amar a todos eles, é saber que posso ser um elo para eles no sentido de conseguir material [...]
	5	O que me motiva foi ser catequista na Igreja, então comecei no voluntariado desde de criança.
	6	O exemplo da minha mãe que acolhia as pessoas em casa e ajudava.
	7	Ajudar a instituição, é isso que me motiva, também ganho conhecimento e reconhecimento.
	8	As motivações é o compromisso de poder contribuir com a entidade e os atendidos pela entidade [...]
	9	É um trabalho que me sinto bem, faço com prazer me sinto realizada com o que faço [...]
	10	Ser uma pessoa mais ativa na fé

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

No tocante às motivações, percebe-se que são de ordem pessoal, cristã e familiar. Destaca-se a fala de um participante (TV2) que menciona ser o trabalho voluntário uma forma de preencher o tempo livre e sair da solidão, ou seja, o trabalho voluntário acaba sendo uma saída para aqueles que se sentem sozinhos, ou mesmo que necessitam ser útil a alguém ou a alguma causa. Outra fala, a do

participante TV10, diz que suas motivações ao trabalho voluntário se voltam para ser uma pessoa mais ativa na fé, aqui o panorama da religiosidade deixa espalhar o ato religioso e não a espoliação do trabalho. Percebe-se que nas respostas também há relativa valorização das instituições, acrescida das necessidades internas desses voluntários.

Quadro 9. Descrição do trabalho voluntário que executa.

Categoria	Fala dos participantes	
Descrição do trabalho voluntário executado	1	O meu trabalho é gratificante, me sinto realizada em poder ajudar e contribuir para a vida de pessoas que no momento não tem como suprir as suas necessidades
	2	Pico verduras, lavo louças, faço sabão, molho, temperos. Mas isso com a ajuda de todos, pois tem uma funcionária para cozinhar
	3	Como algo importante para mim, porque não dependo dele, mas sim, que ele me completa pelo interesse que tenho de ver um ano terminando e tudo que ajudamos a construir fez parte deste espaço de tempo.
	4	Eu procuro fazer o que me é possível [...], leio textos para eles, trago lanche para todos, conversamos, eles falam de suas vivências, não desenvolvo o trabalho que gostaria. Tenho sonhos de grandes realizações para eles e sei que um dia conseguiremos: uma boa biblioteca, trabalhos com informática e artesanato [...]
	5	Artesanato e aula de informática
	6	Um trabalho de formiguinha para dar conta de tantos trabalhos. O verdadeiro líder não é aquele que faz por 10, mas que leva 10 a fazer por um.
	7	Compromisso e também como uma busca por conhecimento. Faço acompanhamentos com famílias, mães, faço orientações, acompanho grupo de mães com palestras cursos, prontuários dos alunos para o SUS e acompanhamento das visitas a alunos que são faltosos.
	8	Descrevo como compromisso, carinho e dedicação.
	9	É um trabalho a qual ajudo a produzir uma renda [...] beneficia a sociedade
	10	É um pouco de mim que ainda precisa ser melhorado.

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

As respostas da maioria dos sujeitos não foram objetivas em relação à descrição de suas atividades, que pode ser derivada da inexistência de atividades, ou mesmo, de atribuições específicas para esses trabalhadores. Há também, como registrado nos quadros anteriores, o fato de encararem o trabalho voluntário não como algo que tenha a ver com o sentido estrito da palavra labor, mas algo que lhes proporciona retorno para o atendimento a alguma necessidade pessoal.

Dentre os 10 entrevistados, apenas o TV4, TV5 e TV7 mencionaram algum tipo de atribuição (leitura de livros, aula de informática, aula de artesanato, acompanhamento de famílias, grupo de mães, orientações, prontuários do SUS, visitas a alunos faltosos). Observa-se que o TV7 possui atribuições que se aproximam a funções de um profissional especializado, passando a ocupar espaços que deveriam ser de responsabilidade da política pública, corroborando para a refilantropização da prestação dos serviços assistenciais.

Quadro 10. Impacto do trabalho voluntário para a população atendida e para o município.

Categoria	Fala dos participantes	
Impacto do trabalho voluntário para população atendida e para o município	1	Acredito que esse trabalho voluntário tenha um impacto positivo em relação ao que é desenvolvido na instituição. Em relação ao município acredito também que é de extrema importância, já que as políticas públicas não atingem o público que realmente deveria.
	2	É uma coisa boa, servimos café, água, comida, ajudamos a dar o de comer. E isso ajuda o município, pois essas pessoas poderiam estar na porta pedindo [...].
	3	Vejo que as pessoas, de um modo geral, tendem a se espelhar no trabalho da gente, muitos não têm coragem de assumir responsabilidades, mesmo tendo tempo livre, outros por preconceito, ou por lhe faltarem a cultura do trabalho voluntário. Minha família sempre esteve envolvida nos trabalhos assistenciais [...]. Não temos mentalidade de trabalho voluntário, fazer coisas que não sejam nossa obrigação, ou que pelo qual, não recebemos nada por desempenhar. A sociedade aplaude o trabalho voluntário, enquanto outros criticam e outros veem com preconceito e acham que você só leva vantagens. Mas é a minoria que se entrega a tarefas apenas pelo gosto particular de assistir pessoas, desenvolver projetos que irão beneficiar coletivamente, ou ainda, somente por participar de algo construtivo diferente e longe do seu campo profissional e da vida particular.
	4	[...] desenvolvemos uma confiança mútua, sei que eles gostam e confiam em mim. Quanto ao município claro que estou beneficiando também, embora ele não tome conhecimento disto. Vejo, infelizmente, uma frieza, até distanciamento da população em relação ao deficiente [...].
	5	A princípio a instituição não tinha ligação com o município, as crianças que eram atendidas alcançaram o objetivo. Hoje percebo mudança na vida das crianças carentes, como exemplo temos um ex-aluno que hoje é funcionário da instituição.
	6	Como a equipe é muito grande o trabalho possibilitou grandes edificações para o município. O impacto é visto nos depoimentos pessoais, onde falam o quanto a instituição ajudou.
	7	Sim, tem impacto a medida que está à disposição no processo de luta pelas pessoas que são atendidas, na luta pelos seus direitos.
	8	Reconhecimento e carinho da população atendida, ou seja, vejo que tem um impacto positivo, o qual eu mudo a minha vida me sentindo feliz e vejo o bem causado em a outras vidas e na instituição a qual sou voluntária.

	9	Na maioria das vezes o trabalho voluntário tem um impacto positivo, é um trabalho que exerço sem remuneração o pagamento é maior do que se fosse pago em dinheiro, pois o bem que me faz não é voltado ao financeiro, doando meu tempo e meu conhecimento contribuo com a população atendida pela entidade, que automaticamente reflete na sociedade, pois indiretamente está ajudando a comunidade carente do município onde moro.
	10	Que sou apenas um grão de areia perto das necessidades de minha comunidade.

FONTE: Elaborado por Adriana de Souza Lima Queiroz.

Com relação ao impacto causado pelo trabalho voluntário, as respostas convergem. Verifica-se que as causas desse movimento são percebidas no momento em que o município não consegue atingir a todos com suas políticas públicas; quando essas pessoas que estão sendo ajudadas deixam de pedir nas portas; quando se estabelece relação de confiança com as pessoas atendidas pelo trabalho voluntário; o fato de as pessoas que foram atendidas pela instituição estarem empregadas; os depoimentos pessoais; o reconhecimento da população.

Os impactos destacados são pontuais e frágeis. Percebe-se, também que, as respostas não coadunam com alguns dos serviços prestados pelas instituições, como serviço educacional, de convivência, de fortalecimento de vínculos

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Trabalho Voluntário - novos elementos, velhas práticas

O trabalho voluntário é prática em franca expansão no Brasil e no mundo. Essa prática remonta desde o princípio da humanidade como ato de solidariedade com o próximo, que se encontra em condição de inferioridade material e/ou espiritual. Conforme a sociedade foi se desenvolvendo, o “ato de ajuda ao outro” foi se modificando, ganhando novos elementos, espaços e funcionalidades.

A busca em novos conhecimentos sobre o trabalho voluntário norteou essa pesquisa que teve como objetivo conhecê-lo nas perspectivas da caridade cristã e da ação cidadã, além de procurar entender a sua forma de organização e a consciência que se cria em torno dele, na visão de quem o executa.

Para atender a tais objetivos, a fase exploratória de investigação adotou alguns dos elementos que circunscrevem a dinâmica do trabalho voluntário. Esses foram fundamentais para a construção do referencial teórico, tais como: a identificação e análise de alguns trabalhos acadêmicos de pós-graduação sobre o assunto; a identificação e análise dos documentos papais publicados pela Igreja Católica, que incentivam a prática caritativa; a sistematização das leituras, que apresentam o movimento histórico do trabalho voluntário nos programas governamentais, passando pelas leis que o regulamentam e dão sustentabilidade; caminhando pelo desenvolvimento dessa forma de trabalho nas empresas, pela vinculação com o Serviço Social; e, por fim, sobre a tentativa de materialização do trabalho voluntário no exercício da cidadania.

A construção do arcabouço teórico foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa empírica em seu cenário natural e, para a interpretação sobre a realidade do trabalho voluntário nas instituições filantrópicas de Passos, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social daquele município.

Desenvolver esse percurso em quatro anos envolveu várias discussões com a orientadora, com grupos de estudo e em sala de aula, além de diversas leituras, pesquisa documental, pesquisa de campo acompanhadas de algumas observações empíricas. Tudo isso levou a compreender que o trabalho voluntário se configura como fenômeno complexo que, cada vez mais, ganha espaço na sociedade, adentrando em diversos setores - econômico, político, social e o educacional -, ora marcado pela caridade cristã, ora estigmatizado pela ação cidadã.

Contudo, apesar dessa sua expressividade na sociedade, pouco se tem explorado e problematizado a respeito no campo científico. Dar centralidade a esse tema, no tempo presente, torna-se um desafio necessário diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, suas formas desumanizantes de produção e reprodução da vida material e espiritual.

Essa trajetória apresentou evidências de que o movimento histórico do trabalho voluntário no Brasil se dá nas perspectivas da caridade cristã e do exercício da ação cidadã. A segunda, enquanto produto da primeira perspectiva, tornou-se critério de desenvolvimento do trabalho voluntário na atualidade, como tendência em franca expansão, que contribui para o *empowerment* de setores populares da sociedade para o atendimento das demandas sociais dentro das políticas públicas, substituindo/complementando *players* basilares, como o Estado e o setor empresarial privado, tangenciado por valores caritativos, morais e religiosos, que se opõem a um trabalho técnico, especializado e capacitado.

Partindo dessa premissa e, atendendo aos objetivos específicos da pesquisa para a construção teórica do trabalho, num primeiro momento, procedeu-se a realização de análise bibliométrica com o objetivo de identificar como o trabalho voluntário é tratado nas produções acadêmicas dos cursos de pós-graduação.

Elegeu-se como fonte de dados a BDBTD, onde foi identificado que o tema é predominante, apenas, nas dissertações de mestrado das áreas da Administração e da Psicologia, sendo as que mais abordam o assunto. Esses dados junto ao referencial teórico elaborado por meio de consulta a artigos publicados em revistas científicas e livros deram suporte à realização do Exame de Qualificação.

Fazer emergir parte do que é produzido no meio acadêmico sobre o trabalho voluntário e, realizar análise desses trabalhos, elegendo as áreas que mais produziram e, acrescentando o Serviço Social (tendo em vista sua aproximação com o trabalho voluntário e o fato da pesquisadora estar vinculada a um programa de pós-graduação em Serviço Social), possibilitou refletir acuradamente sobre o tema e, identificar caminhos, que vêm sendo tomados em detrimento de outros, além de ser uma tentativa de superar alguns dos limites para se conhecer criticamente o assunto.

A compreensão a respeito das produções acadêmicas foi importante para identificar como esse assunto é discutido e, também, para dar visibilidade a essa

forma de trabalho, não pago e informal, que se expande num momento de profundo declínio do trabalho formal e de ascensão da precarização das relações laborais.

Ainda, como mencionado no primeiro capítulo, a metodologia de pesquisa utilizada não confere o rigor necessário para um levantamento consistente de dados sobre o trabalho voluntário. Seguindo nessa vertente, a reflexão realizada se assentou na intrínseca relação do trabalho voluntário com a lógica do capital de captura, não só da mais-valia social objetivamente produzida, mas da subjetividade do trabalhador, sob a forma da subsunção formal e real do trabalhador.

Daí se ter compreendido os porquês da Psicologia seguir a tradição no estudo comportamental, preocupando-se em relacionar o trabalho voluntário à questão de bem-estar do idoso e a questões motivacionais, bem como da Administração, que também explora o campo motivacional, tais como a questão da satisfação, da solidariedade, da caridade, da operacionalização e, a questão da incorporação do trabalho voluntário na área da Responsabilidade Social Corporativa.

Já o Serviço Social buscou ser mais crítico, apresentando algumas das funcionalidades do trabalho voluntário no sistema capitalista, contribuindo para a despolitização das expressões da questão social.

Nesse misto de altruísmo e funcionalidades, a ação voluntária cria antagonismo entre a liberdade fictícia e a subordinação dos trabalhadores, tanto em relação ao capital, como junto às relações sociais e pessoais, que se constroem nesse processo que é mascarado por relações humanitárias de caridade e solidariedade.

Em seguida, procurou-se detectar a influência e o incentivo da Igreja Católica para o desenvolvimento ao trabalho voluntário caritativo. Esse processo ocorreu por meio da revisão às Encíclicas Papais, onde foram consultadas e analisadas 23 Encíclicas, tendo como recorte de análise a categoria “caridade”.

Tais documentos deixam explícitas a influência da Igreja Católica para a formação de uma consciência caritativa, disseminando a prática do trabalho voluntário entre seus fiéis, num movimento de manutenção do seu poder ideológico, pregando o exercício da caridade por meio de ajuda ao próximo e oferta de bens para a salvação.

Em uma de suas Encíclicas a Igreja manifesta o interesse em se posicionar a favor da classe trabalhadora, lança a *Rerum Novarum*, que é destaca dentre as Encíclicas subsequentes, como um dos documentos mais importantes da igreja

Católica, servindo de base para a elaboração de outros documentos, onde a Igreja percebe a necessidade de se desvincular dos aspectos puramente ideológicos e doutrinários, passando a se envolver nas discussões de ordem política, econômica e social, sem deixar de apresentar a necessidade de se ter uma obediência aos valores morais e cristãos.

Outro objetivo que contribuiu para a construção do referencial teórico foi a caracterização da formação desse voluntariado, numa perspectiva crítica em relação ao atendimento às demandas sociais. A ampliação da grande massa populacional em situação de miserabilidade e a premente necessidade do Estado em atender essa população empobrecida, fez com que o trabalho voluntário caritativo começasse a ocupar novos espaços, que ultrapassam o âmbito religioso.

O trabalho voluntário no Brasil passou a ser incorporado no plano político, mais especificamente no governo Vargas em 1930, com criação de programas que solidificam essa ação num ato de justiça social, tendo como partícipes as “primeiras-damas” (esposas de presidentes, governadores e prefeitos).

Apesar dessa incorporação, as ações desenvolvidas estavam longe de ter um cunho de desenvolvimento social, mas sim, de manutenção da benemerência e da caridade. Para Araújo (2008), essa ação carregava mais que a preocupação com os pobres e desamparados, carregava também imagem política implícita, onde o nome do presidente chegava a lugares de difícil acesso, por meio da figura das primeiras-damas.

Inicia-se aqui um processo populista e assistencialista das políticas públicas, com o apoio do trabalho voluntário. Tais iniciativas continuam nos governos subsequentes num chamamento da sociedade civil para o atendimento as demandas sociais.

Em 1998, o trabalho voluntário passa a ser regulamentado em Lei, ganhando *status* de “dever” perante a sociedade, chegando a ser reconhecido como solidariedade social cidadã. A promulgação dessa Lei facilita a entrada do trabalho voluntário no setor privado, que passa a ter respaldo jurídico no que diz respeito às relações trabalhistas. Naquele momento, o Estado facilita a expansão do trabalho voluntário nas empresas por meio de incentivos fiscais com a realização das ações de Responsabilidade Social Empresarial.

Até então, os mecanismos utilizados para o atendimento à demanda social com a prestação de serviços assistenciais à população ganham novos atores com

novas funcionalidades, mantendo de um lado parte da população na condição de doadores – de bens ou de sua força de trabalho – e, a outra parte da população, na condição de recebedores, retirando-lhes as possibilidades de acesso aos direitos constitucionalmente conquistados.

Outro meio, recentemente criado no âmbito governamental para apropriação da força do trabalho voluntário, foi o uso das horas desse trabalho como critério de desempate em concursos públicos. A imposição desse ato favorece o que Antunes (2011, p. 54) qualifica como “[...] um processo de organização do trabalho voluntário que cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho [...]”.

Tal fato é reforçado com a Lei n. 10.029 de 2004, que faculta aos Estados e Distrito Federal a instituição do trabalho voluntário em serviços administrativos e auxiliares de Saúde e de Defesa Civil, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, com a duração prevista de um ano e o recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, destinada ao custeio de despesas necessárias à execução dos serviços, sendo que esse auxílio não poderá exceder a dois salários mínimos e a prestação desse serviço não gera vínculo empregatício.

Essa lei, além de desregulamentar as relações de trabalho, dá margem para o processo de profissionalização do trabalho voluntário nos órgãos públicos agravando a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A título de compreensão outro elemento que também rodeia o trabalho voluntário é a sua histórica ligação com Serviço Social que se mescla tanto na constituição da profissão que deriva da Igreja Católica, como forma de profissionalizar o atendimento as demandas sociais, como a proximidade no objeto de atuação que são as expressões da questão social. Há um gargalo para o Serviço Social, pois o trabalho voluntário desenvolvido na prestação de serviços assistências esvazia qualquer possibilidade de garantia e efetivação de direitos, por parte do da política de assistência social.

O que reforça a reinvenção do exercício de uma cidadania assistencialista e tuteladora, funcional ao sistema para manutenção de uma classe passiva e receptora de direitos, num processo contínuo de subalternização e desmonte das políticas públicas face à falsa impressão de que os direitos estão sendo atendidos.

Outro objetivo que foi atendido no estudo assenta-se na realização da pesquisa empírica. Os dados encontrados evidenciaram que o trabalho voluntário,

no município de Passos, persiste com suas raízes cristãs no seu modo ser e existir apesar de, na atualidade, ser incorporado em ações vinculadas às políticas públicas, onde deveriam prevalecer a garantia e a efetivação dos direitos das pessoas, enquanto cidadãos.

Portanto, a incorporação do trabalho voluntário para o desenvolvimento de ações vinculadas às políticas públicas não retira seu caráter caritativo cristão. Esse fato, como evidenciado no referencial teórico, pode comprometer a prestação dos serviços socioassistenciais à população, que vivencia as expressões da questão social, ocorrendo retrocesso nas políticas públicas com a manutenção do assistencialismo tutelador que se expande na espoliação do trabalho.

Observa-se que no município há um expressivo número de trabalhadores(as) voluntários(as), inseridos nas instituições filantrópicas, vinculados(as) ao Conselho Municipal de Assistência Social, prestando serviços assistenciais à população que não é atendida pelos órgãos da política pública local, por meio de um trabalho não especializado e não capacitado para tal função, atendo diversos seguimentos como: crianças, jovens, idosos, população de rua, deficientes, pessoas em situação de encarceramento e famílias em situação de vulnerabilidade social, com ações que priorizam abordagem de “massa”, mantendo resquícios do programa PRONAV/LBA de 1979.

Caracterizar o perfil sociodemográfico desses trabalhadores(as) voluntários implicou em conhecê-los(as) sob a ótica econômica, educacional, profissional e religiosa, sendo que esses trabalhadores(as), em sua maioria, é formado por mulheres, casadas, com curso superior, idade que varia entre 50 a 69 anos, estão vinculadas a algum tipo de religião, encontram-se na condição de aposentadas, com salários que variam entre 1 a 4 salários mínimos e possuem curso superior.

O fato de estarem aposentados pode ter vínculo com os resultados da pesquisa realizada por Figueiredo (2005), onde ficou evidenciado que após a aposentadoria, o trabalho voluntário é uma forma de substituição do trabalho formal. Outro dado, que merece atenção, é a idade mais avançada desse voluntariado e, o fato de o número de voluntários jovens ser reduzido, o que pode ocasionar desfalque nas próximas décadas em relação a esse corpo de voluntariado no município, apesar de, em sua maioria ser formado por pessoas aposentadas.

Contudo, ao se correlacionar esse dado com a informação de que adentraram no voluntariado ainda jovens, com frequência maior para a faixa etária que varia

entre 11 a 30 anos, verifica-se que, de fato, a formação desse voluntariado ficará comprometida para as próximas décadas.

A compreensão em torno do trabalho voluntário, por parte dos participantes da pesquisa, envolveu um misto de compaixão, solidariedade e responsabilidade; não recebem treinamento para a função; mas, sentem essa necessidade. Não fazem uma identificação do trabalho voluntário com o trabalho assalariado, pois não acreditam que o voluntário pode retirar a vaga de um assalariado. Sentem que esse tipo de trabalho traz ganhos à vida pessoal e são reconhecidos por essa forma de trabalho.

Diante do que se desvelou, permite-se inferir que as observações válidas para o município de Passos são pertinentes ao país em sua totalidade.

Constroem a ideia em torno do trabalho voluntário sob a necessidade de atender mais a interesses pessoais, geralmente ligados a satisfação, religiosidade e, também, a um tipo de aprendizado que se conquista. Atribuem a esse tipo de trabalho apenas coisas boas, tanto no ato de se doar como no ato de se receber algo em troca. São motivados por valores cristãos para o atendimento a alguma questão pessoal e por tradição familiar.

A identificação desses dados está em consonância com as pesquisas realizadas pela Psicologia. Porém, ressalta-se a incorporação de abordagem nova, que até então não havia sido identificada no referencial teórico: a vinculação do trabalho voluntário com a necessidade de se ter um novo aprendizado.

Observa-se que algumas pessoas optam por essa forma de trabalho como se fosse um meio de adquirir um aprendizado novo em sua vida.

A não identificação das atribuições em relação à função de trabalhadores voluntários(as), os leva a atribuir a essa função adjetivos de cunho moral e messiânico, ligados a ideologias religiosas identificadas nas Encíclicas Papais acrescidas de valor humanitário.

Por fim, os impactos sobre as comunidades ou/a população atendida por essa forma trabalho se apresentam de forma pouco efetiva, pois em alguns casos evidencia que não há o processo emancipatório do público atendido e, nem mesmo, preocupação das instituições em medir esse impacto. Na fala dos participantes identifica-se, de modo geral, impacto com resultados pontuais e fragmentados.

Diante do exposto, conclui-se que:

- Perpetuam-se os valores cristãos na prática do trabalho voluntário e que essa prática é mais uma forma de espoliação do trabalho nos atuais espaços em que se amplia;
- Há contínua (re) filantropização das demandas sociais com o incentivo ao trabalho voluntário para o atendimento as demandas sociais;
- O trabalho voluntário vai sendo reinventado numa cidadania mascarada, mostrando que é, cada vez mais, premente a necessidade de se compreender criticamente a sua lógica de expansão, a partir de elementos que dão funcionalidade a essa ação;
- As pesquisas acadêmicas configuram-se como recurso indispensável para a compreensão das múltiplas formas de manifestação e inserção do trabalho voluntário na sociedade, sendo necessário se apropriar desse material para a provocação de reflexões a respeito do assunto.

Reconhecer esses óbices é uma forma de construir conhecimento, não no sentido restrito de negatizar essa prática, que na maioria das vezes é realizada pelo sentimento humanitário das pessoas, mas sob a ótica de politizar essa ação num processo de desalienação das circunstâncias, que envolvem o trabalho voluntário, edificando assertivas no rumo à efetivação da cidadania.

Para responder a tal desafio, a comunidade acadêmica carece estabelecer interlocução entre os conhecimentos produzidos junto aos trabalhadores sociais e ao voluntariado, para que tenham consciência de suas participações e posições em relação às ações, que visam atender os excluídos sociais.

No campo jurídico é importante que se reconheça o trabalho voluntário, não como caridade ou, como ação civil para justificar o exercício de uma atividade não remunerada, é importante reconhecê-lo como trabalho que necessita de contrapartida, de benefícios comuns a qualquer trabalhador como: vale transporte, vale lanche, cursos de capacitação e outras iniciativas qualitativas.

Enfim, o trabalho voluntário é uma realidade que está posta na atualidade para o atendimento às demandas sociais através das instituições filantrópicas. Essas instituições atuam mediante parceria com o Estado, que passa ser um regulamentador dessas instituições além de subsidiá-las.

Reconhece-se que essa parceria amplia os espaços públicos para a gestão de parcelas da coisa pública, no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais (GOHN, 2008). O que pode ser conferido na pesquisa de campo, mas

assinala-se que além ser uma ampliação dos espaços públicos, também serve de espaço para a ampliação do trabalho voluntário, ou seja, para a proliferação de um trabalho precarizado, desregulamentado, e não capacitado em substituição a uma mão de obra especializada.

Esses fatores resultam em cenário contraditório, no qual convivem as entidades filantrópicas, que buscam o atendimento dos excluídos das políticas sociais por meio de ações caritativas e, ao lado dessas a Assistência Social que vai perdendo o seu *status* de política pública, conferido por meio da Constituição de 1988, onde a seguridade social é direitos de todos e dever do Estado.

Em suma, seguindo a linha de Covre (1991) e de Demo (1995), as pessoas deixam de ter o direito de ser cidadãos e de exercer a cidadania, assumindo a condição de indivíduos clientelistas numa cidadania tutelada e assistida.

Estagnar essa lógica em um sistema capitalista de reprodução social seria utopia. Mas, algumas pretensões podem ser almejadas no sentido de desenvolver propostas, que respeitem os direitos de cidadania nos espaços públicos, consolidados nas instituições, diminuindo a distância entre a ação caritativa para efetivo exercício de cidadania.

Nesse caminho de pretensões e idealidades, propõe-se:

- o reconhecimento do trabalho voluntário como categoria de trabalho passível de alguns benefícios que seriam explicitados em Lei;
- a necessidade de capacitação e do acompanhamento desse voluntariado por profissionais especializados e habilitados para tal função, de modo a politizar a ação;
- a conciliação do quantitativo de trabalhadores voluntários com o de contratado nas instituições filantrópicas, que prestam serviços sociais à comunidade, para que aquela função possa ser realizada por profissionais habilitadas e especializados para tal função, recuperando, o compromisso emancipatório das políticas sociais;
- a inserção do profissional assistente social nas instituições cadastradas no CMAS, que prestam serviços assistências a comunidade.

Para responder a tal desafio, a comunidade acadêmica carece estabelecer interlocução entre os conhecimentos produzidos junto aos trabalhadores sociais e ao voluntariado, para que tenham consciência de suas participações e posições em relação às ações, que visam atender os excluídos sociais.

Tal percepção leva a questionar alguns pontos emergentes, tais como:

- até onde se torna interessante manter o *status quo* da parte do Estado e da iniciativa privada?

- No presente, quando reformas ocupam papel protagonista na cena nacional não seria o momento de se inserir o reconhecimento de fato e de direito sobre a categoria trabalho voluntário no rol da reforma trabalhista e previdenciária?

- Por que não se incluir na proposta da carteira de trabalho verde e amarela o praticante do trabalho voluntário?

Essas são algumas questões que parecem fundantes e fundadoras para a construção de novo olhar sobre a atuação do voluntariado no país, que hoje totaliza mais de milhão de pessoas. Ficam tais sugestões para que novos estudos emerjam sobre o tema e, que haja conscientização social a respeito.

Enfim, torna-se premente promover o reconhecimento desta categoria de trabalho, de sorte a cidadanizar essa ação e recuperar o compromisso emancipatório das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fábio Lanzillotta. **Pontos críticos para o desempenho dos voluntários na operacionalização de megaeventos esportivos**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e de Empresas). Programa de Pós-graduação em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

ALVES, Luciano. **Ética e voluntariado no Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo, 2010.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/02.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

AZEVEDO, Débora. **Competências do coordenador de voluntários: um estudo exploratório em Organizações da sociedade civil de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalho Voluntário e Trabalho Religioso. **Revista TST**, Brasília, vol. 66, n. 1, jan./mar. 2000.

BRAHM, Maitê de Siqueira. **O desenvolvimento das competências sociais no contexto do trabalho voluntário**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

BRASIL. Lei n. 9. 608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 9 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 30 jul. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000. Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 20 out. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10029.htm>. Acesso em: 16 ag. 2018.

BONFIM, Paula. **A “cultura do voluntariado” no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e sus implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, UEPG, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. **Direito do trabalho no terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARNEIRO, Cleide. **Percepção de identidade no trabalho voluntário: estratégias de sobrevivência**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação da UNESP - campus de Franca, 2001.

CAVALCANTE, Carlos Eduardo. **Motivação no trabalho voluntário. Expectativas e motivos na pastoral da criança**. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

CÉSAR, Mônica de Jesus. **Empresa cidadã: uma estratégia de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2008.

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galiano; MEDEIROS FILHO, Barnabé. **Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

COVRE. Maria de Lourdes Manzine. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

CUNHA, Márcia Pereira. **Os andaimes do novo voluntariado**. São Paulo: Cortez, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez, 2002. (Prospectiva, v. 6).

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

FAGUNDES, Helenara Silveira. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez., 2006.

FERRARI, Rachele da Silva. **Voluntariado: uma dimensão ética.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, 2008.

FIGUEIREDO, Nara Cristina Macedo. **Interfaces do trabalho voluntário na aposentadoria.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FREITAS, Ion. **As relações entre suporte social e balanço emocional.** Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

FREITAS, Lúcia Helena Walendy. **Otimismo, suporte social e valores do trabalho como antecedentes de bem-estar subjetivo de trabalhadores.** Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

GHON, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Questões da nossa época, v. 123).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Camila Gastelumendi. **Concepções de pobreza e voluntariado entre voluntários e voluntárias de Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

GUEDES, Vânia Lisbôa da Silveira; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005, Salvador. **Anais...**, Salvador, 2005. p. 1-18.

HERNÁNDEZ, Roberto Sampieri; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Batista. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo. Makron Books, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878 – 1903: Leão XIII). **Carta encíclica Inscrutabili Dei**: Sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Papa (1878 – 1903: Leão XIII). **Carta encíclica Immortale Dei**: sobre a constituição cristã dos Estados. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Papa (1878 – 1903: Leão XIII). **Carta encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Papa (1922 – 1939: Pio XI). **Carta encíclica Quadragésimo Anno**: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XI aniversário da encíclica de Leão XIII <<Rerum Novarum>>. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Papa (1939 – 1958: Pio XII). **Carta encíclica Quemadmodum**: sobre a assistência às crianças indigentes. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_06011946_quemadmodum.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Papa (1939 – 1958: Pio XII). **Carta encíclica Evangelii Praecones**: sobre o fomento das missões. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1958 – 1963: João XXIII). **Carta encíclica Ad Petri Cathedram**: Sobre o conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1958 – 1963: João XXIII). **Carta encíclica Princeps Patorum**: sobre as missões católicas. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/john->

xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_28111959_princeps.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1958 – 1963: João XXIII). **Carta encíclica Mater Et Magistra:** sobre a recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1958 – 1963: João XXIII). **Carta encíclica Pacem In Terris:** sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **Carta encíclica Ecclesiam Suam:** sobre os caminhos da Igreja. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **Carta encíclica Populorum Progressio:** sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **Carta encíclica Humanae Vitae:** sobre a regulação da natalidade. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **Carta encíclica Octagésima Adveniens:** por ocasião do 80º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html>. Acesso em: 13 de jan. de 2018.

_____. Papa (1963 – 1978: Paulo VI). **Carta encíclica Evangelii Nuntiandi:** sobre a evangelização no mundo contemporâneo. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Carta encíclica Laborem Exercens:** sobre o trabalho humano na 90º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis:** sobre o vigésimo aniversários da encíclica *Populorum Progressio*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Papa (1978 – 2005: João Paulo II). **Carta encíclica Centesimus Annus:** sobre o centenário da encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Carta encíclica Caritas In Veritate**: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Papa (2005 – 2013: Bento XVI). **Carta encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

KISNERMAN, Natálio. **Introdução ao trabalho social**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, Lilian. **O trabalho voluntário desenvolvido no grupo de apoio a pacientes oncológicos de passos e região**: uma análise sobre a qualificação desta ação. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação da UNESP - Campus de Franca, 2011.

LEMOS, Samuel Lázaro Luz. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída**: um estudo longitudinal no voluntariado da função cidade viva. Dissertação. (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LIMBERGER, Anselmo Matias. **Sentidos da experiência do trabalho voluntário em uma instituição religiosa**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC/SP, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATSUDA, Claudia Hayashi. **Estudo da satisfação dos voluntários engajados em entidades com área de atuação diversa, na cidade de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MELO, Sara Cristina de Assunção. **Bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho: um estudo com idosos que trabalham.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia Aplicada). Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUGNANI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago. 2004.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação**. Editora UEPG, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/70>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

NASCIMENTO, Cláudia Maria. **Capital social e trabalho voluntário: um estudo sobre a pastoral da criança de Santos/SP.** Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, PUC/SP, 2008.

NEVES, Noemia Pereira. Historicidade do Serviço Social no Brasil: três primeiras décadas. **Revista Serviço Social & Sociedade** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP). v. 11, n. 1. Franca, 2002, p. 119-130.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Augusto. **Organizações não governamentais - ONG's como espaço de investimento profissional.** Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Marcos Vargas de. **Trabalho voluntário: solidariedade ou interesse?.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação da PUC de São Paulo, 2011.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Camila Claudiano Quina. **Sobre as novas tecnologias de gestão que se articulam a repertórios históricos: um estudo sobre o trabalho voluntário na área da saúde.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 24, n. 73, p. 75-100, 2003.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

PITHON, Conrado Farah Montenegro Caulliraux. **Responsabilidade social corporativa: o que há de filantrópico no trabalho voluntário**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e de Empresas). Programa de Pós-graduação em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

PORTINHO, Míriam Rose Tolentino Pinho. **Trabalho Voluntário: fatores de sucesso em uma instituição filantrópica**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **A política de responsabilidade social na empresa Furnas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP - Campus de Franca, 2014.

RAICHELIS; R., RICO, E. (org.). **Gestão social, uma questão em debate**. São Paulo: IEE/EDUC, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ROSENCHAN, Tatiana. **Responsabilidade social como estratégia corporativa: o caso Johnson & Johnson**. Dissertação (MBA da FGV/EAESP). Programa de Pós-graduação em Administração Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração, 1998.

SILVA, Maria Izabel da. **A centralidade da categoria trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90797>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SOUZA, Silvana Aparecida. Trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: novas formas de exploração da força de trabalho e de extração da mais-valia. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels**, promovido pelo Centro de Estudos Marxistas - CEMARX/IFCH-UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-voluntario-e-responsabilidade-social-da-empresa.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Cidadania e comunidade solidária. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 48, São Paulo, Cortez, 1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIGUEIRO, Renata Paula Costa. **Percepção das relações entre trabalho remunerado e trabalho voluntário**: um estudo com voluntários da pastoral da criança. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Rio Grande do Norte, 2010.

VANTI, Nádia Aurora. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

YAZBECK, Maria Carmelita. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, Editora UFMA, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3718/1749>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de entrevista com representantes das entidades/instituições**QUESTÕES SOBRE A INSTIUIÇÃO/ENTIDADE**

Nome da instituição/entidade:

Tempo de atuação no município:

Tempo de vinculação à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS):

Tipo de serviço prestado pela instituição/entidade:

Público alvo atendido:

Quantas pessoas são atendidas pela instituição:

1. Quantas pessoas trabalham registradas: _____

2. Quantas pessoas trabalham cedidas: _____

3. Quantas pessoas trabalham de forma voluntária: _____

4. As pessoas que atuam como voluntárias assinam um termo de compromisso?

5. A instituição/entidade consegue medir os impactos sobre a população ou a comunidade atendida? Sim, não. Como?

6. Há dificuldades ou não para conseguir pessoas para trabalharem como voluntários?

7. Como é a rotatividade entre os trabalhadores voluntários?

8. Há treinamento para exercerem as funções? Sim, não. Que tipo de treinamento?

APÊNDICE B - Formulário de entrevista com os voluntários com perguntas fechadas

QUESTÕES SOBRE OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Idade: _____

Gênero: () Masculino () Feminino

1. Grau de escolaridade:

- () Nenhum
- () Ensino Fundamental
- () Ensino Médio
- () Curso Técnico
- () Curso Superior

2. Condição Civil:

- () Solteiro/a
- () Amasiado/a
- () Casado/a
- () Separado/Divorciado
- () Viúvo/a

3. Qual a sua renda?

- () 1 salário mínimo
- () Até 2 salário mínimo
- () Até 3 salário mínimo
- () Mais de 4 salário mínimo

4. Quantas pessoas residem na casa.

- () 1 pessoa
- () 2 pessoas
- () 2 a 4 pessoas
- () mais de 4 pessoas

5. Possui alguma religião

() sim () não

É praticante:

- () sim () não
- () participo pouco
- () sempre participo

6. Situação profissional

- () Trabalhador autônomo
- () Funcionário público
- () Funcionário de empresa
- () Desempregado à procura de emprego
- () Desempregado, mas não está à procura de emprego
- () Doméstico/a
- () Estudante
- () Aposentado/a
- () outra situação

7. Com qual idade ingressou:

No mercado de trabalho _____

No trabalho voluntário _____

8. Em sua opinião, o trabalho voluntário é classificado como:

- () Dever e obrigação
- () Compaixão e solidariedade
- () Responsabilidade

9. Você recebeu algum treinamento para realizar o trabalho voluntário?

() sim () não

10. Você acha importante ter treinamento para realizar o trabalho voluntário?

() sim () não

11. Você acha que o trabalho voluntário pode tirar a vaga de um trabalhador assalariado?

() sim () não

12. Em sua opinião, o trabalho voluntário pode trazer ganhos à vida profissional?

() sim () não

13. Em sua opinião, o trabalho voluntário pode trazer ganhos à vida pessoal?

() sim () não

14. Você é reconhecido por esse trabalho?

() sim () não

APÊNDICE C - Formulário de entrevista com os voluntários com perguntas abertas**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Qual sua opinião sobre o trabalho voluntário?
2. Qual a sua percepção sobre ser um trabalhador voluntário?
3. Quais suas motivações para o trabalho voluntário?
4. Como você descreve seu trabalho voluntário?
5. Como você percebe o impacto do seu trabalho, como voluntário, em relação à população atendida e ao município?

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___, IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **TRABALHO VOLUNTÁRIO A INTERFACE ENTRE A CARIDADE CRISTÃ E A AÇÃO CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG.** . O projeto de pesquisa será conduzido por ADRIANA DE SOUZA LIMA QUEIROZ, do Programa de Pós-Graduação em SERVIÇO SOCIAL, orientado pelo Prof (a). Dr(a) ROSALINDA CHEDIAN PIMENTEL, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: TESE, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. [Descrição sumária do trabalho: **O presente estudo tem por objetivo conhecer o desenvolvimento do trabalho voluntário no município de Passos/MG, buscando identificar suas formas de organização e a consciência criada em torno dessa forma de trabalho por parte de quem o executa**]. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

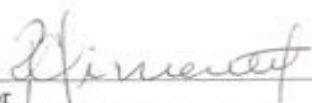
Passos, de de .

 Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável
 Nome: Adriana de Souza Lima Queiroz
 Endereço: Rua Capitólio, 546
 Tel: (35) 999814086
 E-mail: adri_souzalima@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br



(assinatura)



Orientador
Prof. (a) Dr. (a) Rosalinda Chedian Pimentel
Endereço: Rua Doutor Mário de Assis Moura, 280
Tel: (16)98123-3331
E-mail: rchedian@gmail.com

ANEXO B - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRABALHO VOLUNTÁRIO A INTERFACE ENTRE A CARIDADE CRISTÃ E A AÇÃO CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG

Pesquisador: Adriana de Souza Lima Queiroz

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 81974517.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.689.096

Apresentação do Projeto:

Projeto com clareza em suas etapas.

Objetivo da Pesquisa:

Claros e exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.689.096

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_813412.pdf	18/05/2018 09:05:46		Aceito
Outros	Questionarioentrevistamodificado.pdf	25/04/2018 10:06:47	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoAdrianaQueirozmodificado.pdf	25/04/2018 10:05:31	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEassinadooreintador.pdf	03/04/2018 17:42:46	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl2.pdf	09/01/2018 16:29:55	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl1.pdf	09/01/2018 16:26:11	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoSEMAS2.pdf	19/11/2017 21:42:15	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoSEMAS1.pdf	19/11/2017 21:41:53	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	19/11/2017 21:32:22	Adriana de Souza Lima Queiroz	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 04 de Junho de 2018

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO C - Autorização para a pesquisa junto às entidades

MUNICÍPIO DE PASSOS
 PREFEITURA MUNICIPAL
 ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) ADRIANA DE SOUZA LIMA QUEIROZ, RG 10.475.992, está autorizado (a) a realizar pesquisa nas 14 entidades sem fins lucrativos, cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Passos/MG:

- **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)**
 Endereço: Rua Antônio Ouvídio de Carvalho, 75, Bairro Aclimação.
 Representante: Fábio de Oliveira.
 Telefone: (35) 3521-1188.
- **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos (APAE)**
 Endereço: Rua Da Imprensa, 195, Bairro Belo Horizonte.
 Representante: Suderli Nicolau de Barros Maia
 Telefone: (35) 3529-1700
- **Associação “Deus Proverá”**
 Endereço: Rua Imaculada Conceição, 1000.
 Representante: Leticia Leandra de Oliveira
- **Centro de Aprendizagem Pró-Menor de Passos (CAPP)**
 Endereço: Rua Antônio Ouvídio de Carvalho, 75, Bairro Aclimação
 Representante: Sebastião Faria de Araújo
 Telefone: (35) 3521-3979
- **Associação Pequena Escola Gratuita São José – Casa São José**
 Endereço: Rua Serrania, 46 – Cohab I - Penha.
 Representante: Dora Lucia Gontijo de Oliveira
 Telefone: (35) 3521-0093
- **Associação Assistencial Cantina Dona Bernadete Lemos**
 Endereço: Rua Dos Contabilistas, 277- Novo Horizonte.
 Representante: Maria do Rosário Grilo Coelho
 Telefone: (35) 3522-8767
- **ADVP – Associação dos Deficientes Visuais de Passos**
 Endereço: Av. Breno Soares Maia, 670 – Belo Horizonte.
 Representante: Manoel Messias Raimundo
 Telefone: (35) 3521-3045



MUNICÍPIO DE PASSOS
 PREFEITURA MUNICIPAL
 ESTADO DE MINAS GERAIS

- **Educandário Senhor Bom Jesus dos Passos**
 Endereço: Rua Santo Aníbal Maria Di Francia, 181 – Centro
 Representante: Pe. Luiz Caetano Castro
 Telefone: (35) 3521-2145
- **Sociedade São Vicente de Paulo – Lar São Vicente**
 Endereço: Av. Arlindo Figueiredo, 3002.
 Representante: Wagno Rodrigues Sant'ana
 Telefone: (35) 3521-0403
- **SAMP – Sociedade de Assistência ao Menor de Passos**
 Endereço: Av. Comendador Francisco Avelino Maia, 3.777 – Belo Horizonte.
 Representante: Marco Antônio Pimentel Medeiros
 Telefone: (35) 3521-5579
- **Associação Espírita Santo Agostinho**
 Endereço: Rua Gonçalves Dias, 397 - Centro.
 Representante: Suzana Garrido
 Telefone: (35) 3521-6150
- **Associação de Assistência Social Vida e Arte – AVA**
 Endereço: Travessa Coronel Joaquim Gomes; nº. 60 Centro.
 Representante: Nelma De Fátima Lemos Reis
 Telefone: (35) 3413-2384
- **Associação Servirás de Assistência Social**
 Endereço: Rua Campos Gerais, nº. 899.
 Representante: Jairo Roberto da Silva
 Telefone: (35) 3522-2310
- **Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo**
 Endereço: Praça Cel. Francisco Gomes, nº. 49.
 Representante: Rafael José de Barros Pinto
 Telefone: (35) 3522-7609

Passos, 24 de Outubro de 2017.

Gilberto Donizete Ribeiro

Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

M-6522253

Gilberto Donizete Ribeiro
 Sec. Munic. de Assistência Social
 Passos/MG
 Matr. 90874 CRESS/MG-8924

ANEXO D - Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.~~

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. (Redação dada pela Lei nº 13.297, de 2016)

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

~~Art. 3º A. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) (Regulamento) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007). (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 1º O auxílio financeiro a que se refere o caput terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente: (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007). (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~I - aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas; e (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007); (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~II - a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego. (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007). (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 2º O auxílio financeiro será pago pelo órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios. (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) -~~

~~§ 2º O auxílio financeiro poderá ser pago por órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios. (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007); (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 3º É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer~~

~~parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, bem como ao beneficiado pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE. (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003)~~

~~§ 3º É vedada a concessão de auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau. (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007). (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 4º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros. (Incluído pela Lei nº 10.748, de 2003) (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007). (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Paiva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.2.1998

ANEXO E - Lei 10.029, de 20 de outubro de 2000

LEI Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I – em virtude de solicitação do interessado;
- II – quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III – em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e (Vide ADIN 4173)

II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades ínsitas aos serviços a serem prestados; e

III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Gregori

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.10.2000.